



PROFHISTÓRIA

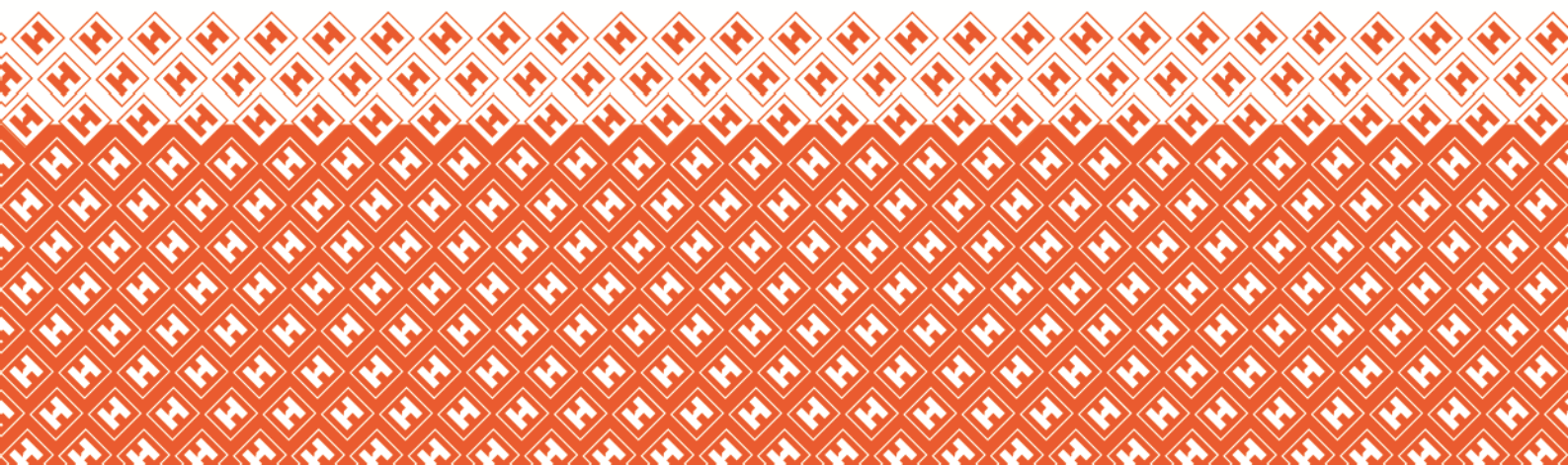
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

NATÁLIA VIANA ALVES SILVA

**O 15 DE NOVEMBRO E A
REPÚBLICA BRASILEIRA:
conceitos e aprendizagem
nas aulas de história com
quadrinhos.**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Setembro / 2025





**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENSINO DE HISTÓRIA**



NATÁLIA VIANA ALVES SILVA

**O 15 DE NOVEMBRO E A REPÚBLICA BRASILEIRA:
conceitos e aprendizagem nas aulas de história com quadrinhos**

Dissertação apresentada à Universidade Federal da Paraíba, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História na Linha de Pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar, para a obtenção do título de Mestre.

Orientador(a) Dr(a). Prof. Dr. Martinho Guedes Dos Santos Neto

Natália Viana Alves Silva

JOÃO PESSOA - PB
2025

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFPB

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586q Silva, Natalia Viana Alves.

O quinze de novembro e a república brasileira :
conceitos e aprendizagem nas aulas de história com
quadrinhos. / Natalia Viana Alves Silva. - João Pessoa,
2025.

136 f. : il.

Orientação: Martinho Guedes dos Santos Neto.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. História em quadrinhos. 2. Brasil República. 3.
História do Brasil. I. Santos Neto, Martinho Guedes
dos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 741.5:37(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ENSINO DE HISTÓRIA



Dissertação intitulada O 15 DE NOVEMBRO E A REPÚBLICA BRASILEIRA: conceitos e aprendizagem nas aulas de história com quadrinhos apresentada à Universidade Federal da Paraíba por Nome do Discente, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História na Linha de Pesquisa Saberes Históricos no Espaço Escolar para a obtenção do título de Mestre.

Dissertação APROVADA em 25 de agosto de 2025 pela banca examinadora:

Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto
Universidade Federal da Paraíba
Orientador

Prof. Dr. Augusto Cesar Acioly Paz Silva
Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AES-CESA) / PROFHistória - UFPE
Examinador Externo

Profª. Drª. Ariane Norma de Menezes Sá
Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa não apenas o encerramento de uma importante etapa acadêmica, mas também a materialização de um percurso repleto de desafios, aprendizados e afetos. Por isso, é com profunda gratidão que registro, neste espaço, o reconhecimento àqueles que foram fundamentais nessa trajetória.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, base sólida de amor, incentivo e valores. À minha mainha Edilene Maria, pelo carinho incondicional, pela força e pela fé silenciosa que sempre me sustentou. Ao meu pai Natanael Augusto, por me ensinar, com seu exemplo, a importância da honestidade e da responsabilidade. Às minhas irmãs Eulânia e Nataniely, por estarem ao meu lado, oferecendo apoio, risos e companheirismo em todos os momentos.

Ao meu amor, Leandro Santos, agradeço pelo amor e pela presença constante, mesmo nas horas mais turbulentas. Seu apoio emocional, incentivo intelectual. Obrigada por caminhar ao meu lado com ternura e coragem.

Aos meus companheiros de quatro patas, Paçoca e Bartô.

Um agradecimento especial ao meu orientador, o Prof. Dr. Martinho, cuja orientação no período do mestrado foi generosa, com rigor intelectual e comprometimento com a pesquisa, foi determinante para o desenvolvimento deste trabalho. Sua escuta atenta, suas provocações críticas e sua confiança na minha trajetória acadêmica me desafiaram a alcançar o melhor de mim.

Ao Programa do PROFHistória, minha gratidão pela estrutura acadêmica, pela qualidade do ensino e pela oportunidade de crescimento intelectual que me foi proporcionada. Agradeço também à coordenação e aos funcionários que, com dedicação, tornaram possível a continuidade dos estudos mesmo diante das adversidades.

Aos professores e professoras que contribuíram direta ou indiretamente para a minha formação, bem como aos colegas de curso com quem compartilhei experiências, debates e aprendizados valiosos, deixo aqui o meu reconhecimento e gratidão.

Aos meus amigos, agradeço pelas conversas, pela escuta atenciosa, pelo ombro amigo nos momentos difíceis e pelas celebrações nas pequenas conquistas. Foram vocês que, com leveza e afeto, ajudaram a equilibrar o peso da vida acadêmica com a alegria de viver.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que acreditaram na relevância desta pesquisa, que compartilharam seus saberes, experiências e afetos ao longo do processo. Esta dissertação é resultado de encontros, de trocas e de uma rede de cuidado e colaboração que se construiu para além dos muros da universidade. A todos e todas, o meu mais profundo agradecimento.

RESUMO

A implantação do sistema republicano brasileiro trouxe uma nova perspectiva política, econômica e social para o país. A pesquisa abordará o processo da Proclamação da República e seus desdobramentos, buscando entender os fatores que levaram à concretização do 15 de novembro de 1889. Os conceitos-chave que irão nortear a pesquisa são a Oligarquia, Coronelismo, Voto de Cabresto e Cidadania, almejando evidenciar o modelo republicano vitorioso. O trabalho utilizará quadrinhos, especificamente “Cai o Império! República vou ver!” de Angeli e Lilia Schwarcz, para que os alunos do 9º ano tenham uma melhor compreensão da República. Percebendo a lacuna presente nos livros didáticos sobre o sistema republicano, a pesquisa propõe a criação de quadrinhos na sala de aula para aprofundar e melhorar a compreensão dos alunos sobre esse conteúdo. Ao longo do texto, será discutido o processo de transição do Império para a República, analisando quais as mudanças esse novo sistema político trouxe para a sociedade da época. O suporte Teórico Metodológico se baseia nos estudos de Carvalho (2017), Viotti (1999), Schwarz (2009), Napolitano (2016), Fausto (1992) e Dolhnikoff (2005).

Palavras-chave: República; 15 de novembro; quadrinhos.

ABSTRACT

The implementation of the Brazilian republican system brought a new political, economic, and social perspective to the country. The main research will address the process of the Proclamation of the Republic and its consequences, seeking to understand the factors that led to the implementation of November 15th (1889). The key concepts that will guide the research are oligarchy, coronelismo, the vote of the cabresto (a vote of the cabresto), and citizenship, aiming to highlight the victorious republican model. The work intends to use comics, specifically "The Empire Falls! I'll See the Republic!" by Angeli and Lilia Schwarcz, to help 9th-grade students better understand the Republic. Recognizing the gap in textbooks regarding the republican system, the research proposes creating comics in the classroom as a way to deepen and improve students' understanding of this content. Throughout the text, the transition from the Empire to the Republic will be discussed, analyzing the changes this new political system brought to society at the time. The Theoretical Methodological support that will be present in the discussions is based on the studies of Carvalho (2017), Viotti (1999), Schwarz (2009), Napolitano (2016), Fausto (1992) e Dolhnikoff (2005).

Keywords: Republic; November 15; comics.

Sumário

RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	8
1. Capítulo 1: "Progresso e Controvérsias: A Era Republicana no Brasil"	11
1.1 A queda do Império e o nascer da República no Brasil	11
1.2. O 15 de novembro de 1889	27
1.3. O modelo republicano pós 1889: a sociedade, a economia e a nação	36
1.4. Entre cabrestos e coronéis: A dinâmica política e cidadã da Primeira República	38
2. Capítulo 2: A Proclamação da República no Brasil: um estudo das narrativas no livro didático	48
2.1. A República brasileira e as limitações do livro didático	48
2.2. Limitações Didáticas no Ensino da Proclamação da República	59
2.3. Coronelismo, Voto de Cabresto, Cidadania e Oligarquias no Livro Didático	72
3. Capítulo 3: As histórias em quadrinhos: uma abordagem metodológica	85
3.1. O uso de histórias em quadrinhos e o ensino de história	85
3.2. Produção das HQs	94
3.2.1. Roteiro didático para desenvolvimento da HQ1 <i>O que foi a República Brasileira?</i>	87
3.2.2. Roteiro didático para desenvolvimento da HQ2 <i>Quem manda é o coronel, por quê?</i>	97
3.2.3. Roteiro didático para desenvolvimento da HQ3 <i>O voto é no cabresto</i>	106
3.2.4. Roteiro didático para desenvolvimento da HQ3 <i>A República trouxe qual cidadania?</i>	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	141

Introdução

Esta dissertação tem como objetivo analisar o período inicial de implantação da República no Brasil, abarcando os anos finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX, período marcado por intensas disputas políticas, reorganizações econômicas, transformações sociais e culturais profundas. O estudo busca compreender como se deu a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, os fatores que a antecederam e os desdobramentos que delinearam os primeiros contornos do regime republicano no país.

Sob essa perspectiva, constata-se que conceitos fundamentais associados à República — como cidadania, participação popular, civismo e organização do Estado — frequentemente não são devidamente compreendidos pelos alunos do Ensino Fundamental, especialmente os do 9º ano. Tal lacuna prejudica a construção de uma leitura crítica e contextualizada do processo histórico em questão. A abordagem puramente política da Proclamação da República, muitas vezes encontrada nos livros didáticos, tende a limitar a análise das dinâmicas sociais e culturais que caracterizaram o período (CARVALHO, 2019; VIOTTI DA COSTA, 1999).

Diante desse diagnóstico, esta pesquisa propõe discutir a Proclamação da República a partir de conceitos-chave abordados de maneira didática e ilustrada, com aplicação direta em sala de aula. A proposta metodológica se estrutura na mediação crítica do conteúdo com os alunos do 9º ano, por meio de atividades que articulem narrativas visuais, fontes históricas e debates sobre cidadania e identidade nacional. O objetivo central é ampliar a compreensão histórica dos estudantes, superando uma abordagem factual ou exclusivamente político-institucional, para integrar aspectos sociais, culturais e simbólicos da formação da República brasileira.

O Capítulo 1, intitulado *Progresso e Controvérsias: A Era Republicana no Brasil*, tem por finalidade contextualizar o processo de formação da República no Brasil. Nessa etapa, são examinados a queda do Império, a Proclamação de 15 de novembro de 1889 e os desdobramentos políticos, econômicos e sociais que caracterizaram a Primeira República. A discussão enfatiza o caráter excludente do novo regime e as continuidades institucionais herdadas do período imperial, evidenciando as tensões entre os ideais de modernização e a permanência de estruturas oligárquicas. Esse exame inicial estabelece os fundamentos conceituais indispensáveis à compreensão da República como um processo histórico complexo, marcado por disputas de interesses e pela exclusão de amplos setores sociais.

No desenvolvimento do primeiro capítulo, são mobilizadas diferentes interpretações historiográficas a respeito da Proclamação da República. Destacam-se as contribuições de autores como Carvalho (2017) e Viotti da Costa (1999), que apontam a ausência de participação popular no movimento de 1889 e ressaltam o protagonismo das elites civis e militares na condução da mudança de regime. A análise dessas perspectivas permite compreender a gênese de uma República que, embora se apresentasse como modernizadora e progressista, manteve práticas políticas restritivas e pouco

democráticas. Esse debate constitui base essencial para problematizar a forma como a República é abordada nos espaços escolares.

O Capítulo 2 concentra-se na análise da Proclamação da República nos livros didáticos de História utilizados no Ensino Fundamental. A investigação procura identificar tanto as potencialidades quanto as limitações desses materiais, observando de que modo conceitos como cidadania, coronelismo, voto de cabresto e oligarquias são apresentados. A partir dessa análise crítica, evidenciam-se lacunas significativas, uma vez que a narrativa didática frequentemente reduz o período republicano a uma abordagem factual e institucional, desconsiderando dimensões sociais, culturais e simbólicas fundamentais para a compreensão do tema.

Além de mapear as limitações presentes nos livros didáticos, o segundo capítulo propõe uma reflexão sobre a necessidade de práticas pedagógicas que superem a simples reprodução de informações. Busca-se demonstrar que a utilização exclusiva desses manuais não é suficiente para despertar nos estudantes uma leitura crítica e contextualizada da República brasileira. Essa constatação justifica a adoção de metodologias complementares que dialoguem com a realidade social e cognitiva dos discentes, aproximando-os de uma compreensão mais significativa do processo histórico.

O Capítulo 3, por sua vez, apresenta a proposta metodológica central da pesquisa: o uso das histórias em quadrinhos como recurso didático no ensino da Proclamação da República. Inicialmente, discute-se a relevância das HQs como linguagem híbrida que combina elementos visuais e textuais, favorecendo a interpretação crítica e o desenvolvimento do pensamento histórico. Em seguida, são detalhados os roteiros didáticos elaborados para a criação das HQs em sala de aula, fundamentados nos conceitos centrais da Primeira República. Essa estratégia evidencia como a produção autoral dos estudantes pode potencializar o engajamento, estimular a criatividade e contribuir para uma compreensão mais crítica e abrangente da formação da República no Brasil.

Essa proposta se fundamenta também nos princípios da educação histórica, que valorizam a construção do pensamento histórico dos alunos por meio da análise crítica, da multiperspectividade e da problematização das fontes. Assim, ao incorporar conteúdos visuais, como charges, quadrinhos e ilustrações históricas, pretende-se contribuir para uma aprendizagem mais significativa, conforme preconiza a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

Diante das considerações expostas, compreende-se que o modelo republicano instaurado no Brasil ao final do século XIX apresenta características singulares e complexas, profundamente marcadas pelas relações de poder regionais e pela limitada participação popular. Nesse sentido, os temas centrais que nortearão esta pesquisa são: a formação da República brasileira, o domínio das oligarquias, o coronelismo, o voto de cabresto e a cidadania. Com o intuito de aproximar esses conteúdos da realidade social e cognitiva dos alunos do Ensino Fundamental, optou-se pela utilização de metodologias não convencionais, capazes de potencializar o processo de ensino-aprendizagem por meio de recursos mais atrativos e acessíveis.

Nesse escopo, as histórias em quadrinhos (HQs) foram selecionadas como recurso didático, em

virtude de sua capacidade de estimular a leitura crítica, facilitar a compreensão de temas historicamente densos e promover o engajamento dos estudantes. Considerando o contexto escolar de boa parte dos discentes, observa-se que a ausência do hábito regular de leitura constitui um desafio significativo para a construção do conhecimento histórico. Como afirma Goulemot (2001, p. 108), “ler é dar um sentido de conjunto, uma globalização e uma articulação aos sentidos produzidos pelas sequências. (...) Ler é, portanto, constituir e não reconstituir um sentido”.

Nesse sentido, os textos tradicionais utilizados no ensino de História são, muitas vezes, rejeitados pelos alunos por serem considerados excessivamente descritivos ou descontextualizados da sua realidade. Torna-se, portanto, essencial adotar abordagens pedagógicas alternativas que incentivem a leitura crítica, promovam o protagonismo discente e favoreçam uma aprendizagem significativa. Dentre essas abordagens, destaca-se o uso das HQs como ferramenta eficaz, por sua natureza lúdica, acessível e pelo seu potencial de envolver os estudantes em uma experiência de leitura interativa, visual e reflexiva.

Assim, as histórias em quadrinhos consolidam-se como recursos didáticos valiosos no ambiente escolar, sobretudo por oferecerem aos alunos uma aprendizagem mais dinâmica, dialógica e inclusiva. A articulação entre elementos textuais e visuais estimula a imaginação, favorece a apreensão de conceitos complexos e incentiva o desenvolvimento do pensamento crítico. Conforme apontam autores como Ramos (2007) e Oliveira (2011), as HQs permitem explorar múltiplas temporalidades, narrativas e perspectivas históricas, ampliando a capacidade interpretativa dos estudantes e promovendo maior engajamento com os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2006, o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) passou a incluir, em suas diretrizes, a utilização de histórias em quadrinhos (HQs) como material complementar destinado aos estudantes do Ensino Fundamental – anos finais. Essa medida evidencia o reconhecimento, por parte das políticas públicas educacionais, do potencial pedagógico das HQs como recurso de apoio ao processo de ensino-aprendizagem.

Nessa perspectiva, compreende-se que o uso de HQs pode favorecer a construção de um pensamento histórico pautado na análise de narrativas visuais e textuais que propiciam novas formas de aprendizagem mediadas pela consciência histórica. Como destacam Júnior et al. (2022, p. 25), essa consciência histórica permite o desenvolvimento de uma compreensão mais profunda dos processos históricos e das experiências humanas, contribuindo para a formação crítica dos estudantes. Nesse sentido, Rüsen (2011, p. 56) afirma: “a consciência histórica serve como um elemento de orientação-chave, dando à vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do ‘curso do tempo’ que flui através dos assuntos mundanos da vida diária”.

Todos esses elementos devem ser mobilizados de forma planejada, a partir da mediação didático-pedagógica do professor, cujo papel é promover a leitura crítica dos conteúdos abordados nas aulas de História. No ensino dessa disciplina, as HQs possibilitam aos estudantes visualizar acontecimentos históricos, compreender os contextos sociais e culturais nos quais se inserem e estabelecer conexões

emocionais com os fatos narrados. Além disso, o uso de HQs estimula a leitura e desenvolve habilidades de interpretação textual, o que contribui para o fortalecimento do senso crítico e da criatividade.

Portanto, a integração das HQs às práticas pedagógicas contribui diretamente para a formação de sujeitos reflexivos, participativos e autônomos em seu processo de aprendizagem histórica. Este estudo, nesse sentido, investiga o uso de HQs como recurso pedagógico no ensino da Proclamação da República no Brasil, ocorrida em 1889. Para isso, além do livro didático como material de apoio, será utilizada a obra *Cai o Império! República, vou ver!* (2019), de Angeli e Lilia Schwarcz, com o objetivo de ampliar a compreensão dos alunos sobre o tema e proporcionar uma experiência de aprendizagem mais envolvente, crítica e qualitativa.

Para alcançar os objetivos propostos, foi elaborada uma sequência didática composta por dez aulas, cada uma com duração de 45 minutos. As duas primeiras aulas consistiram em uma exposição introdutória sobre o contexto inicial da República no Brasil, abordando os aspectos políticos, sociais e econômicos do período, bem como os principais agentes históricos envolvidos no movimento republicano que culminou no dia 15 de novembro de 1889. Ao final, foi realizada uma atividade de fixação com o intuito de consolidar os conhecimentos apresentados.

As terceira e quarta aulas deram continuidade à abordagem dos conteúdos, com apoio do livro didático *Expedições da História* (2022). Nessa fase, enfatizou-se a análise de conceitos essenciais para a compreensão da Primeira República, como **coronelismo**, **voto de cabresto** e **oligarquia**, apresentados de forma contextualizada e com destaque para suas implicações na construção da cidadania brasileira.

As quinta e sexta aulas foram destinadas à leitura e análise de trechos selecionados do quadrinho *Cai o Império! República, vou ver!* (SCHWARCZ; ANGELI, 2019). O objetivo foi introduzir uma abordagem mais lúdica e acessível sobre o tema, evidenciando personagens históricos e os desafios enfrentados pelo Brasil na transição do Império à República. A leitura do quadrinho fomentou reflexões sobre a participação popular no novo regime e problematizou os limites e contradições do processo de construção da cidadania no período.

Nas aulas seguintes, os alunos foram apresentados às características estruturais das histórias em quadrinhos, incluindo aspectos como a composição narrativa, o uso dos balões de fala, variações tipográficas e a articulação entre imagens e textos. Essa etapa buscou desenvolver a capacidade crítica dos estudantes para interpretar como os elementos visuais e textuais se combinam na construção de sentidos, na transmissão de informações e na produção de efeitos de significado e emoção.

Nas últimas aulas, os alunos foram incentivados a criar suas próprias histórias em quadrinhos, inspiradas nos temas e discussões desenvolvidos ao longo da sequência didática. A produção autoral teve como objetivo narrar episódios da história da República brasileira, promovendo a reflexão crítica e estimulando a criatividade dos discentes. Todo o processo de criação foi acompanhado pela pesquisadora, que ofereceu suporte pedagógico a fim de garantir a coerência histórica e a qualidade dos trabalhos apresentados.

O presente estudo foi desenvolvido no Colégio Municipal Waldecyr Cavalcante de Araújo

Pereira, instituição de ensino localizada no município de Pedras de Fogo, estado da Paraíba. Fundado em 1997 e reinaugurado em 2022, o colégio constitui uma das principais referências educacionais da rede municipal, atendendo estudantes do Ensino Fundamental e contribuindo para a formação cidadã e acadêmica da juventude local. A cidade de Pedras de Fogo, situada na mesorregião da Mata Paraibana e fazendo divisa com o estado de Pernambuco, caracteriza-se por sua relevância histórica e cultural, bem como por desafios socioeconômicos que impactam diretamente o cotidiano escolar. Nesse contexto, a escolha do Colégio Waldecyr como espaço de aplicação da pesquisa possibilita analisar de que modo práticas pedagógicas inovadoras, como o uso de histórias em quadrinhos no ensino de História, podem dialogar com a realidade dos alunos e favorecer a construção de uma consciência histórica crítica.

A pesquisa foi desenvolvida em uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental, composta por estudantes com perfis bastante diversificados, o que reflete a heterogeneidade comum ao contexto escolar contemporâneo. Entre os discentes, observou-se a presença de diferentes ritmos de aprendizagem, interesses e formas de participação, o que contribui para um ambiente pedagógico dinâmico e desafiador. Destaca-se, entretanto, que parte da turma apresenta uma notável disposição para o desenho e para atividades de expressão visual, ainda que não possua o hábito consolidado da leitura. Essa característica torna-se relevante para a investigação, uma vez que aponta para a necessidade de metodologias que articulem recursos visuais e textuais, favorecendo a aproximação dos alunos com os conteúdos históricos e possibilitando a construção de práticas de leitura crítica a partir de linguagens com as quais demonstram maior afinidade.

Desse modo, a combinação entre aulas expositivas, leitura de histórias em quadrinhos e atividades de produção autoral demonstrou-se eficaz na promoção de uma aprendizagem significativa, contribuindo para o engajamento dos alunos com o tema da Proclamação da República. Este estudo reforça, portanto, a importância da utilização de recursos didáticos diversificados, alinhados às demandas contemporâneas da educação, evidenciando que as histórias em quadrinhos constituem um instrumento valioso para a construção do conhecimento histórico e para o fortalecimento da cidadania crítica.

Os conteúdos desenvolvidos pelos estudantes foram organizados em narrativas visuais estruturadas nas seguintes produções: **HQ 1:** *O que foi a República Brasileira?*; **HQ 2:** *Quem manda é o coronel, por quê?*; **HQ 3:** *O voto é no cabresto*; e **HQ 4:** *A República trouxe qual cidadania?* As histórias foram elaboradas em sala de aula, buscando integrar os temas discutidos nas aulas de História com a realidade sociocultural dos estudantes e com o contexto histórico e político do Brasil republicano a partir de 1889.

Durante a realização desta pesquisa, analisou-se como a formação da República brasileira é apresentada em livros didáticos do Ensino Fundamental, com foco em duas obras: a coleção *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior (2018), e a coletânea *Expedições da História*, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues (2024). O objetivo da análise foi identificar se a abordagem do período republicano é construída de forma abrangente ou se apresenta lacunas que dificultam a

compreensão dos alunos. Buscou-se, assim, detectar ausências de conteúdo relevantes e propor sugestões que complementem o tratamento do tema nos materiais didáticos.

A formação da República brasileira esteve marcada por intensos conflitos políticos e disputas entre diferentes setores sociais, o que torna indispensável compreender como a transição do regime monárquico para a república presidencialista reorganizou o sistema político nacional, sem romper, contudo, com a influência das oligarquias regionais. A conjugação desses fatores resultou na consolidação de um modelo republicano comprometido com a manutenção do status quo, favorecendo as elites agrárias e restringindo a participação popular.

Nesse sentido, torna-se fundamental estabelecer conexões entre os diversos grupos sociais atuantes no período — como militares, cafeicultores, setores urbanos em ascensão e populações recém-libertas —, a fim de compreender as especificidades da experiência republicana brasileira e seus impactos na sociedade da época.

Para além das questões políticas e econômicas, é essencial refletir sobre os limites e os contornos da cidadania durante a Primeira República. Surgem, nesse contexto, questionamentos fundamentais: **quem eram os cidadãos? quem tinha direito ao voto? como se construiu a ideia de nação nesse período?** As respostas a essas perguntas são indispensáveis para entender como o novo sistema político foi estruturado, evidenciando os mecanismos de exclusão e os desafios à consolidação de uma cidadania plena no Brasil republicano.

Por meio da obra *Cai o Império! República, vou ver!* (SCHWARCZ; ANGELI, 2019), identificaram-se elementos centrais que contribuíram para a queda do regime monárquico e para a instauração do regime republicano no Brasil, tais como o crescente descontentamento com o governo imperial, a atuação dos militares e os interesses das elites econômicas, especialmente os cafeicultores paulistas. O uso do quadrinho como fonte visual agregou uma dimensão interpretativa singular à análise, permitindo acessar representações simbólicas e subjetivas do período, muitas vezes ausentes em fontes escritas tradicionais (BURKE, 2004).

Ao integrar diferentes linguagens — textual, visual e narrativa —, esta pesquisa buscou desenvolver uma abordagem analítica mais abrangente, que vá além da mera exposição factual dos acontecimentos históricos. Objetivou-se, assim, aprofundar a compreensão das motivações, das tensões políticas e sociais e das dinâmicas que marcaram a transição do Império para a República em 1889 (FAUSTO, 2006; CARVALHO, 2006).

Inserida na linha de pesquisa *Saberes Históricos no Espaço Escolar*, esta investigação reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado de construção de sentido histórico. Nesse contexto, destaca-se o papel do aluno como sujeito ativo na aprendizagem, capaz de interagir criticamente com diferentes linguagens e narrativas históricas.

Ao se analisar a relevância de abordar o processo de formação da República brasileira por meio de estratégias didáticas mais acessíveis e significativas, ressalta-se o uso do quadrinho *Cai o Império! República, vou ver!* como recurso pedagógico eficaz. A obra proporciona uma leitura lúdica e

envolvente, sem prejuízo da qualidade analítica, facilitando a compreensão dos conteúdos históricos e promovendo uma aprendizagem mais crítica e participativa por parte dos estudantes.

Capítulo 1

"Progresso e Controvérsias: A Era Republicana no Brasil".

“República podia significar tanto governo livre como governo da lei e governo popular”. (2017)
José Murilo de Carvalho

1.1. A Queda do Império e o Nascer da República no Brasil

A Proclamação da República Brasileira, ocorrida em 15 de novembro de 1889, representou um divisor de águas na história do país. Este capítulo analisa os desdobramentos desse evento crucial, destacando seus impactos e as transformações decorrentes da implementação do novo sistema republicano.

O período de implantação da República foi um momento marcado por intensos conflitos políticos, econômicos, sociais, além de uma profunda mudança no aspecto cultural. Ao longo deste capítulo, será discutida a configuração da Proclamação da República no Brasil, os projetos republicanos que foram idealizados para essa nova fase e os caminhos seguidos para a consolidação do 15 de novembro. Também será proposta uma reflexão sobre a participação popular durante esse processo, com o objetivo de estabelecer algumas conexões sobre como esses acontecimentos podem ser trabalhados em sala de aula.

O fim do Império (1822-1889) e os primeiros desdobramentos da República brasileira ocorreram de forma muito particular, fortemente influenciados por pensamentos vindos da Europa. As correntes ideológicas: liberalismo e positivismo chegaram ao Brasil emergindo como novidade no cenário brasileiro. O liberalismo, por sua vez, ganhou espaço com a Proclamação da República, passou a dialogar com as ideias como cidadania, liberdade e federalismo. Já o positivismo teve uma influência maior entre os militares e setores da burocracia estatal, encontrando no quadro republicano um cenário propício para defender a ordem, o progresso e a centralização do poder.

Essas ideologias apresentaram como novidades por romperem com os paradigmas do regime imperial, fundamentado no poder moderador, no catolicismo como credo oficial e em uma sociedade estamental. No novo sistema, havia uma possibilidade de mudança e na reorganização do Estado e da própria sociedade. Entretanto, a emergência dessas ideias não implicou na aceitação automática na grande totalidade da população. Como observa José Murilo de Carvalho (1987), as ideias republicanas e suas bases ideológicas – como o positivismo e o liberalismo – passavam restritamente entre intelectuais, militares e setores urbanos mais escolarizados. Apesar disso, sua introdução no debate público representou uma ruptura significativa com a cultura política do Segundo Reinado e contribuiu para moldar os contornos da nascente República Brasileira.

Compreender esse processo é fundamental para entender não apenas a formação institucional da República, mas também os desafios enfrentados para consolidar valores republicanos em uma sociedade ainda profundamente marcada por desigualdades, pelo analfabetismo e pela exclusão social herdada do período imperial.

Os debates estavam majoritariamente centrados nas correntes ideológicas que emergiam com maior visibilidade no país. Entretanto, outras questões também passaram a ser discutidas. Carvalho (2017, p. 24) destaca que “somente ao final do Império começaram a ser discutidas questões que tinham a ver com a formação da nação e com a redefinição da cidadania”. Assim, a República Brasileira nasceu com o propósito de romper com o legado imperial e pensar na construção de uma nação orientada para o progresso. Esse era o desafio dos republicanos: consolidar uma sobrevivência política que garantisse a união das províncias e a ordem social.

Nesse sentido, a discussão sobre a construção da nação e a definição de quais características deveriam compor essa nova identidade nacional permanece relevante nas salas de aula de História. Esses elementos, que serão aprofundados ao longo deste estudo, são essenciais para compreender como o Brasil procurou consolidar o ideal de progresso com a República e quais setores da sociedade participaram desse processo. Nessa perspectiva, a construção de uma narrativa histórica crítica é fundamental para o processo de aprendizagem, pois permite aos alunos perceberem-se não apenas como brasileiros, mas como agentes históricos na formação do Estado Nacional pós-1889.

O movimento intelectual presente no final do Império, aliado ao fim da escravidão (1888) e aos vestígios deixados pela participação dos brasileiros na Guerra do Paraguai (1864-1870)¹, contribuiu para a desvalorização simbólica e teórica do regime monárquico. A imagem de um monarca antes respeitado socialmente começou a declinar, resultando na perda de sua credibilidade. A imprensa e as narrativas em circulação na época atingiram em cheio o governo imperial, sobretudo a figura do imperador Dom Pedro II, cuja autoridade simbólica foi sendo gradativamente esvaziada.

A abolição da escravatura no Brasil, em 1888, provocou uma significativa transformação no cenário social e político da época, reconfigurando profundamente a estrutura da sociedade brasileira. Os donos de engenhos, produtores de café e proprietários de escravizados acumulavam elevados lucros por meio do sistema escravista. No entanto, diante da nova realidade econômica imposta pelo fim da escravidão, a elite agrária precisou reconsiderar seus métodos financeiros para contornar os impactos econômicos e reparar os prejuízos decorrentes da perda de sua principal força de trabalho – o escravizado.

A ausência de qualquer tipo de indenização estatal pela perda dos escravizados gerou profundo

¹ A Guerra do Paraguai trouxe uma nova configuração social para a história do Brasil em meados do século XIX, nesse momento, houve uma grande participação de escravizados na guerra, junto com a sua participação veio a promessa de liberdade, uma realidade que proporcionou uma nova fase na história do país. Em decorrência dessa abertura no quadro social, a sociedade começou a enxergar no governo de Dom Pedro II falhas, a imagem da monarquia brasileira estava em declínio e o movimento abolicionista ganhou força no Brasil. Doratioto, F. (2002). *Maldita guerra: Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras.

ressentimento entre diversos setores escravocratas, que passaram a se sentir traídos pela monarquia. Essa condição alimentou a crítica ao Império e fortaleceu a aproximação dessas elites ao ideário republicano. A nova configuração econômica, marcada pela instabilidade e pela necessidade de reorganização das formas de produção, refletiu diretamente na legitimidade do regime monárquico. A crise econômica vivida por parte dos antigos senhores de escravos e dos grandes proprietários de terra contribuiu para o enfraquecimento do apoio político ao Império, abrindo espaço para o avanço do movimento republicano.

Somado a esse quadro de descontentamento, o crescente protagonismo do Exército foi fortalecido após a Guerra do Paraguai. Essa realidade contribuiu para a formação de uma identidade institucional própria e para o fortalecimento de um sentimento de desvalorização por parte da monarquia (DORATIOTO, 2002). A experiência bélica conferiu aos militares um novo protagonismo, ao mesmo tempo em que alimentou frustrações diante do descaso do regime com suas reivindicações, como baixos soldos, limitações orçamentárias e ausência de reconhecimento. Internamente, o regime imperial também havia perdido o apoio da Igreja — desde a Questão Religiosa — e encontrava-se cada vez mais isolado politicamente. Assim, a convergência de fatores simbólicos, econômicos e institucionais precipitou o colapso do Império.

Embora o movimento republicano não contasse com amplo apoio popular, encontrou respaldo entre as elites dissidentes, especialmente entre os militares e setores da oligarquia cafeeira paulista. Como destaca José Murilo de Carvalho (1990), a Proclamação da República representou menos uma revolução social do que uma reorganização do poder promovida por grupos descontentes com a ordem imperial, selando a ruptura de um ciclo político e inaugurando um novo modelo de governo no Brasil.

Com a Proclamação da República, em 1889, essa problemática econômica se estendeu ao novo sistema político. A sociedade brasileira mantinha altos níveis de desigualdade social, com a concentração do poder político e econômico nas mãos de poucos — principalmente da elite agrária. Esse cenário aprofundou o sistema excludente, restringindo a participação popular nos espaços de decisão e controle político. Os grupos historicamente marginalizados, como os negros recém-libertos, mulheres, indígenas e analfabetos, continuaram a ser excluídos, especialmente da vida política e social no contexto do sistema republicano. A promessa de uma república mais democrática não se concretizou para esses segmentos, evidenciando a continuidade de estruturas de dominação social e econômica herdadas do período imperial (1822–1889).

O processo transitório do regime monárquico para a República, longe de representar uma ruptura estrutural com as desigualdades históricas que marcavam a sociedade brasileira, revelou-se, em muitos aspectos, uma continuidade das mesmas dinâmicas excludentes presentes no período imperial. A Proclamação da República não foi acompanhada de reformas sociais significativas, tampouco de uma reconfiguração do poder que incluísse e beneficiasse aquela parcela da população historicamente marginalizada, como os ex-escravizados, os pobres livres e as populações do interior. Por sua vez, a estrutura oligárquica foi preservada, agora sob um novo arranjo institucional.

A nascente República priorizou os interesses das elites agrárias e urbanas, enquanto a maior

parte da população permaneceu à margem dos processos de cidadania e inclusão econômica. Como destaca José Murilo de Carvalho (2017), a nova ordem republicana surgiu em meio a um cenário de profunda desigualdade social e intensa especulação financeira. A crise econômica decorrente do fim da escravidão, associada à política de emissão de moeda para sustentar as demandas do período, agravou o quadro de instabilidade e impediu qualquer esforço real de democratização socioeconômica. Observa-se que:

Ora, além de ter surgido em uma sociedade profundamente desigual e hierarquizada, a República brasileira foi proclamada em um momento de intensa especulação financeira, causada pelas grandes emissões de dinheiro feitas pelo governo para atender às necessidades geradas pela abolição da escravidão (Carvalho, 2017, p.31).

Nessa condição, não apenas houve a necessidade de repensar os modelos produtivos ou de encontrar novas formas de dinamizar a economia nacional, mas também se tornava urgente enfrentar a chamada “questão social”, que envolvia o acesso à terra, ao trabalho, à educação e à cidadania. A permanência de um sistema excludente, sob nova roupagem institucional, contribuiu para a consolidação de uma República que, em suas primeiras décadas, pouco dialogava com o povo e, menos ainda, enfrentava os fundamentos históricos da desigualdade. A promessa republicana de modernidade e progresso revelou-se, em larga medida, restrita às elites dirigentes, perpetuando os mecanismos de opressão e privilégio que haviam caracterizado o regime anterior.

Essa negligência quanto às bases sociais da desigualdade revela o quanto a nova ordem republicana foi incapaz — ou mesmo desinteressada — de romper com os pilares estruturais do passado escravista. O regime que se instalava herdava não apenas as instituições imperiais, mas também seus mecanismos de exclusão racial e social, agora naturalizados sob um discurso de modernização e progresso. A ausência de políticas inclusivas voltadas aos ex-escravizados e a outros grupos marginalizados evidencia que a abolição foi formal, mas não substantiva. É nesse cenário de continuidade das assimetrias sociais que se insere a análise da escravidão enquanto sistema de opressão racialmente estruturado, sustentado por múltiplas instituições, inclusive religiosas, e profundamente enraizado na lógica econômica e política do país.

No Brasil, a escravidão constituiu-se como um sistema de opressão que aprisionou negros, africanos e indígenas. A condição imposta aos africanos escravizados não estava apenas associada ao regime imperial, mas também mantinha profundas ligações com a Igreja Católica, que, ao longo do período colonial e imperial, legitimava práticas excludentes por meio de discursos teológicos e institucionais. Baseado em uma estrutura racial de exclusão, esse sistema negava a esses grupos qualquer forma de participação social e política, relegando-os à condição de servidão. Essa condição, por sua vez, gerava lucros e permitia que senhores de engenho e produtores rurais escravocratas maximizassem seus dividendos, perpetuando um modelo econômico sustentado na exploração e na marginalização de grande parte da população.

Portanto, em um contexto pós-abolicionista, a Proclamação da República enfrentou justamente o momento em que esses “senhores” buscavam reparações e exigiam do novo governo formas de

compensação pelas perdas econômicas decorrentes do fim da escravidão. Com isso, observa-se que a nascente República brasileira relegou a segundo plano as transformações estruturais necessárias para o enfrentamento das desigualdades históricas.

Por outro lado, com a Proclamação da República, ocorreu a separação entre a Igreja e o Estado, marcando o início de uma nova fase na história política brasileira. Esse rompimento com a influência religiosa nas decisões governamentais proporcionou maior autonomia ao Estado republicano. No entanto, essa mudança institucional não foi suficiente para integrar de maneira efetiva os grupos marginalizados à sociedade, tampouco para garantir-lhes direitos políticos e sociais plenos.

O quadro econômico do Império brasileiro (1822–1889) concentrava-se fortemente na produção de café, atividade que dependia diretamente do uso da mão de obra escravizada. Essa realidade de servidão social e econômica era especialmente evidente no ano de 1888, às vésperas da abolição da escravatura. Tal estrutura de exploração não apenas sustentava a economia agrária, mas também limitava a participação social e política da maioria da população brasileira — composta por pessoas escravizadas, libertos, trabalhadores livres pobres, mestiços, indígenas e pequenos camponeses. Isso reforçava as desigualdades e perpetuava a exclusão desses grupos no que diz respeito aos direitos civis e à cidadania política.

Destarte, a Monarquia foi responsável por manter essa estrutura, impedindo o desenvolvimento de políticas que favorecessem a inclusão social, especialmente dos escravizados e de seus descendentes. A ausência de reformas estruturais no pós-abolição revela que, apesar das mudanças institucionais, as bases da exclusão social permaneciam intactas.

A condição imposta aos escravizados correspondia a uma realidade profundamente excludente. O Império não promoveu a construção de caminhos para o desenvolvimento social da população negra, tampouco reconheceu a essa parcela da sociedade qualquer forma de cidadania mínima. Como destaca José Murilo de Carvalho (2013), a persistente relação de servidão imposta aos negros limitou severamente a formação da cidadania no Brasil. Em sua análise, o autor cita José Bonifácio de Andrada e Silva, que, em representação enviada à Assembleia Constituinte de 1823, advertia que:

José Bonifácio afirmou, em representação enviada à Assembleia Constituinte de 1823, que a escravidão era um câncer que corroía nossa vida cívica e impedia a construção da nação. A desigualdade é a escravidão de hoje, o novo câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática. A escravidão foi abolida 65 anos após a advertência de José Bonifácio. A precária democracia de hoje não sobreviveria a espera tão longa para extirpar o câncer da desigualdade (Carvalho, 2013, p. 229).

Para os abolicionistas positivistas, a escravidão representava não apenas um problema moral, mas também um entrave ao progresso social e econômico do país. Na visão desses intelectuais, era necessário romper com o legado escravista, estreitamente associado à Monarquia. Contudo, embora a abolição da escravidão tenha ocorrido em 1888, ela não foi acompanhada de reformas sociais e econômicas profundas. Em vez disso, preservaram-se as estruturas de exclusão social e desigualdade herdadas do regime imperial.

Essa afirmação revela a tensão existente entre o modelo escravista e os ideais de modernização econômica. Para a elite imperial brasileira, a abolição representava a perda de uma base central de sustentação de sua riqueza: a mão de obra escravizada. Essa força de trabalho era responsável pela maximização dos lucros dos grandes proprietários, especialmente dos cafeicultores. Portanto, com o advento da abolição, previa-se o colapso de um sistema que beneficiava exclusivamente os senhores de terras, exigindo sua adaptação a uma nova ordem baseada no trabalho livre, na ampliação das relações capitalistas e na modernização das estruturas produtivas.

Ainda assim, a abolição em 1888 e a Proclamação da República em 1889 não operaram transformações que atendessem efetivamente às necessidades dos libertos e dos trabalhadores pobres livres. A promessa de progresso não alcançou os setores historicamente marginalizados, evidenciando que, apesar das rupturas institucionais, os fundamentos sociais da desigualdade permaneceram intactos.

Entretanto, o impacto econômico decorrente da abolição da escravidão gerou significativa resistência por parte das elites agrárias à aceitação das ideias republicanas então em circulação. A implementação do regime republicano implicava profundas transformações, suscitando a necessidade de repensar formas de geração de lucro que não comprometesse os interesses dessas elites. Havia um temor evidente de que tais mudanças afetassem diretamente seus privilégios econômicos e sua posição de prestígio social. Esse receio refletia a preocupação das classes dominantes em manter seus benefícios políticos e econômicos intactos.

A transição no quadro econômico, marcada pelo fim da escravidão, introduziu para os recém-libertos uma nova realidade social, ainda profundamente limitada e excludente. Lançados à própria sorte e sem qualquer apoio efetivo do Estado, esses indivíduos foram forçados a se adaptar a uma sociedade que, embora formalmente livre, mantinha estruturas de exclusão e de desigualdade. No período inicial da República, a partir de 1889, o mercado de trabalho e as primeiras atividades assalariadas passaram por alterações estruturais, especialmente no que diz respeito à sua composição. A população recém-liberta buscava afirmar sua autonomia dentro da nova sociedade republicana, mas continuava a enfrentar barreiras significativas, pois a liberdade legal não se traduziu em inserção social plena, mas sim na perpetuação da marginalização sob novas formas.

A introdução do trabalho assalariado e a chegada massiva de imigrantes no Brasil, alocados, principalmente no sudeste, pós-1889 evidenciaram as tensões sociais e as desigualdades estruturais, sobretudo porque os projetos de inclusão, as políticas públicas de incentivo e as ações de integração não foram estendidos à população negra liberta. Os imigrantes, por sua vez, vinham ao país com a expectativa de melhores condições de vida, impulsionados pela promessa de empregos e serviços. Sua chegada provocou mudanças estruturais relevantes, ao mesmo tempo em que serviu ao projeto de instrumentalização social, alicerçado em uma política eugênica que atribuía ao imigrante europeu o papel de “agente civilizador” da nação brasileira (SCHWARCZ, 1993). Paralelamente, essa conjuntura aumentou o custo de vida e intensificou a disputa pelos postos de trabalho: “o aumento no custo de vida

era agravado pela imigração, que ampliava a oferta de mão de obra e acirrava a luta pelos escassos empregos disponíveis” (CARVALHO, 2019, p. 21).

Essa realidade marcou as primeiras décadas da recém-instaurada República, influenciando tanto os discursos políticos quanto a incorporação das ideias positivistas e liberais no contexto da Primeira República. Essas ideias, somadas ao ideário republicano, passaram a ganhar espaço no imaginário social, vinculadas à promessa de progresso e à modernização do país, simbolizadas por inovações como o transporte ferroviário e a luz elétrica, que alteraram o cotidiano urbano brasileiro. A propaganda republicana associava o novo regime à democracia e ao avanço civilizacional: “A palavra ‘república’ vinha marcada com o sinal de futuro, da evolução necessária, da civilização, e ganhou as consciências” (MELLO, 2006, p. 14). Assim, até mesmo parte dos monarquistas se viu fascinada por esse novo ideal político.

Essas ideias difundiram a percepção de que o Brasil caminhava rumo a um conceito de civilização superior. O país vivenciava um momento de efervescência ideológica voltado ao progresso e ao desenvolvimento pleno da nação (CARVALHO, 2004). Para acompanhar esse movimento, tornava-se necessário romper com os entraves herdados do regime monárquico. A expectativa era de que o novo regime republicano projetasse o Brasil para um futuro voltado à valorização da cultura, à edificação da identidade nacional e ao fortalecimento do sentimento de pertencimento à nação. Nesse cenário, emergiram debates sobre qual solução política e econômica o sistema republicano efetivamente traria.

Agora, o país estava a caminho da civilização e do progresso. A República passou a ser vista como uma promessa de superação do atraso histórico e de conquista da civilidade, em uma sociedade ainda profundamente marcada pelo legado do escravismo. Contudo, a necessidade de convencer a população de que a transição republicana era um passo necessário mascarou, em grande medida, os reais interesses das elites liberais, que buscavam manter-se no poder sem a centralização política promovida pelo Império (ALONSO, 2002).

No campo educacional, a abordagem desses temas revela-se essencial para a construção de uma Educação Histórica que transcenda os limites da sala de aula. É fundamental promover uma aprendizagem histórica que permita aos estudantes desenvolver uma percepção crítica de sua identidade social e que estimule a formação da consciência histórica. Nesse sentido: “a consciência histórica serve como um elemento de orientação-chave, dando à vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do ‘curso do tempo’ que flui através dos assuntos mundanos da vida diária” (RÜSEN, 2011, p. 56)².

² Ainda que consideremos que a Consciência Histórica está melhor associada a um processo de conhecimento que se situa na longa duração, para os objetivos de organizar a aprendizagem e fomentar a capacidade crítica dos alunos, a percepção do eu social e das estruturas de percepção do educando inseridos em contextos sociais diversos, a articulação do pensamento historiado contribui para o exercício da crítica, para a promoção de uma aprendizagem que seja alicerçada na percepção de uma consciência social qualitativa e não alienada. Desta feita, aprender história e construir a capacidade de posicionamento, análises e debates pode levar a um percurso gradativo e constante de formação do que Rüsen chama de consciência Histórica, mas, sem a pretensão exclusiva de que a aprendizagem escolar tenha esse fim único.

Assim, o ensino de História não deve se limitar à transmissão de conhecimentos factuais sobre o 15 de novembro de 1889, mas, sobretudo, deve estimular os jovens a compreenderem como a República concebeu e difundiu os ideais de cidadania e pertencimento social entre os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira. Ademais, torna-se imprescindível refletir sobre como os conceitos de cidadania continuam a se manifestar nas estruturas sociais contemporâneas, ainda fortemente influenciadas pelas ideias consolidadas no período republicano.

O movimento republicano teve, entre seus principais articuladores, militares, intelectuais, comerciantes e profissionais liberais. Esses setores da sociedade enxergavam na República não apenas uma oportunidade para resolver os problemas vigentes do país, mas também um meio de ampliar a estrutura política e administrativa de modo a acomodar determinados interesses particulares. O descontentamento com o regime imperial ganhou força e visibilidade, sobretudo quando os militares passaram a expressar sua insatisfação com a monarquia, motivados pela percepção de que o tratamento dispensado a eles não condizia com o papel que haviam desempenhado nos últimos conflitos nacionais.

Somada à insatisfação dos militares, a ideia de uma república passou a ser compreendida por parte significativa da população como uma possível solução para os impasses enfrentados no período. Contudo, a Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, não pode ser analisada como um evento isolado ou fortuito, tampouco desconectado da realidade social da época. Ao contrário, diversos elementos estruturais são indispensáveis para a compreensão mais abrangente das motivações que resultaram na queda do Império, especialmente o protagonismo dos militares nesse processo.

A presença e a influência dos militares devem ser compreendidas no contexto do pós-Guerra do Paraguai (1864–1870), quando se consolidou, na sociedade brasileira, uma imagem positiva desses agentes como representantes da ordem e da capacidade de resolução de conflitos. Nesse cenário, os militares passaram a ocupar um espaço simbólico relevante, sendo vistos por muitos civis como a expressão da moralidade, do progresso e da força capaz de reorganizar a nação. Conforme analisa McCann (2009, p. 17):

Quando o Império foi derrubado, em 1889, os oficiais e seus aliados civis republicanos quiseram tomar o poder em um sistema social e econômico essencialmente intacto para nele exercer influência; desejaram mudar a fachada política, mas não as estruturas básicas. Evitaram expandir e difundir os dois requisitos da participação política efetiva dos cidadãos: a educação pública e o direito de voto. Sua política foi a dos apetites. Muitos de seus sucessores enfrentaram conflitos entre o legado dessas políticas e o objetivo de um Exército profissionalmente eficiente (McCann, 2009, p. 17).

As ideias republicanas, portanto, já estavam em circulação no meio militar antes mesmo da queda da monarquia. Esses oficiais almejavam um novo sistema no qual pudessem se inserir com maior protagonismo e exercer influência política e social. Isso reforça a compreensão de que o 15 de novembro de 1889 não foi um ato espontâneo ou desordenado, mas sim um movimento politicamente articulado, que se sustentava em ideais estruturados, especialmente voltados à valorização da figura do militar e à redefinição dos rumos da nação.

Figuras como Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, entre outros,³ protagonizaram esse momento de inflexão histórica. Esses líderes viam na República uma alternativa concreta para a superação das limitações impostas pela monarquia, sobretudo no que se referia à ascensão social e política dos militares. As ideias defendidas por esses grupos estavam fortemente influenciadas pelo pensamento positivista, o qual exerceu ampla influência no ideário republicano e na formulação de um novo projeto de nação.

No livro *Da Monarquia à República* (1999), Emília Viotti da Costa propõe uma reflexão crítica sobre a instauração do regime republicano, especialmente a partir da visão dos propagandistas republicanos, que viam nesse novo sistema uma ruptura necessária e promissora para o Brasil. Segundo a autora, esses agentes políticos construíram um discurso marcado por um otimismo progressista, no qual a República representava a possibilidade de superação das limitações da monarquia e a inserção do país nas tendências modernas do século XIX. Nesse sentido, a autora destaca: “A Proclamação da República na opinião desses testemunhos foi a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de homens idealistas e corajosos, que conseguiram integrar o país nas tendências do século” (VIOTTI, 1999, p. 387).

Tais “tendências do século” estavam profundamente vinculadas ao ideário de progresso que permeava o final do século XIX e o início do século XX. Esse imaginário coletivo passou a ser fortemente influenciado por paradigmas científicos europeus, especialmente o positivismo comtiano e o evolucionismo spenceriano, que aportaram ao Brasil por meio do discurso dos liberais republicanos. Como observa Regasson:

Um sentimento é o centro aglutinador dessas alterações: a crença otimista na ciência e na modernização. O mundo industrial criava raízes no imaginário brasileiro: o futuro estava próximo e poderia ser alcançado pelo racionalismo científico. Algumas das originalidades teóricas que orbitavam essas ideias na Europa desaguavam aqui: o positivismo comtiano e o evolucionismo spenceriano. República passava a se relacionar cada vez mais com uma aposta modernizante, cientificista e racionalista (Regasson, 2025, p. 9).

Essa concepção evidencia que o discurso em torno da República foi moldado estrategicamente para legitimar transformações desejadas pelas elites brasileiras, reforçando um imaginário que colocava as ideias europeias como imprescindíveis ao desenvolvimento nacional. Os liberais republicanos cultivaram uma narrativa segundo a qual a modernização, orientada pela racionalidade científica e pelos modelos civilizatórios europeus, era um imperativo para o futuro do país.

Por outro lado, Viotti também destaca a visão crítica dos monarquistas, para os quais o advento da República significou perdas substanciais, sobretudo para as classes que detinham prestígio social e

³ Tanto as crônicas dos republicanos quanto as dos monarquistas atribuíam grande importância à atuação dos personagens que se movimentaram na cena política e cujo desempenho era considerado fundamental para explicar os sucessos que culminaram na queda do regime monárquico. Benjamin Constant, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim, Deodoro, Floriano, visconde de Ouro Preto, a princesa Isabel, o conde D’Eu, o imperador são personagens importantes dessa história, comprazendo-se os cronistas em analisar as inclinações, as idiosincrasias, o prestígio, a habilidade ou a inépcia de cada um. (VIOTTI, 1999, p.450)

político durante o Segundo Reinado. A participação da elite agrária no processo de transição foi, segundo a autora, mínima ou quase nula, o que reforça a ideia de que a proclamação foi conduzida por um grupo restrito e não por um movimento amplamente popular. Figuras como o Visconde de Ouro Preto, último chefe de gabinete do Império, argumentavam que o Brasil, sob o regime imperial, havia alcançado notável desenvolvimento econômico e social. Em sua perspectiva, aquele período foi marcado por avanços na infraestrutura nacional, pelo crescimento da produção agrícola — sobretudo do café — e pela expansão das exportações. Tais argumentos sustentavam a tese de que a Monarquia ainda era capaz de conduzir o país no caminho do progresso.

O discurso monarquista contrapõe-se diretamente à narrativa construída pelos republicanos, segundo a qual a transição do Império para a República representava um avanço necessário para o país. Como já discutido anteriormente, o Visconde de Ouro Preto sustentava que o progresso brasileiro já estava em curso durante o regime monárquico, especialmente no que se refere ao crescimento econômico, à ampliação da infraestrutura e ao fortalecimento das exportações agrícolas, como o café. A historiadora Emília Viotti da Costa chama atenção para a existência de conflitos discursivos entre monarquistas e republicanos, os quais revelam não apenas divergências ideológicas, mas também interesses políticos e sociais distintos, presentes na sociedade brasileira da virada do século XIX para o XX. Em sua análise, tais disputas evidenciam as diferentes interpretações sobre o legado imperial e os rumos tomados pelo regime republicano recém-instalado.

Para os monarquistas, o Império havia assegurado ao Brasil um período de relativa estabilidade institucional, liberdade civil, prosperidade econômica e certo prestígio internacional. Nesse sentido, Viotti sintetiza a percepção crítica dos defensores da monarquia da seguinte forma: “Uma simples parada militar substituiria esse regime por outro instável, incapaz de garantir a segurança e a ordem ou de promover o equilíbrio econômico e financeiro e, que além de tudo, restringia a liberdade individual” (VIOTTI, 1999, p. 393). Essa avaliação negativa da República, expressa por setores vinculados ao regime deposto, reforça a ideia de que a mudança de regime não foi amplamente consensual nem isenta de críticas. Ao contrário, tratou-se de um processo permeado por tensões, resistências e disputas sobre o próprio significado de progresso, ordem e liberdade na construção da identidade nacional.

A visão monarquista sustentava que o novo regime republicano, desde sua origem, carregava consigo sinais de instabilidade e desorganização institucional, sendo, portanto, percebido por seus opositores como um projeto fadado ao fracasso. Essa leitura crítica deve ser analisada à luz da reconfiguração do poder político ocorrida com a instalação da Primeira República, particularmente no que se refere à participação da elite agrária.

É importante destacar, contudo, que a elite agrária — especialmente os grandes proprietários de terra ligados à cafeicultura paulista e mineira — não perdeu protagonismo político com o advento da República. Ao contrário, ela consolidou seu poder por meio da política dos governadores e do pacto oligárquico que marcou a chamada “República da Espada” (1889–1894) e, posteriormente, a “República

Oligárquica” (1894–1930). Portanto, a ideia de que essa elite teria sido excluída com o novo regime não se sustenta à luz dos fatos históricos. O que ocorreu, na realidade, foi uma recomposição das alianças políticas e uma transição do poder centralizado no imperador para as oligarquias regionais, especialmente São Paulo e Minas Gerais.

A propaganda republicana, por sua vez, foi articulada em torno de ideais como modernização, racionalização administrativa, progresso científico e educação pública. Essa retórica gerou expectativas em certos segmentos urbanos e letrados da população, ainda que, na prática, o novo regime tenha mantido amplamente os mecanismos de exclusão política herdados do período imperial. O voto censitário, o domínio das oligarquias locais e a exclusão de amplas parcelas da sociedade — como negros, indígenas, ex-escravizados, mulheres e analfabetos — permaneceram como traços marcantes da cultura política da Primeira República.

Durante o período imperial, grande parte da população brasileira era composta por pessoas escravizadas, formalmente excluídas de qualquer possibilidade de participação política e social. Com o advento dos ideais republicanos, propagados por meio de um discurso centrado na construção da cidadania e na promessa de inclusão social, muitos desses grupos marginalizados vislumbraram uma oportunidade de transformação. Esperava-se que a República representasse a ruptura com o passado excludente, promovendo a consolidação de direitos e o reconhecimento das lutas históricas dos setores oprimidos.

No entanto, na prática, essas expectativas não se concretizaram. A promessa de um sistema político pautado na autonomia cidadã e na ampliação das vozes populares revelou-se ilusória. Apesar do discurso republicano que acenava para um Estado mais acolhedor e comprometido com a justiça social, a estrutura de poder manteve-se centralizada nas mãos das elites, reproduzindo as desigualdades herdadas do período monárquico.

Desde os momentos iniciais da Proclamação da República, ocorrida em 15 de novembro de 1889, a ausência de participação popular foi evidente. O episódio não foi fruto de uma mobilização popular organizada, mas sim conduzido por setores militares, em uma ação que assumiu os contornos de uma parada militar. A população, mais uma vez, foi relegada à condição de espectadora de um processo que redefinia os rumos políticos da nação. Compreender como se estruturava a concepção de povo no contexto da Primeira República é fundamental para avaliar os limites e contradições do novo regime. Como destaca José Murilo de Carvalho:

No Brasil não havia povo político, não havia cidadãos, nem mesmo na capital do país. A política era, na melhor das hipóteses, assunto dos estados-maiores das classes dominantes. Na pior, produto das rivalidades de chefes militares, entrando o povo apenas fortuitamente como massa de manobra (Carvalho, 2019, p. 65).

Essa limitação estrutural manifesta-se em diversas esferas da vida social e política. No âmbito institucional, evidencia-se uma organização republicana que legitimava e fortalecia os interesses das oligarquias agrárias e das elites regionais. O modelo republicano, que inicialmente apresentava-se como

promotor da cidadania ativa, rapidamente revelou seu viés excludente, consolidado por práticas como o coronelismo, o clientelismo e o voto de cabresto. Tais práticas contribuíram para o controle sistemático do processo eleitoral pelas elites, impedindo a efetiva participação popular nas decisões políticas e sociais. Assim, a República brasileira demonstrou-se, em sua configuração histórica, um regime que reforçou a lógica hierárquica do poder e a manutenção das regalias das classes dominantes. Esse arranjo resultou na marginalização de amplos segmentos da população — especialmente os ex-escravizados, trabalhadores rurais e urbanos pobres, mulheres, indígenas e analfabetos —, reafirmando um padrão de exclusão e desigualdade que se perpetuaria por décadas.

A conjuntura republicana foi marcada por um discurso modernizador que prometia ampliar a participação popular e consolidar um Estado nacional forte, centralizado e organizado. No entanto, desde seus primeiros momentos, a República manteve o povo em posição secundária. José Murilo de Carvalho retoma a conhecida frase de Aristides Lobo, que resume com precisão a ausência de engajamento popular na Proclamação da República: “Essas observações não estão, no entanto, distantes da frase de Aristides Lobo, segundo o qual o povo teria assistido ‘bestializado’ à proclamação da República, sem entender o que se passava” (CARVALHO, 2019, p. 65).

Essa fala, originalmente publicada em forma de carta no periódico *Diário Popular*, expressa de forma contundente a distância entre os protagonistas da mudança política e as massas populares. A proclamação liderada por Deodoro da Fonseca teve forte caráter militar, assemelhando-se mais a uma manobra das elites e das forças armadas do que a um processo democrático de mobilização coletiva.

A distância entre o povo e as elites dirigentes ficou ainda mais evidente com o avanço do regime republicano, impedindo a formulação de um verdadeiro projeto de cidadania voltado à construção de uma nação inclusiva. O ideário republicano falhou em atender às demandas das camadas populares, contribuindo, ao contrário, para o aperfeiçoamento de um sistema excludente e autoritário. A participação popular, quando existia, era reduzida a formas mínimas ou meramente simbólicas. Dessa forma, compreender o Brasil pós-1889 exige uma análise crítica das narrativas que sustentaram o regime republicano e sua exclusão estrutural. A República não se constituiu como espaço universal de representação, mas como arena seletiva de interesses oligárquicos e de grupos restritos que controlavam os mecanismos do poder. Esse cenário torna necessário repensar o lugar do povo nas interpretações históricas sobre o período.

Essa reflexão é ainda mais relevante quando se trata do ensino de História. É preciso questionar como apresentar a República em sala de aula, considerando sua origem excludente e a ausência de participação popular efetiva. Isso significa promover nos estudantes uma leitura crítica da construção da cidadania no Brasil, desvelando as manipulações, limites e contradições que permeiam esse processo histórico. Incluir tais discussões nos conteúdos escolares contribui para o entendimento dos espaços de pertencimento social, da construção da cidadania e da redefinição de uma sociedade que, ainda no final do século XIX, começava a se defrontar com o desafio de perceber o negro fora da senzala e de construir

uma identidade nacional que se pretendia civilizada.

1.2. O 15 de novembro de 1889

Para uma compreensão mais abrangente da República brasileira, é essencial analisar não apenas sua proclamação formal em 1889, mas também os processos históricos que culminaram na consolidação desse sistema político. A construção da República no Brasil foi marcada por tensões políticas, interesses divergentes e o protagonismo de figuras históricas que desempenharam papel decisivo na formulação e na propagação do ideário republicano.

Ao investigarmos o processo da Proclamação da República, torna-se evidente o papel central desempenhado pelos militares na deflagração da mudança de regime. Na manhã de 15 de novembro de 1889, o país vivenciou uma transformação abrupta em sua estrutura política, com reflexos que se estenderiam para o campo econômico e social nas décadas seguintes. Esse momento marcou uma inflexão histórica que redefiniu os rumos institucionais do Brasil, inserindo-o em um novo ciclo de organização do poder.

Diversos fatores contribuíram para a derrocada da monarquia e para a construção do novo regime. Entre os mais relevantes, destacam-se a insatisfação de setores da elite com o governo imperial, o crescimento da influência de grupos republicanos e, sobretudo, o papel estratégico das Forças Armadas. Os militares, especialmente os do Exército, sentiam-se desvalorizados pelo tratamento recebido durante o reinado de Dom Pedro II. A busca por reconhecimento institucional e melhores condições dentro da hierarquia do Estado foi um dos vetores que impulsionaram sua adesão ao movimento republicano. A combinação desses fatores — crise da monarquia, articulação republicana e protagonismo militar — resultou em um movimento que, embora revestido de legalidade posterior, teve caráter eminentemente golpista. A Proclamação da República, liderada pelo Marechal Deodoro da Fonseca, instaurou um novo regime por meio da destituição do imperador Dom Pedro II e da expulsão da família real do território brasileiro.

O 15 de novembro de 1889, portanto, representou um divisor de águas na história política nacional. A República brasileira nasceu imbuída de forte intervenção militar e marcada por uma perspectiva de mudança institucional urgente. Ainda que se apresentasse como portadora de progresso e modernidade, sua gênese esteve ancorada em interesses restritos e na ação de grupos que buscavam reconfigurar a estrutura do poder estatal em benefício de suas agendas específicas.

A historiadora Emília Viotti da Costa (1999) reflete sobre a mentalidade da população brasileira no final do século XIX e sobre o papel desempenhado pelo Exército no processo de transição do regime monárquico para o republicano. A autora destaca, em sua análise, como parte da historiografia do período buscou interpretar a atuação militar como expressão das aspirações populares naquele momento de transformação institucional:

Analisando, finalmente, a questão militar, procura demonstrar que, ao assumir a liderança do movimento, o Exército foi o veículo das aspirações populares: “o povo selecionado no Exército foi o grande operário do movimento”. “O povo e o Exército têm sido os maiores contribuintes da realização das aspirações nacionais”. “Provindo dos elementos mais democráticos, têm conjuntamente vibrado os mesmos sentimentos e concorrido para o mesmo fim, nas grandes emergências da pátria” (Viotti, 1999, p.389-390).

Essa interpretação atribui ao Exército o papel de mediador entre as vontades populares e o novo regime, o que sugere uma forma de legitimação política do movimento republicano por meio da participação de setores sociais integrados às fileiras militares.

Entretanto, é necessária cautela ao se interpretar esse momento inicial da República exclusivamente como um movimento popular ou revolucionário. Embora tenha sido vista por parte da elite urbana como a abertura de uma nova era de progresso e modernização, a República também foi alvo de críticas e resistência, especialmente entre os monarquistas que desejavam a restauração do regime imperial. Para grande parte da população, sobretudo os que viviam em zonas rurais e periféricas, os efeitos da mudança de regime não foram sentidos de maneira imediata, o que evidencia a assimetria na percepção da ruptura política.

Os debates que emergiram no período pós-Proclamação foram plurais, abrangendo desde questionamentos sobre a legitimidade do evento de 15 de novembro de 1889 até críticas à ausência de participação popular no processo. Além disso, é fundamental compreender as correntes de pensamento que se desenvolveram nesse contexto, observando as ideias em circulação e os moldes intelectuais nos quais se fundamentavam.

Emília Viotti da Costa (1999) contribui decisivamente para essa compreensão ao apresentar duas interpretações fundamentais sobre a origem da República: a teoria civilista e a militarista. A visão civilista sustentava que a República foi imposta por um golpe militar, sem respaldo popular, o que acentuava uma leitura crítica da intervenção das Forças Armadas e gerava desconfiança em relação ao novo sistema político. Em contraposição, a perspectiva militarista exaltava a ação dos militares como um ato patriótico e revolucionário, conferindo-lhes um papel heroico na construção da nova ordem republicana. Vale destacar que essa tensão entre civis e militares não se iniciou com a República, mas já se fazia presente durante o período imperial, refletindo conflitos latentes sobre os rumos da política nacional.

Nesse contexto, José Murilo de Carvalho (2017, p. 36) observa: "O fato de ter sido a proclamação um fenômeno militar, em boa parte desvinculado do movimento republicano civil, significa que seu estudo não pode, por si só, explicar a natureza do novo regime." Dessa forma, a participação dos militares na Proclamação da República não pode ser vista como um evento aleatório, mas sim como um movimento estratégico com impacto significativo na política nacional. Ainda assim, é necessária cautela ao interpretar esse momento. Enquanto parte da população — especialmente a elite urbana e os líderes republicanos — percebia a República como o início de uma era de progresso e modernização, muitos brasileiros, sobretudo aqueles que viviam em áreas afastadas dos centros urbanos,

não sentiram de imediato os efeitos dessa mudança. Paralelamente, grupos monarquistas criticavam a nova ordem e defendiam a restauração da monarquia.

O papel desempenhado pelos militares não se limitou ao momento inaugural da República; pelo contrário, estendeu-se ao desenvolvimento e à legitimação do sistema republicano. Foram eles que lideraram o movimento de 15 de novembro de 1889 e, por meio de um golpe de Estado, instauraram a República. Para os militares, essa mudança representava uma reconfiguração do quadro político, com possíveis benefícios para aqueles vinculados ao círculo civil-militar. Na prática, porém, os resultados foram distintos. Ao assumir a presidência, o Marechal Deodoro da Fonseca (1889–1891) enfrentou diversos desafios relacionados à legitimação do novo regime, gerando tensões com as elites agrárias. A solução encontrada por Deodoro foi recorrer ao uso da força como mecanismo para manter a ordem e consolidar o poder. Como aponta McCann (2009, p. 45):

A instabilidade política e militar e a violência da década de 1890 resultaram, em parte, da falta de consenso entre as elites civis quanto ao modo como o país deveria ser governado; analogamente, os oficiais militares não conseguiram chegar a um consenso quanto a seus status, sua relação com o regime político ou seus objetivos institucionais (McCann, 2009, p.45).

Para compreender plenamente o processo que culminou na Proclamação da República, é necessário considerar que civis políticos e as classes armadas uniram forças de maneira pontual para derrubar a monarquia. Essa aliança, entretanto, mostrou-se temporária. Após o ato da proclamação, emergiram tensões entre civis e militares, reacendendo a insegurança quanto ao rumo do novo regime. Muitos acreditavam que, com a consolidação da República, os militares retornariam aos quartéis, permitindo maior participação civil na política. No entanto, isso não ocorreu. O período inicial da República foi marcado pelo domínio militar, resultando em um governo sustentado pelo “poder da espada” e pela repressão aos setores populares.

A República brasileira não deve ser analisada de maneira acrítica ou unidimensional, como se representasse exclusivamente um avanço positivo para o país. Ao contrário, é fundamental ampliar as discussões em torno de sua formação, reconhecendo que, desde sua origem, o novo regime foi objeto de interpretações ambíguas e disputas de narrativa. Destacam-se, nesse sentido, duas perspectivas contrastantes: de um lado, a visão monarquista, que denunciava a Proclamação da República como um golpe militar sem legitimidade popular; de outro, a perspectiva republicana, que defendia a legitimidade do novo regime como um marco de progresso político e social. Ambas as correntes buscaram, a seu modo, atribuir significado ao processo de transição e à definição de seus protagonistas, bem como às vantagens e limitações que o novo sistema trouxe para o povo brasileiro.

A partir dessa abordagem, a presente pesquisa propõe desenvolver, nas aulas de História do Ensino Fundamental, especialmente com alunos do 9º ano, uma reflexão crítica e ampliada sobre a formação da República no Brasil. O objetivo é analisar os moldes em que se estruturaram as bases políticas e econômicas da Primeira República, desde o processo de sua proclamação, em 1889, até os anos iniciais do novo regime (1889–1930). Busca-se, ainda, compreender como a representação popular

nesse período é retratada nos livros didáticos, com vistas a aprimorar a abordagem didática da construção da cidadania brasileira e promover a formação de uma consciência histórica mais crítica entre os estudantes.

Compreender esse processo exige retomar, de forma sintética, os antecedentes históricos que o antecederam. A separação formal do Brasil em relação à coroa portuguesa, com a Independência de 1822, inaugurou um novo ciclo de transformações institucionais. A esse marco seguiu-se, nas décadas seguintes, o fortalecimento do debate abolicionista, que culminaria na extinção legal da escravidão em 1888. A combinação desses dois processos — Independência e Abolição — preparou o terreno para a emergência de uma sociedade com aspirações mais liberais, em que a aproximação entre Estado e povo passou a ser objeto de debate.

No entanto, apesar da promessa de democratização implícita no novo sistema político instaurado com a República, o regime nascente manteve diversas continuidades com a ordem anterior. As estruturas políticas e econômicas foram apenas parcialmente reformuladas. O novo sistema assumiu uma roupagem modernizante, mas permaneceu alicerçado em velhas práticas de exclusão social. Embora a República tivesse, em tese, o objetivo de inserir amplamente a população brasileira no processo decisório político e econômico, a realidade demonstrou uma permanência das barreiras à participação popular, diferindo apenas formalmente do modelo monárquico anterior, onde a exclusão era aberta e institucionalizada.

A transição para o regime republicano no Brasil implicou desafios estruturais significativos à sua consolidação, especialmente no que se refere à reorganização das relações sociais e econômicas após a abolição da escravidão. Uma das questões centrais do período era a definição dos caminhos possíveis para a inserção social dos recém-libertos, em um país que até 1888 havia sustentado sua economia em bases escravistas. Os reflexos imediatos desse processo contribuíram para o aumento do desemprego, em especial entre a população negra, recém-excluída do regime de cativo e ainda sem acesso a mecanismos de proteção ou inclusão social (VIOTTI DA COSTA, 1999; CHALHOUB, 2003).

Diante desse cenário, os republicanos assumiram o desafio de construir um governo que buscasse instituir uma noção de identidade nacional. Tal identidade, em tese, deveria abranger a diversidade étnico-cultural da população brasileira, integrando os diferentes grupos sociais à lógica do novo regime. No entanto, essa integração foi mais discursiva do que efetiva. Como observa José Murilo de Carvalho (2019), a cidadania na Primeira República era restrita e operava sob forte exclusão social e racial. As políticas públicas do início da República não foram capazes de enfrentar, de modo estrutural, as desigualdades herdadas do passado escravista.

Cabe destacar que a abolição da escravidão não foi o único elemento responsável pelo agravamento das condições sociais no limiar entre os séculos XIX e XX. A transição do trabalho compulsório para o regime assalariado gerou tensões consideráveis no mercado de trabalho. Além disso, a intensificação da imigração europeia, estimulada por políticas governamentais que buscavam substituir a mão de obra negra por trabalhadores considerados “mais aptos” pelas elites agrárias, acirrou

a concorrência por empregos. Essa preferência institucionalizada por imigrantes europeus dificultou ainda mais o acesso da população negra ao mercado formal, agravando as desigualdades sociais e consolidando formas sutis de exclusão racial (SCHWARCZ, 1993; CHALHOUB, 2003).

No contexto da Proclamação da República, diversos grupos sociais com interesses distintos participaram do movimento republicano — entre eles, escravocratas, abolicionistas, militares, civis, estudantes e pequenos comerciantes (ALONSO, 2002). Essa pluralidade, entretanto, não se refletiu em uma efetiva democratização das estruturas de poder. A integração da população negra ao novo sistema político e econômico permaneceu marginalizada. Ainda que o discurso da construção de uma identidade nacional mais inclusiva começasse a ganhar espaço, os obstáculos à inclusão social continuavam profundos e estruturais.

Essa configuração revela que, mesmo com a ascensão do regime republicano, a sociedade brasileira manteve estruturas excludentes herdadas do período imperial. A inclusão efetiva da população negra e de outras minorias nas decisões políticas e nas oportunidades econômicas permaneceu como um desafio significativo, refletindo as limitações do novo regime em romper com práticas discriminatórias historicamente enraizadas (CARVALHO, 2019; VIOTTI DA COSTA, 1999).

No cenário que protagonizou o movimento republicano, diversos interesses e perspectivas estavam entrelaçados, evidenciando a pluralidade de grupos sociais que participaram da ruptura com o Império. Escravocratas e abolicionistas, militares e civis, estudantes e pequenos comerciantes estiveram presentes, trazendo à tona a questão da inserção dos negros libertos no novo pacto nacional. Esses indivíduos, excluídos da política imperial, continuavam marginalizados, exigindo que o conceito de nação passasse a incorporar aqueles que efetivamente constituíam a maior parte da população brasileira.

A ideia de nação e de pátria passou, então, a ser invocada como um instrumento simbólico de unificação da diversidade populacional brasileira dentro do novo sistema político republicano. Em tese, essa visão inclusiva buscava conferir legitimidade ao novo regime, consolidando sua base de apoio político e social. Entretanto, na prática, o discurso de progresso e modernidade não foi acompanhado de medidas concretas de inclusão. A diversidade racial, embora presente no ideário republicano, não se traduziu em políticas efetivas voltadas à equidade social. Conforme destaca Munanga:

Como acontece geralmente na maioria dos países colonizados, a elite brasileira do fim do século XIX e início do século XX foi buscar seus quadros de pensamentos na ciência européia ocidental, tida como desenvolvida, para poder não apenas teorizar e explicar a situação racial do seu País, mas também, e sobretudo, propor caminhos para a construção de sua nacionalidade, tida como problemática por causa da diversidade racial (Munanga, 2008, p. 53).

Portanto, qualquer discussão sobre o suposto caráter democrático da Primeira República deve considerar, necessariamente, o número efetivo de eleitores e o acesso real aos direitos políticos. A exclusão sistemática de grande parte da população — negros recém-libertos, mulheres, indígenas e analfabetos — evidencia que o projeto republicano esteve longe de consolidar uma democracia efetiva. Essa restrição não apenas perpetuou as desigualdades herdadas do Império, como também comprometeu

a construção de uma cidadania substantiva no Brasil, pois o pensamento dominante no período via como obstáculo a formação de uma lógica nacionalista que contemplasse a diversidade racial e social brasileira.

1.3.O modelo republicano pós 1889: a sociedade, a economia e a nação

O ano de 1889 representou um marco na história política do Brasil, com a Proclamação da República inaugurando a chamada Primeira República (1889–1930). O novo regime se consolidou em consonância com a estrutura socioeconômica existente, mantendo os interesses das elites agrárias no centro do poder. A legitimação do modelo republicano, ainda que revestida de discursos modernizantes, implicou uma reorganização do quadro político nacional, sem romper com as práticas oligárquicas herdadas do Império.

Nesse contexto, o modelo republicano brasileiro passou a atender prioritariamente às oligarquias regionais, especialmente as elites de São Paulo e Minas Gerais, configurando o que ficou conhecido como Política do Café com Leite (VISCARDI, 2011; FAUSTO, 1995). Essa aliança político-econômica visava garantir a alternância presidencial entre os estados, assegurando a manutenção dos privilégios e da hegemonia das aristocracias agrárias. O predomínio desses grupos culminou na consolidação de práticas políticas como o coronelismo e o voto de cabresto, marcas profundas do regime republicano oligárquico (CARVALHO, 2006; SCHWARCZ, 2019).

Marcada por um forte elitismo, a Primeira República (1889–1930) consolidou um regime em que a elite agrária — especialmente os grandes proprietários de terras — exerceu hegemonia sobre as decisões políticas nacionais. As oligarquias regionais, particularmente em estados como São Paulo e Minas Gerais, moldaram as instituições para a manutenção de seus privilégios econômicos e sociais. Nesse contexto, práticas como o coronelismo tornaram-se instrumentos de dominação local e controle do eleitorado, contribuindo diretamente para a formação da chamada Política dos Governadores — um arranjo informal que articulava as bases locais e o poder central (FAUSTO, 1995; CARVALHO, 2006). Esses mecanismos políticos serão aprofundados na seção seguinte, com atenção especial à forma como limitaram a consolidação de uma cidadania ampla no período republicano.

A estrutura política da Primeira República (1889–1930) foi marcada por uma forte exclusão social e pela limitação do exercício da cidadania a uma parcela restrita da população brasileira. A alfabetização foi utilizada como critério excludente, impedindo o acesso ao voto de analfabetos, mulheres, indígenas, negros recém-libertos e grande parte da classe trabalhadora urbana e rural. Nesse contexto, o coronelismo consolidou-se como mecanismo de controle político, caracterizado por coerções, ameaças e pelo voto de cabresto, sustentando o poder das oligarquias regionais (CARVALHO, 2001; WEFFORT, 1978).

Do ponto de vista econômico, a Primeira República foi estruturada com base em uma economia

agrária exportadora, centrada na produção de café, especialmente no estado de São Paulo, que se consolidou como principal polo econômico do país. Essa base agroexportadora fortaleceu a aristocracia rural, que passou a exercer influência direta sobre as instituições políticas (FAUSTO, 1995; SCHWARCZ; STARLING, 2015). A classe trabalhadora que emergiu no período era majoritariamente composta por imigrantes europeus, trazidos ao Brasil para suprir a demanda por mão de obra após a abolição da escravidão, em 1888. Esses trabalhadores assalariados assumiram o lugar dos antigos escravizados, evidenciando o surgimento de uma nova estrutura laboral e social nas zonas urbanas e nas fazendas de café do Sudeste.

Portanto, a estrutura política e econômica da Primeira República foi marcada por uma modernização conservadora, que preservou a hierarquia social vigente, adaptando-se à nova ordem republicana sem romper com o legado autoritário e excludente do passado imperial. Esses elementos serão aprofundados na seção seguinte, com atenção especial aos mecanismos de poder que dificultaram a consolidação de uma cidadania plena no Brasil republicano.

1.4 Entre Cabrestos e Coronéis: A Dinâmica Política e cidadã da Primeira República.

A transição do regime monárquico para o republicano, ocorrida em 15 de novembro de 1889, inaugurou um novo período na história política do Brasil, denominado pela historiografia como Primeira República, cuja vigência se estendeu até 1930. Esse momento foi marcado por transformações significativas nos campos político e social, que, embora revestidas de um discurso modernizante, mantiveram muitos elementos herdados do período imperial. O modelo republicano que se consolidou nesse contexto apresentou características singulares, entre elas o predomínio das oligarquias regionais, o coronelismo, o voto de cabresto e a construção de uma cidadania restrita e excludente.

Para garantir sua consolidação e legitimação, a República adotou estratégias políticas que privilegiaram os interesses das elites agrárias, especialmente nas regiões Sudeste e Nordeste. O coronelismo, por exemplo, funcionou como um elo entre o poder local e o governo central, permitindo a manutenção da ordem e da hegemonia por meio do controle do voto e da coação simbólica e material sobre o eleitorado (LEAL, 1949; VISCARDI, 2011). Assim, apesar da substituição formal da monarquia por uma república, os mecanismos de exclusão e concentração de poder político foram mantidos e atualizados.

Neste estudo, propõe-se discutir, de maneira articulada e didática, os elementos centrais que estruturaram a Primeira República, com o objetivo de oferecer subsídios para a construção de práticas pedagógicas mais críticas e eficazes. Busca-se, com isso, tornar o processo de ensino-aprendizagem da História mais acessível e relevante aos estudantes, destacando como a República Brasileira foi sendo constituída e quais contradições marcaram esse processo (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Apesar da ruptura institucional de 1889, diversos traços do regime imperial permaneceram vivos na cultura política republicana. A exclusão da maior parte da população das decisões políticas, a

concentração de poder nas mãos das elites e a fragilidade da cidadania ativa foram legados que moldaram a Primeira República. Nesse contexto, a figura do coronel se destaca como símbolo da intermediação entre as oligarquias locais e o Estado nacional. Para fins pedagógicos, torna-se relevante propor reflexões como: quem eram esses coronéis e qual foi seu papel na manutenção do modelo republicano excludente e clientelista?

O termo “coronel”, ainda que associado à Primeira República, tem suas raízes no período imperial, especialmente nas práticas de mandonismo⁴ e dominação local exercidas pelas elites rurais. Durante o Império, tais práticas se consolidaram por meio de mecanismos informais de poder, cujas origens remontam à estrutura patrimonialista herdada do período colonial (LEAL, 1949). A centralização política, combinada com a fragilidade das instituições nacionais, favoreceu a ascensão de lideranças locais que exerceram grande influência sobre os assuntos administrativos.

Esse fenômeno ganhou maior visibilidade no período das Regências (1831–1840), quando a ausência de uma autoridade central forte — em virtude da menoridade de Dom Pedro II — ampliou a autonomia das elites regionais na condução dos assuntos locais. Nesse contexto, o poder descentralizado e exercido por líderes locais consolidou as bases do que, mais tarde, se desenvolveria como coronelismo (FAUSTO, 1995; CARVALHO, 2001).

Outro elemento importante para a compreensão desse processo foi a criação da Guarda Nacional, instituída após a Independência, em 1831, com a função de assegurar a ordem pública e reforçar a autoridade do Estado em nível local. Composta majoritariamente por membros das elites rurais e urbanas, a Guarda Nacional acabou por fortalecer o poder das oligarquias regionais. Como aponta Fausto (2006, p. 185), “uma vez proclamada a Independência, a formação da Guarda Nacional acompanhou as divisões das hierarquias familiares, cada batalhão representando, por assim dizer, uma parentela”. A vinculação entre poder militar, propriedade e linhagem familiar reforçou o controle social e político exercido por determinadas famílias sobre suas regiões, o que contribuiu para a perpetuação das práticas clientelistas que marcariam a Primeira República.

Dessa forma, a análise dessas continuidades institucionais e sociais entre Império e República é fundamental para compreender as dificuldades enfrentadas na construção de uma cidadania efetiva e inclusiva no Brasil. A persistência de estruturas de poder personalistas e excludentes ajuda a explicar por que a República Brasileira, apesar do discurso modernizante, manteve traços oligárquicos em sua organização política.

⁴ O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel com o indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral, a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. (CARVALHO, 1997). Para Maria Isaura Pereira de Queiroz: o mandonismo local teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil (QUEIROZ, 1977: 160).

Os coronéis, chefes das antigas milícias locais, eram responsáveis por garantir a manutenção da autoridade dos grandes proprietários de terra, desempenhando papel central na administração política regional. Por meio do mandonismo, esses líderes locais exerciam amplo poder nas regiões rurais, sem oposição significativa da população ou interferência direta do governo central. O mandonismo, entretanto, não configurava um sistema de governo de alcance nacional, estando restrito aos domínios do coronel e à organização sociopolítica das áreas rurais sob sua influência. Como destaca Leal (1976), tratava-se de um domínio exercido "da porteira para dentro", fortemente sustentado pela hierarquia fundiária e pelos laços clientelistas estabelecidos entre o coronel e os trabalhadores rurais.

Compreender essa distinção é essencial no espaço escolar, pois permite que os estudantes reconheçam as diversas camadas de dominação presentes na estrutura agrária brasileira. O mandonismo revela como as relações de poder operavam nos espaços mais próximos ao cotidiano dos trabalhadores rurais, muitos dos quais viviam em situação de dependência em relação ao latifúndio. Essa análise adquire especial importância em escolas situadas no interior do país, onde os alunos frequentemente pertencem a famílias que vivem em áreas rurais e estão inseridos em redes sociais marcadas por heranças dessas formas de dominação.

Por sua vez, o coronelismo não surgiu com a República, mas possui raízes profundas no contexto agrário do Império. A concentração fundiária e a fragilidade das instituições públicas permitiram que os grandes proprietários exercessem ampla influência sobre a política local desde o século XIX. Como observa Fausto (2006, p. 173), “apesar da passagem do Império à República, a estrutura política persistia, e com ela persistiram os ‘coronéis’, designação que datava já do Império”. A Primeira República apenas formalizou essa estrutura, integrando-a aos mecanismos do Estado, como se verá na análise da Política dos Governadores.

A continuidade das práticas políticas e sociais durante a transição do Império para a República (1889) evidencia como as elites agrárias conseguiram preservar sua posição de poder, adaptando-se às novas estruturas institucionais sem perder sua influência. A Guarda Nacional, criada ainda no período imperial com o objetivo de manter a ordem pública, foi progressivamente instrumentalizada por essas elites como um mecanismo de controle social e político. Sua atuação contribuiu para consolidar a dominação local e legitimar o poder dos grandes proprietários rurais, que passaram a exercer influência decisiva sobre a vida política regional.

Com a Proclamação da República e a descentralização administrativa que se seguiu, os antigos proprietários de escravizados passaram por um momento de reconfiguração econômica e social. A abolição da escravidão (1888) e a perda de prerrogativas imperiais colocaram em risco seus lucros e prestígio. Em resposta a essa nova conjuntura, essas elites buscaram reafirmar seu domínio político por meio da concentração de poder em nível local. Essa dinâmica contribuiu para a consolidação da figura dos coronéis — líderes regionais que, amparados por redes clientelistas e pela ausência de uma autoridade central forte, passaram a exercer o controle político em suas localidades (LEAL, 1976;

SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O coronelismo se consolidou como um sistema de poder local no qual os coronéis — grandes proprietários de terras e líderes políticos regionais — exerciam controle absoluto sobre a população. Esses chefes políticos mantinham a ordem e protegiam seus interesses por meio de redes clientelistas e da manipulação do processo eleitoral. Como destaca Fausto (2006):

Um “coronel” importante constituía assim uma espécie de elemento socioeconômico polarizador, que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores. Era o elemento-chave para se saber quais as linhas políticas divisórias entre os grupos e subgrupos na estrutura tradicional brasileira. A pergunta “Quem é você?” recebia invariavelmente a resposta: “Sou gente do coronel Fulano” (Fausto, 2006, p. 173).

A influência exercida por um coronel não se restringia às camadas populares, estendendo-se também às elites locais. A figura do coronel era, muitas vezes, vista com naturalidade e até legitimada socialmente, em um contexto no qual a cidadania era restrita e o poder político estava concentrado nas mãos de poucos. Durante a Primeira República (1889–1930), esse sistema político desenvolveu-se com características particulares, refletindo um modelo de dominação ancorado em vínculos pessoais e patrimonialistas.

Nesse período, o sistema eleitoral brasileiro era marcado por práticas como o voto de cabresto⁵, que se associava à ocorrência frequente de fraudes eleitorais. Tais práticas evidenciam o grau de controle que os coronéis exerciam sobre o eleitorado em suas regiões. Como observa Arruda (2007): “A estrutura piramidal do mando, com os coronéis na base, as oligarquias no centro e o governo federal no vértice, constituiria um abrigo que tornou os grandes proprietários de terras impermeáveis a eventuais mudanças” (ARRUDA, 2007, p. 174-175). Assim, o coronelismo não apenas sobreviveu à transição do Império para a República, mas foi fortalecido por um sistema político e eleitoral que favorecia o domínio das elites agrárias sobre as estruturas locais de poder.

O sistema de controle político exercido pelas oligarquias durante a Primeira República (1889–1930) fundamentava-se em práticas autoritárias e excludentes, sendo o *voto de cabresto* uma das mais evidentes. Por meio desse mecanismo, tanto as oligarquias quanto os coronéis garantiam que os votos fossem direcionados aos candidatos de sua escolha, assegurando a preservação de seus interesses econômicos e políticos. A inexistência do voto secreto potencializava o domínio sobre o eleitorado, permitindo o uso de intimidações e coações para influenciar a escolha dos eleitores.

As características do *voto de cabresto* tornam-se ainda mais claras ao se observar como os

⁵ Diz-se do voto dado pelo eleitor aos candidatos que lhe são inculcados por um chefe político ou cabo eleitoral, sem que o votante – denominado “eleitor de cabresto” – saiba exatamente em quem vota, ou por que vota. Tais eleitores são transportados para “currais eleitorais”, onde são alimentados e festejados, e de onde somente saem na hora de depositar o voto na seção eleitoral. Ver: VOTO de cabresto. In: FARHAT, Saïd. **Dicionário parlamentar político: o processo político e legislativo no Brasil**. São Paulo: Melhoramentos; Fundação Peirópolis, 1996. p. 970.

coronéis utilizavam-se de ameaças psicológicas, violência física e até da demissão de trabalhadores como formas de assegurar votos. Tais práticas não apenas fragilizavam a autonomia do eleitor, como também fortaleciam o poder dos coronéis sobre as comunidades locais, consolidando sua posição nas estruturas de poder regional.

Nesse contexto, o *coronelismo* tornou-se uma prática recorrente nos arranjos políticos da Primeira República. Os coronéis — líderes locais com base no latifúndio e com prestígio político — detinham ampla influência sobre suas regiões de origem, exercendo um poder quase autônomo e, por vezes, paralelo ao do Estado. Essa configuração lhes permitia controlar aspectos da vida política e econômica da população local, reforçando uma estrutura de dominação baseada no clientelismo, no patrimonialismo e na exclusão cidadã.

Entretanto, o poder dos coronéis não se sustentava de forma isolada. Para ampliar sua autoridade e manter o prestígio local, era essencial estabelecer alianças estratégicas com governadores e outras lideranças políticas. Essa rede de apoio fortalecia sua autonomia e assegurava a preservação de seus interesses, como observa Zomer (2018, p. 28): “em um governo oligárquico e com influência federalista, coronéis tinham o controle da região e faziam trocas políticas com o governo federal”.

Essas trocas políticas foram fundamentais para perpetuar o poder das oligarquias regionais, especialmente por meio da chamada *política dos governadores* — um acordo informal que articulava o apoio mútuo entre as elites locais e o governo federal. Assim, os coronéis mantinham sua influência mediante redes clientelistas, baseadas em favores e lealdades, o que lhes permitia exercer um poder difuso, mas altamente eficaz. Esse arranjo evidencia que o sistema republicano brasileiro da Primeira República foi marcado por práticas políticas autoritárias e excludentes, que restringiram o desenvolvimento de uma cidadania plena e democrática.

A partir dessa caracterização, e considerando os objetivos deste estudo, o coronelismo pode ser compreendido como um sistema de poder que marcou profundamente a Primeira República. Essa prática ampliou o espectro de ação do mandonismo, transcendendo os limites das propriedades rurais e influenciando diretamente as estruturas políticas locais e estaduais. Tal percepção deve ser trabalhada de forma objetiva em sala de aula, pois muitos estudantes vivenciam, em seus próprios contextos regionais, resquícios dessas práticas de dominação, o que torna o ensino mais significativo e conectado à realidade.

Outro aspecto relevante a ser analisado é a prática do clientelismo, amplamente disseminada durante a Primeira República. Essa estrutura de poder baseava-se na troca de favores entre líderes políticos e a população: os eleitores recebiam benefícios diversos — como alimentos, remédios ou promessas de proteção — e, em contrapartida, comprometiam-se com os candidatos indicados pelos coronéis no processo eleitoral.

O clientelismo representava a apropriação de recursos públicos para atender a interesses

privados, principalmente os das elites agrárias. De acordo com Zomer (2018, p. 29), “à medida que a República cresce e o poder oligárquico diminui, as práticas clientelistas e coronelistas também, tornando-os intermediários entre o poder e o povo”. Nesse contexto, evidencia-se uma relação de dependência econômica e política que submetia amplas parcelas da população rural à lógica da submissão e do controle social.

Compreender a dimensão do clientelismo é essencial para a análise crítica do funcionamento da República Oligárquica. A classe trabalhadora rural, em grande parte analfabeta e carente de direitos políticos efetivos, era mantida sob o domínio das elites locais por meio de mecanismos de coerção simbólica e material. Essa estrutura fragilizava os princípios democráticos, afastando o povo das decisões políticas e impedindo o exercício pleno da cidadania (FAUSTO, 1995; CARVALHO, 2006).

Nesse sentido, promover o debate sobre a permanência dessas práticas no tempo presente permite estabelecer conexões entre o passado e o cotidiano dos alunos. A análise da lógica clientelista pode, assim, ser instrumentalizada em sala de aula para fomentar reflexões críticas sobre a construção da cidadania no Brasil e as barreiras históricas enfrentadas na consolidação de um sistema democrático inclusivo e participativo.

Os coronéis exerciam controle sobre a economia e dominavam o poder político em seus municípios. Sua autoridade era tamanha que poucas ações, tanto nas zonas urbanas quanto nas áreas rurais, ocorriam sem seu conhecimento ou consentimento. Essa concentração de poder inibia qualquer tentativa de oposição por parte da população local, especialmente no meio rural. Nessas localidades, consolidaram-se os chamados "currais eleitorais", espaços em que os eleitores eram compelidos a seguir as orientações políticas impostas pelos coronéis. Conforme destaca Guiraldelli (2021, p. 35), “viver na zona rural de modo independente, sem se agregar a um coronel, era praticamente impossível”.

No contexto urbano, o mandonismo passou a ocupar um papel relevante na dinâmica social e política brasileira. Esse sistema de dominação, caracterizado pela manutenção do poder nas mãos das elites agrárias, encontrava sustentação não apenas em mecanismos políticos e econômicos, mas também em estratégias familiares. Uma prática recorrente era a celebração de casamentos entre membros da mesma família ou com grupos aliados, com o objetivo de preservar o patrimônio e fortalecer alianças políticas. Como observa Fausto (2006, p. 192), “herança e casamento em geral se apresentam unidos na preservação das fortunas e do mandonismo local”.

Dessa forma, o casamento tornava-se um instrumento essencial para a consolidação do poder das famílias dominantes, funcionando como mecanismo de reprodução de sua influência política e econômica. O mandonismo, estreitamente vinculado ao coronelismo, impunha-se como estrutura de poder sustentada por figuras locais de prestígio, cujas redes de autoridade estavam baseadas em laços familiares, econômicos e sociais.

Caso a autoridade de um coronel fosse questionada em determinada região, os mecanismos

utilizados para assegurar sua hegemonia envolviam não apenas intimidações e ameaças, mas também fraudes eleitorais sistemáticas. Entre as práticas recorrentes, destacam-se a inclusão de nomes de pessoas falecidas nas listas de votação e o registro de crianças, que legalmente não possuíam direito ao voto. Tais artifícios garantiam a vitória dos candidatos vinculados ao grupo político liderado pelo coronel mais influente da localidade, contribuindo para a consolidação do poder das oligarquias regionais.

Além da repressão constante, as fraudes eleitorais tornaram-se componentes estruturais do sistema político da Primeira República. A manipulação dos resultados era prática generalizada, assegurando a eleição de representantes comprometidos com os interesses das elites agrárias. A população, em sua maioria, permanecia excluída do processo democrático — e aqueles que tinham direito ao voto eram frequentemente coagidos a seguir as diretrizes dos coronéis, por meio de ameaças ou dependência econômica direta.

A promulgação da Constituição de 1891, primeira do período republicano, representou uma tentativa de reorganização institucional, influenciada pelas ideias positivistas e pela Constituição norte-americana. Estabeleceu-se o presidencialismo e o federalismo como fundamentos do novo regime, além de conceder autonomia relativa aos estados, por meio da possibilidade de elaboração de leis próprias. No entanto, apesar de formalizar o direito ao voto para parte da população, o sistema político manteve seu caráter excludente, reproduzindo práticas de dominação que favoreciam a perpetuação do poder nas mãos das elites agrárias e dos coronéis.

Com a promulgação da Constituição de 1891, o direito ao voto foi formalmente concedido a todos os brasileiros natos ou naturalizados que fossem alfabetizados. No entanto, esse direito era restrito exclusivamente aos homens, e o voto era aberto, o que favorecia práticas de coerção eleitoral, como o voto de cabresto. Essa característica permitia que as elites locais exercessem controle direto sobre o comportamento dos eleitores, garantindo que os votos fossem direcionados aos seus candidatos de interesse (CARVALHO, 2001; FAUSTO, 2006).

Embora o sufrágio tenha sido ampliado em termos formais, a participação popular permaneceu fortemente limitada. Diversos grupos sociais continuaram excluídos do processo eleitoral, como mulheres, analfabetos, indígenas, ex-escravizados, negros e membros das classes populares. No caso dos estrangeiros, o direito ao voto era concedido apenas àqueles que residiam no país na data da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Esse cenário garantiu a hegemonia das famílias mais abastadas, cujos membros tinham maior acesso à educação formal, requisito indispensável para o exercício do voto.

Ademais, apesar do aumento no número de eleitores, especialmente no meio rural, o processo eleitoral continuou sendo dominado pelas elites locais. Essa expansão do eleitorado acentuou o interesse dos coronéis e chefes políticos na manipulação do sistema, reforçando suas estratégias de controle político. Dessa forma, tais lideranças mantiveram sua capacidade de determinar os resultados eleitorais

em suas regiões, assegurando a continuidade da lógica oligárquica e da exclusão social no sistema republicano brasileiro.

É importante destacar que vestígios dessas práticas políticas persistem até os dias atuais em algumas regiões do Brasil, sobretudo em cidades do interior, onde formas de clientelismo e controle político local ainda impactam a efetividade da participação democrática. Esse cenário reforça a tese de que a transição para o regime republicano, ocorrida em 1889, não representou uma ruptura completa com as estruturas de poder herdadas do período imperial. Ao contrário, a exclusão de amplas parcelas da população dos processos decisórios foi perpetuada, mantendo a lógica oligárquica nas instâncias locais e nacionais.

O direito ao voto, que deveria ter se consolidado como símbolo da cidadania no novo regime, não foi plenamente universalizado. A Proclamação da República, ao invés de ampliar a inclusão política, manteve critérios restritivos: apenas homens alfabetizados tinham acesso ao sufrágio. Como ressalta José Murilo de Carvalho, “a República, ou os vitoriosos da República, fizeram muito pouco em termos de expansão de direitos civis e políticos. O que foi feito já era demanda do liberalismo imperial” (CARVALHO, 2019, p. 43). Essa constatação revela que, embora a forma de governo tenha mudado, os fundamentos sociais da exclusão permaneceram praticamente inalterados.

Mesmo com o ideal republicano presente no imaginário popular, a concretização da cidadania plena foi dificultada por mecanismos estruturais de exclusão. A limitação do direito ao voto a uma parcela específica da população – homens alfabetizados – excluiu mulheres, analfabetos, negros, indígenas e pobres. Essa seletividade favoreceu a manutenção do poder político nas mãos dos grandes proprietários de terra, que reforçaram sua influência por meio de práticas como o coronelismo, o voto de cabresto e o clientelismo. Nesse contexto, a Primeira República consolidou-se como um regime formalmente republicano, mas profundamente oligárquico e autoritário em sua prática.

A construção de uma cidadania igualitária não foi viabilizada durante a Primeira República, uma vez que as limitações e exclusões impostas à população eram profundas e estruturais. A manutenção da elite no controle dos aspectos econômico, social e político refletiu a continuidade de práticas herdadas do regime imperial. Dessa forma, os ideais republicanos de inclusão e participação política foram amplamente comprometidos no final do século XIX e início do século XX. Como aponta José Murilo de Carvalho:

O exercício da cidadania política tronava-se assim caricatura. O cidadão republicano era o marginal mancomunado com os políticos; os verdadeiros cidadãos mantinham-se afastados da participação no governo da cidade e do país. Os representantes do povo não representavam ninguém, os representados não existiam, o ato de votar era uma operação de capangagem (Carvalho, 2019, p. 84).

Essa análise revela que o sistema político instituído pela República não promoveu a democratização prometida. A participação política restringia-se a alianças entre setores das elites e

figuras periféricas, enquanto a maioria da população continuava alijada dos processos decisórios. O voto, que deveria representar um instrumento legítimo de cidadania, era manipulado por interesses locais e regionais, evidenciando a fragilidade democrática do período.

Ademais, essa exclusão esteve diretamente relacionada ao próprio processo de formação da República, conduzido por pensadores republicanos e militares. Estes últimos tiveram papel decisivo no golpe de 15 de novembro de 1889 e na instauração do novo regime. No entanto, a liderança militar não resultou em avanços significativos na ampliação dos direitos políticos e sociais da população. Pelo contrário, perpetuou-se um modelo político excludente, que concentrou o poder nas mãos das oligarquias agrárias e urbanas, frustrando as expectativas de uma cidadania efetiva.

Nessa perspectiva, esta pesquisa propõe aprofundar a discussão sobre a participação popular durante a Primeira República, bem como analisar as estruturas políticas e sociais que fundamentaram o processo de construção da cidadania no Brasil. No contexto do ambiente escolar, especialmente nas aulas de História do Ensino Fundamental, busca-se compreender como tais temas são abordados nos livros didáticos, com o objetivo de identificar de que maneira a atuação popular no novo regime é representada, ressaltando suas limitações, contradições e desafios.

A origem do regime republicano está intrinsecamente relacionada à tentativa de construção de uma identidade nacional brasileira, um projeto que envolvia não apenas transformações no campo político, mas também esforços de coesão social e cultural que buscassem representar, ao menos simbolicamente, a diversidade étnica do país. Nesse processo, o ideal da miscigenação foi mobilizado como eixo central na formulação de uma identidade nacional única, frequentemente celebrada como marca distintiva do Brasil, mas que, na prática, encobria profundas desigualdades raciais e sociais.

A retórica oficial de inclusão, embora presente nos discursos republicanos, não se traduziu de forma efetiva em políticas públicas capazes de promover a participação real de grande parte da população. Negros recém-libertos, indígenas, mulheres, analfabetos e camadas populares continuaram à margem dos direitos políticos e sociais, evidenciando a persistência de um modelo excludente herdado do período imperial (CARVALHO, 2019; CHALHOUB, 2003). Essa tensão entre o discurso integrador e a prática excludente foi um dos elementos estruturantes da Primeira República, comprometendo a consolidação de uma cidadania efetivamente democrática.

Diante disso, compreender como os livros didáticos apresentam essa complexa relação entre a construção da cidadania e a diversidade étnica torna-se essencial para fomentar uma reflexão crítica sobre o projeto republicano e seus desdobramentos históricos. A análise do material didático permite vislumbrar como a narrativa histórica é transmitida nas escolas e de que forma os conteúdos dialogam — ou não — com as múltiplas vozes silenciadas na historiografia tradicional, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência histórica mais plural e inclusiva no ensino básico.

Nas produções historiográficas realizadas por autores republicanos no período imediatamente posterior à Proclamação da República, observa-se uma ênfase marcante na atuação das forças militares. As obras escritas a partir de 1889 conferiram centralidade à figura dos militares, interpretando a chamada

*Questão Militar*⁶ como fator decisivo para a idealização e efetivação do movimento que culminou em 15 de novembro daquele ano. Tal leitura se sustenta na percepção de que, durante o Império, os oficiais das Forças Armadas sentiam-se negligenciados pelas instituições monárquicas, especialmente quanto ao reconhecimento profissional e às demandas por autonomia. A República, portanto, surgia como alternativa mais promissora à realização dos anseios da corporação militar.

Historiadores da época e de períodos subsequentes identificaram que a participação dos militares foi não apenas estratégica, mas também decisiva no processo de transição entre os regimes. A centralidade atribuída aos oficiais nas narrativas republicanas visava legitimar o novo regime, apresentando-os como protagonistas e salvaguardas da ordem nacional (CARVALHO, 2019; VIOTTI, 1999; MCCANN, 2009). Esse protagonismo está vinculado à construção de uma memória oficial do evento, que enaltecia a intervenção militar como instrumento de modernização e progresso.

Nesse sentido, esta pesquisa, ao abordar a Proclamação da República no Brasil, propõe-se a investigar a maneira como esse processo é tratado em sala de aula, especialmente no Ensino Fundamental, articulando os conceitos de cidadania, identidade nacional e participação popular. O foco recai não apenas sobre o evento de 15 de novembro de 1889, mas também sobre suas repercussões na formação do regime republicano e na exclusão de amplos segmentos da população dos processos de decisão política.

A proposta didático-pedagógica que embasa esta investigação busca proporcionar aos estudantes uma compreensão ampla, crítica e contextualizada da Proclamação da República, estimulando reflexões sobre o papel dos diversos agentes históricos envolvidos — militares, elite cafeeira, imprensa, republicanos civis e o povo marginalizado. Para tanto, a abordagem será fundamentada em conceitos-chave, tais como **coronelismo**, **voto de cabresto** e **oligarquia**, apresentados de forma contextualizada e com destaque para suas implicações na construção da cidadania brasileira.

Além do livro didático tradicional, será utilizada a história em quadrinhos “Cai o Império! República vou ver!”, ilustrada por Angeli e inspirada na obra da historiadora Lília Moritz Schwarcz (2014). A HQ aborda as etapas que levaram à derrocada do Império, desde o desgaste da figura de Dom Pedro II até o golpe militar de 1889, destacando de forma crítica e acessível os interesses econômicos da elite cafeeira paulista e a instrumentalização das forças armadas na implementação do novo regime. A utilização desse recurso visa fomentar uma leitura mais engajada e crítica dos alunos, contribuindo para a problematização do processo de transição entre Império e República, frequentemente apresentado de forma simplificada no currículo escolar.

⁶ A *questão militar* está associada a um conjunto de conflitos entre o poder civil e o Exército Brasileiro, sobretudo nas décadas de 1870 e 1880. Esses conflitos expressavam o descontentamento dos militares diante da ausência de participação nas decisões políticas e do tratamento recebido por parte do governo imperial, inclusive com punições aplicadas aos oficiais que se manifestavam publicamente. A crescente indignação da oficialidade, somada à difusão dos ideais republicanos, configurou-se como um dos elementos centrais da crise do regime monárquico e dos desdobramentos que culminaram na Proclamação da República. Esse momento histórico evidencia como os militares, outrora defensores da ordem imperial, passaram a atuar como agentes políticos decisivos na ruptura institucional, reforçando sua influência no cenário político nacional (CARVALHO, 2005).

Como observa Schwarcz (2014), a adesão à República não se deu de maneira homogênea nem ampla: “o povo assistiu à Proclamação da República bestializado, como anotou Aristides Lobo” (p. 47), demonstrando o distanciamento entre a população e o movimento liderado pelas elites. Nesse cenário, o ensino de História ganha papel fundamental na tarefa de ampliar a consciência histórica dos estudantes e reconstituir, de forma crítica, os múltiplos sentidos do republicanismo brasileiro.

A história em quadrinhos elaborada por Angeli e Lilia Moritz Schwarcz oferece uma leitura ampla e crítica sobre os anos finais do Império e a transição para a República. Longe de uma abordagem simplista, a obra constrói uma narrativa densa, que contempla os diversos agentes sociais e políticos envolvidos na transformação do regime. Entre os elementos destacados, sobressai-se o papel dos militares na Proclamação da República, bem como a atuação dos cafeicultores paulistas, cujo apoio ao movimento republicano foi motivado por interesses econômicos específicos, especialmente ligados à autonomia política e à expansão do mercado interno.

A HQ “**Cai o Império! República vou ver!**” (SCHWARCZ; ANGELI, 2014) rompe com a visão tradicional e heroica da Proclamação da República, ao evidenciar as tensões sociais e os jogos de poder que marcaram o fim da monarquia. Ao retratar de forma crítica personagens como Dom Pedro II, Deodoro da Fonseca e os representantes da elite agrária paulista, a obra aproxima os estudantes de uma compreensão mais complexa e contextualizada da formação do Estado republicano no Brasil.

A utilização deste recurso nas aulas de História do 9º ano justifica-se por seu potencial pedagógico. Conforme defende Marcuschi (2008), os gêneros multissemióticos — como os quadrinhos — contribuem para a aprendizagem ao articular texto e imagem em uma narrativa que facilita a construção do conhecimento. No contexto escolar, o uso da HQ estimula o interesse dos alunos, favorece o engajamento com o conteúdo e promove uma aprendizagem significativa, em conformidade com os princípios da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que valoriza o uso de diferentes linguagens e mídias no ensino.

Além disso, a abordagem crítica promovida pela HQ permite que os estudantes reflitam sobre a construção da cidadania brasileira e as exclusões sociais presentes no projeto republicano. A proposta didática, portanto, não se limita à compreensão dos fatos históricos, mas amplia-se para uma análise de permanências e rupturas que se estendem até a contemporaneidade. Nesse sentido, contribui-se para o desenvolvimento do pensamento histórico, da empatia e da consciência cidadã, pilares fundamentais da educação histórica no Ensino Fundamental.

A reflexão realizada no Capítulo 1 evidencia as contradições do regime republicano em seus primeiros anos, destacando tanto os avanços institucionais quanto as permanências de estruturas de poder herdadas do período imperial. Essa análise histórica, ao mesmo tempo em que problematiza a ausência de participação popular e a consolidação de práticas políticas excludentes, fornece a base conceitual necessária para compreender a complexidade da República brasileira e a forma como ela se constituiu enquanto sistema político. A abordagem desse contexto inicial é fundamental para que se

possa discutir, em seguida, como tais processos têm sido interpretados, representados e transmitidos no espaço escolar.

Dessa forma, o Capítulo seguinte dedica-se a investigar a maneira como a Proclamação da República e seus desdobramentos são apresentados nos livros didáticos de História, materiais que exercem papel central na mediação do conhecimento histórico em sala de aula. O exame crítico dessas obras busca identificar em que medida os conceitos tratados no capítulo anterior — cidadania, coronelismo, voto de cabresto e oligarquias — são incorporados à narrativa didática, e quais limitações persistem em sua abordagem. Ao realizar esse movimento de análise, estabelece-se uma ponte entre a historiografia e o ensino, evidenciando as lacunas que dificultam a formação de uma consciência histórica crítica entre os estudantes.

Capítulo 2

A Proclamação da República no Brasil: um estudo das narrativas no livro didático.

A experiência de ensinar história em escolas indica que as formas tradicionais de pensamento são mais fáceis de aprender, a forma exemplar domina a maior parte dos currículos de história, as competências críticas e genéticas requerem um grande esforço por parte dos docentes e do aluno.

Jörn Rüsen, 2011.

2.1 – A República brasileira e as limitações do livro didático.

Este capítulo tem como base norteadora a análise do uso do livro didático voltado ao público do Ensino Fundamental, especificamente aos estudantes do 9º ano, na disciplina de História. O objetivo é identificar as lacunas e limitações presentes nos materiais didáticos disponibilizados aos professores da rede pública de ensino, especialmente no que se refere ao tema da presente pesquisa: a Proclamação da República e seus desdobramentos (1889–1930) no contexto escolar.

Considerando que o livro didático é, geralmente, o primeiro material de apoio consultado pelo docente ao iniciar o ensino desse conteúdo, esta pesquisa busca compreender como os temas relacionados à Primeira República estão estruturados e distribuídos, bem como avaliar criticamente os limites dessa abordagem no processo de ensino-aprendizagem da história republicana brasileira.

Para tanto, serão analisadas duas coleções didáticas. A primeira é **História, Sociedade e Cidadania**, de Alfredo Boulos Júnior, publicada em 2018 e selecionada para circulação no ambiente escolar entre 2020 e 2023. A segunda é a obra **Expedições da História**, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, aprovada para o ciclo de 2024 a 2027. Ambas fazem parte do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), com vigência trienal, conforme as diretrizes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

A análise buscará compreender como os conteúdos sobre a Primeira República são apresentados, quais temas são priorizados ou omitidos, e de que forma os livros contribuem — ou não — para o desenvolvimento de uma consciência histórica crítica entre os estudantes. O estudo também pretende apontar caminhos para o uso reflexivo e contextualizado dos livros didáticos em sala de aula, considerando seu papel formativo na construção da cidadania e da memória histórica.

A análise dos livros didáticos busca compreender as narrativas construídas sobre a Proclamação da República, com foco especial na forma como determinados temas são apresentados ao aluno do Ensino Fundamental. Para uma abordagem crítica e um planejamento eficaz das aulas de História, foram definidos como eixos centrais da análise: o voto de cabresto, o coronelismo, as oligarquias de poder, a construção da cidadania brasileira e a participação popular no contexto inicial da Primeira República (a

partir de 1889).

Ao longo deste capítulo, serão discutidos como esses temas estão articulados nas obras didáticas selecionadas, destacando suas contribuições e limitações para a formação crítica dos estudantes. A análise comparativa entre os livros evidencia que a obra *História, Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, apresenta lacunas relevantes no tratamento da Primeira República (1889–1930). Tais deficiências se manifestam especialmente na ausência de uma abordagem aprofundada sobre a participação popular na Proclamação da República e sobre o processo de construção da cidadania no período.

Além disso, verifica-se que o papel desempenhado pelos militares no episódio de 15 de novembro de 1889 é tratado de forma superficial, comprometendo a compreensão dos alunos quanto à complexidade histórica da transição entre os regimes monárquico e republicano. A ausência de uma análise crítica sobre os agentes envolvidos no golpe republicano, bem como seus desdobramentos sociais e políticos, contribui para uma visão limitada e simplificada do movimento republicano.

Em termos gerais, o primeiro livro analisado oferece uma abordagem excessivamente genérica da Proclamação da República, negligenciando elementos essenciais à compreensão crítica do período. Observa-se, por exemplo, a omissão da participação popular no ato da proclamação e a ausência de uma articulação consistente sobre o processo de formação da cidadania brasileira. Tópicos fundamentais para a compreensão da Primeira República – como o coronelismo, o voto de cabresto e a dominação oligárquica – são tratados de forma superficial, ocupando menos de uma página do material. Essa limitação compromete a possibilidade de promover reflexões aprofundadas acerca das estruturas de poder que marcaram a sociedade brasileira no início do regime republicano.

Tal abordagem evidencia a necessidade de o professor adotar estratégias pedagógicas complementares que possibilitem a superação das lacunas apresentadas e favoreçam a construção de uma aprendizagem histórica crítica, situada e problematizadora. A ausência de discussões mais substanciais compromete o desenvolvimento da consciência histórica e da formação cidadã dos estudantes.

Ao aprofundarmos a análise da obra *História, Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos, verifica-se que o conteúdo referente à República Brasileira é introduzido como o primeiro tema a ser trabalhado pelo docente, caso siga rigorosamente a ordem sugerida pela obra. No entanto, tal organização se revela limitada: o capítulo inaugural, intitulado “A Proclamação da República e seus desdobramentos”, dedica apenas um parágrafo à análise dos fatores que contribuíram para a queda da monarquia, desconsiderando a complexidade do processo histórico e político envolvido.

Ainda neste capítulo, há uma menção sucinta às questões religiosa e militar, que são tratadas de forma limitada e sem maior aprofundamento sobre suas articulações com o contexto da Proclamação da República. Em seguida, o livro aborda diretamente o evento da Proclamação, complementando com um

texto de apoio sobre o positivismo. No entanto, este último é apresentado de modo descontextualizado, sem explorar de maneira crítica suas influências ideológicas sobre o movimento republicano e a estruturação do novo regime.

O segundo capítulo da obra *História, Sociedade e Cidadania*, intitulado “Primeira República: dominação e resistência”, inicia-se com uma breve exposição sobre a ascensão das oligarquias ao poder, restrita a apenas um parágrafo. Em seguida, passa-se rapidamente para os tópicos do coronelismo, do voto de cabresto e da política dos governadores, tratados de forma descritiva, sem promover uma análise interpretativa que evidencie suas implicações na configuração do poder local e nacional durante o período republicano. Na sequência, o texto aborda a organização industrial da Primeira República, destacando os processos de modernização, urbanização e imigração. Esses temas, embora relevantes, também carecem de uma abordagem crítica que relacione os processos econômicos às desigualdades sociais estruturais do período.

Por fim, são apresentados conflitos e movimentos sociais relevantes, como a Guerra de Canudos, a Guerra do Contestado, a Revolta da Vacina e o movimento operário. No entanto, a forma como esses episódios são introduzidos prioriza a descrição factual em detrimento de uma análise que valorize as lutas sociais e os mecanismos de repressão estatal, o que limita o potencial formativo do material para a compreensão crítica dos estudantes sobre as contradições da Primeira República.

De modo geral, o livro *História, Sociedade e Cidadania* não apresenta uma narrativa aprofundada e sistematizada sobre o processo republicano no Brasil desde sua Proclamação. Essa abordagem superficial compromete o desenvolvimento de uma compreensão crítica por parte dos alunos, exigindo do professor de História o uso de estratégias pedagógicas complementares. Torna-se frequentemente necessário recorrer a fontes primárias, textos acadêmicos e materiais extracurriculares para suprir as lacunas deixadas pelo livro didático e enriquecer o estudo das transformações políticas e sociais da Primeira República.

Em contraste, a obra *Expedições da História* demonstra avanços significativos tanto na estrutura quanto na densidade dos conteúdos programáticos. Destaca-se, em especial, pela forma como problematiza a ausência de participação popular no início do regime republicano, indo além da descrição factual. A utilização de autores consagrados, como José Murilo de Carvalho, confere maior rigor à análise, permitindo aos estudantes compreender o caráter excludente do novo sistema político instituído em 1889.

Além disso, a obra oferece uma abordagem mais consistente de temas estruturantes da Primeira República, como a atuação dos militares na Proclamação, o coronelismo, as oligarquias regionais, o voto de cabresto e a política dos governadores. Ao apresentar esses tópicos de forma crítica e contextualizada, o material possibilita ao professor promover uma leitura histórica mais reflexiva e alinhada às competências previstas na BNCC para o ensino de História no Ensino Fundamental.

Um dos aspectos que diferenciam a obra *Expedições da História* da coletânea *História: Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos, reside na forma como os conteúdos são organizados e distribuídos. No livro de Boulos, a temática da Proclamação da República é abordada apenas a partir do segundo capítulo, intitulado “Nascimento da República no Brasil”. Esse capítulo se inicia com uma contextualização histórica sobre como a queda da monarquia influenciou diretamente a proclamação do novo regime republicano.

Na sequência, a obra contempla a presença da população negra no contexto republicano, enfocando suas tentativas de articulação social e política no período. Tal abordagem representa um ponto positivo do material, pois contribui para ampliar a compreensão acerca da exclusão social vivenciada por grupos marginalizados após a abolição da escravidão, lançando luz sobre a continuidade das desigualdades estruturais na nova ordem republicana.

Posteriormente, o livro trata dos governos de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, com destaque para aspectos relacionados à reforma financeira implementada à época. Um elemento inovador presente na narrativa é a discussão sobre a bandeira nacional enquanto símbolo da República, o que favorece a reflexão acerca da construção da identidade republicana e do papel simbólico dos emblemas nacionais nesse processo. Adicionalmente, a obra dedica espaço à abordagem do coronelismo e do voto de cabresto, explicando como tais mecanismos de controle político estavam articulados à chamada política dos governadores. Essa perspectiva se mostra relevante para a compreensão da dinâmica de poder vigente durante a Primeira República (1889–1930), evidenciando o impacto dessas práticas sobre a limitação da participação popular e a fragilidade da consolidação democrática no período.

Por sua vez, o terceiro capítulo do livro *Expedições da História*, intitulado “Primeira República: Contestações e Dinâmica”, inicia-se com a análise da organização da produção econômica no período e da intensificação do fluxo migratório internacional para o Brasil, evidenciando os efeitos desse movimento sobre o desenvolvimento econômico nacional. Em seguida, são abordados dois importantes conflitos sociais: a Guerra de Canudos (1896–1897) e a Guerra do Contestado (1912–1916), ambos ilustrando as tensões sociais e a resistência popular frente às transformações políticas e econômicas em curso.

Além disso, o livro analisa o processo de urbanização e modernização vivenciado pelo Brasil nas primeiras décadas do século XX, destacando as alterações estruturais observadas nas cidades e nas formas de organização social. Tais abordagens conferem ao material uma maior amplitude interpretativa, contribuindo para a formação crítica dos estudantes quanto ao contexto da Primeira República.

Em uma análise comparativa, observa-se que a obra *Expedições da História* apresenta avanços significativos em relação à coletânea *História: Sociedade e Cidadania*, sobretudo no que se refere ao aprofundamento de temáticas como a construção dos símbolos nacionais, a articulação da população

negra nos primeiros anos da República e o impacto do clientelismo político que caracterizou a Primeira República. Além disso, a obra examina com maior densidade a estrutura da política dos governadores, proporcionando uma compreensão mais crítica das práticas de poder vigentes no período.

Ainda que a coletânea *História: Sociedade e Cidadania* não esteja mais em circulação nas escolas públicas, sua utilização por três anos como principal referência didática por parte de muitos professores de História reforça a necessidade de que os livros didáticos ofereçam discussões mais críticas, contextualizadas e aprofundadas sobre os conteúdos abordados em sala de aula. A ausência desse compromisso compromete a qualidade da educação histórica, limita o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes e fragiliza a construção de uma aprendizagem significativa e contextualizada.

A análise dos livros didáticos, portanto, não visa apenas identificar suas lacunas e limitações, mas também reconhecer os avanços e progressos observados na composição dos conteúdos programáticos. A estruturação desses materiais parte do princípio de que eles são elaborados para atender às diretrizes curriculares nacionais e às demandas da prática pedagógica. Nesse sentido, o livro didático constitui, para a maioria dos docentes, o ponto de partida para o planejamento e a condução das aulas, especialmente no ensino de História.

Dessa forma, é fundamental compreender que o livro didático atua como mediador do conhecimento histórico, exercendo papel central na prática pedagógica. Cabe ao professor a responsabilidade de estabelecer conexões entre os conteúdos e as diferentes temporalidades — passado, presente e futuro —, de modo a promover uma aprendizagem histórica significativa. Nesse contexto, Bittencourt destaca que:

O livro didático realiza uma transposição do saber acadêmico para o saber escolar no processo explicitação curricular. Nesse processo, ele cria padrões linguísticos e formas de comunicações específicas ao elaborar textos com vocabulário próprio, ordenando capítulos e conceitos, selecionando ilustrações, fazendo resumos (Bittencourt, 2004, p.72).

Essa transposição do saber reforça a necessidade de que o livro didático seja cuidadosamente estruturado, com conteúdos que favoreçam a compreensão crítica dos temas abordados. Assim, torna-se imprescindível garantir qualidade na organização e no planejamento das aulas, promovendo o alinhamento entre os conteúdos dos livros didáticos e as estratégias pedagógicas adotadas. Essa integração contribui para a realização de aulas de História mais significativas e eficazes.

Quando utilizado de maneira adequada, o livro didático pode desempenhar um papel crucial na promoção de uma aprendizagem histórica de qualidade. Para além da simples memorização de datas e eventos, o livro deve possibilitar ao estudante compreender os processos históricos em sua complexidade, reconhecendo múltiplas temporalidades, sujeitos sociais diversos e a historicidade das relações de poder. Ao apresentar os conteúdos de forma articulada com o contexto social e político do

passado e suas reverberações no presente, o livro se transforma em um instrumento potente para o desenvolvimento da consciência histórica crítica.

Nesse sentido, a obra didática deve não apenas informar, mas também formar — fornecendo subsídios para que o aluno se perceba como sujeito histórico, capaz de refletir, questionar e transformar a realidade. Conforme ressalta Rüsen (2011, p. 112), “o livro de História é o guia mais importante da aula de História”, sendo necessário que o docente reflita continuamente sobre os objetivos a serem alcançados em sala e, com base nisso, estabeleça critérios didáticos bem definidos, que orientem sua atuação pedagógica e favoreçam a construção de aprendizagens significativas.

Esses critérios pedagógicos devem estar intrinsecamente ligados à construção da consciência histórica dos discentes. De acordo com Rüsen (2011), a consciência histórica representa, simultaneamente, o campo de ação e o objetivo da aprendizagem histórica. Portanto, mais do que uma ferramenta neutra, o livro didático deve ser utilizado de forma consciente e crítica, em consonância com práticas pedagógicas reflexivas, dialógicas e contextualizadas. Somente assim será possível fomentar uma educação histórica comprometida com a formação cidadã, a valorização da diversidade de narrativas e a compreensão das continuidades e rupturas que marcam a trajetória da sociedade brasileira ao longo do tempo. Trata-se, assim, de promover não apenas a apropriação de conteúdos, mas o desenvolvimento de competências analíticas, interpretativas e argumentativas que sustentem o exercício pleno da cidadania.

Por meio do desenvolvimento da consciência histórica, os alunos tornam-se capazes de expressar suas opiniões de forma crítica, compreendendo as nuances e as experiências temporais que envolvem o passado e o presente. Esse processo é fundamental para que os estudantes percebam as relações entre os acontecimentos históricos e suas implicações no contexto atual, promovendo uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

Tendo como referência o estudo dos livros didáticos *História: Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos (2018), e *Expedições da História*, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues (2024), esta análise busca compreender como o tema da Proclamação da República é abordado nessas obras. O objetivo central é evidenciar os protagonistas desse processo histórico e analisar o período inicial do sistema republicano brasileiro, bem como seus desdobramentos para a sociedade após 1889. Assim, os conteúdos trabalhados nas aulas de História devem servir como suporte metodológico para que o professor, em diálogo com os alunos, promova uma compreensão crítica e reflexiva dos temas discutidos em sala de aula.

Entretanto, é fundamental considerar a realidade social na qual o estudante está inserido. Dessa forma, torna-se necessário atribuir maior significado aos conteúdos abordados, estabelecendo conexões com o cotidiano e as vivências dos discentes. Essa aproximação entre os temas tratados e a experiência social dos alunos contribui diretamente para sua formação histórica e estimula o desenvolvimento do

pensamento crítico sobre seu lugar social, incentivando uma leitura mais criteriosa da construção da cidadania. Nesse sentido, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ressalta:

Estimular a autonomia do pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania (Brasil, 2017, p. 350).

A análise realizada, com base nas narrativas presentes nos livros didáticos⁷ mencionados, evidencia que, apesar de alguns avanços, ainda persistem desafios significativos na abordagem da Proclamação da República e de seus desdobramentos nas aulas de História. Essa realidade se manifesta, sobretudo, nas dificuldades em estabelecer conexões históricas mais profundas que permitam aos estudantes compreender a complexidade do sistema republicano brasileiro em sua gênese, bem como os impactos que esse processo provocou na remodelação da sociedade nacional.

A ausência de discussões aprofundadas sobre a participação popular na Proclamação da República, a construção da cidadania brasileira, o papel dos militares e a análise da estrutura econômica e política da Primeira República — incluindo temas como as oligarquias, o voto de cabresto e o coronelismo — evidencia a necessidade de um planejamento mais robusto e criterioso na produção de materiais didáticos de qualidade. Investir em conteúdos mais completos e críticos é essencial para que o ensino de História cumpra sua função formativa, contribuindo para a construção de cidadãos reflexivos, capazes de compreender os processos históricos e estabelecer relações com os desafios do tempo presente.

No que tange ao livro *História: Sociedade e Cidadania*, observa-se que a ausência de temas relevantes acerca da Primeira República compromete a promoção de uma aprendizagem histórica significativa, uma vez que limita a abordagem a uma narrativa factual e descontextualizada. A exclusão de discussões fundamentais, como a construção da cidadania e as restrições à participação popular, revela lacunas importantes no processo de ensino-aprendizagem. Tal omissão dificulta a compreensão crítica dos impactos econômicos, políticos e sociais deixados pela Primeira República (1889–1930), tanto em seu contexto histórico quanto em suas repercussões na configuração do Brasil contemporâneo. Essas deficiências nos conteúdos apresentados prejudicam o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes, limitando sua capacidade de análise, interpretação e reflexão sobre os processos históricos e suas consequências para a sociedade atual.

Por outro lado, o livro *Expedições da História* apresenta uma proposta mais inovadora quanto à organização e estruturação dos conteúdos. A inclusão de referências bibliográficas de autores especializados contribui para aprofundar as discussões sobre a ausência de participação popular na Proclamação da República e o protagonismo dos militares nesse processo. Ainda que esses avanços

⁷ Os livros didáticos: *História Sociedade e Cidadania*, de Alfredo Boulos - *Expedições da História*, de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues.

sejam notáveis, permanece a necessidade de integrar tais discussões a uma abordagem mais sistematizada e coerente com a realidade vivida pelos estudantes.

É imprescindível que os materiais didáticos — especialmente os livros de História — não se limitem à exposição linear de conteúdos programáticos, mas promovam o diálogo entre o conhecimento histórico e a experiência social dos discentes. Tal integração é fundamental para fomentar a reflexão crítica, o reconhecimento da diversidade histórica e a construção de aprendizagens mais significativas e contextualizadas.

O processo de aprendizagem histórica fundamenta-se na relação estabelecida com as metodologias de ensino, as quais devem ser planejadas de forma a priorizar e estimular a construção da consciência histórica nos estudantes. Nesse sentido, Rüsen (2011, p. 56) afirma que “a consciência histórica serve como um elemento de orientação chave, dando à vida prática um marco e uma matriz temporais, uma concepção do ‘curso do tempo’ que flui através dos assuntos mundanos da vida diária”.

A consciência histórica permite que o passado funcione como um espelho de experiências, refletindo no tempo presente e influenciando diretamente a forma como os indivíduos percebem e interpretam a realidade. Diante disso, o livro didático, enquanto recurso essencial na prática docente, não deve se restringir à mera transmissão de conteúdos. Sua função deve ser a de atuar como instrumento mediador no processo de ensino-aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e da análise reflexiva dos fenômenos históricos. Assim, o livro didático deve favorecer uma compreensão crítica e contextualizada das relações entre passado e presente.

A reflexão sobre os critérios de produção, seleção e utilização dos livros didáticos é indispensável para que o ensino de História desempenhe, de fato, seu papel na formação de uma consciência crítica e questionadora da realidade social por parte dos estudantes. A inserção de temas historicamente relevantes, o uso de abordagens analíticas e a promoção de conexões entre os conteúdos e a vivência cotidiana dos alunos são elementos fundamentais para que esses materiais didáticos estejam em conformidade com os critérios avaliativos propostos pelos docentes. Tal alinhamento é essencial para garantir uma educação histórica significativa, capaz de impulsionar o desenvolvimento de um pensamento crítico fundamentado na experiência temporal.

“A consciência histórica constitui-se mediante a operação, genérica e elementar da vida prática, do narrar, com a qual os homens orientam seu agir e sofrer no tempo. Mediante a narrativa histórica são formuladas representações de continuidade da evolução temporal dos homens e de seu mundo, instituidoras de identidade, por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientação da vida prática humana” (Rüsen, 2001, p. 66-67).

Esse entendimento reforça o papel formativo da consciência histórica como eixo central do ensino de História, cuja mediação, por meio do livro didático e das práticas pedagógicas, deve permitir ao aluno compreender-se enquanto sujeito histórico e socialmente situado.

Nessa perspectiva, Rüsen (2011) destaca a relevância da **consciência histórica** como elemento central para a orientação do ser humano no tempo. Assim, as dimensões da vida prática se articulam por meio do ato de narrar, que permite aos indivíduos se reconhecerem dentro de uma trajetória temporal. Através da narrativa histórica, torna-se possível construir identidades, consolidar a memória coletiva e individual e atribuir sentido às experiências vividas. Tal abordagem amplia a função do ensino de História, que deixa de ser mera exposição cronológica de fatos e passa a assumir um papel formativo, capaz de fomentar a reflexão crítica sobre o passado e suas conexões com o presente e o futuro.

Para que essa abordagem se concretize no ambiente escolar, torna-se indispensável considerar as experiências sociais e culturais vividas pelos estudantes. Dessa forma, os conteúdos trabalhados em sala de aula — como, por exemplo, o estudo da Proclamação da República — devem estabelecer vínculos significativos com a realidade concreta dos discentes. O uso adequado, crítico e reflexivo do livro didático é, portanto, essencial para a construção de um conhecimento histórico que vá além da simples memorização de datas e eventos, estimulando a análise crítica das transformações históricas e de suas implicações na sociedade contemporânea.

O destaque conferido por Rüsen (2011) à narrativa histórica como instrumento de orientação da vida prática reforça a centralidade da consciência histórica na formação de sujeitos críticos e participativos. A compreensão do tempo como estrutura fundamental da existência humana confere à História o status de prática reflexiva que contribui para a construção das identidades individuais e coletivas.

Sob essa ótica, o exercício da memória transforma o ensino de História em um processo contínuo de reconstrução e ressignificação do passado. A História, então, não se limita a registrar acontecimentos, mas atua como mediadora na construção do sentido das experiências humanas. Assim, o ensino de História revela-se essencial para a promoção de uma cidadania crítica, capaz de compreender, analisar e intervir nas transformações culturais, políticas, econômicas e sociais que constituem a realidade.

Dentro desse contexto, os livros didáticos devem oferecer aos professores um suporte eficaz, capaz de orientar suas práticas pedagógicas e subsidiar o planejamento das aulas. Dessa forma, o uso adequado e crítico do livro didático no ensino de História possibilita que os estudantes vivenciem e compreendam as nuances do espaço-tempo, favorecendo a construção da aprendizagem histórica.

A análise desenvolvida neste estudo, centrada no uso do livro didático, evidencia que, embora tais materiais sejam instrumentos indissociáveis da prática docente, ainda apresentam limitações significativas na abordagem de temas como a Proclamação da República e seus desdobramentos. A ausência de discussões aprofundadas sobre a participação popular, a construção da cidadania na Primeira República e as estruturas políticas e econômicas que remodelaram a sociedade brasileira a partir de 1889

revela uma lacuna nos conteúdos apresentados, comprometendo a eficácia do processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento da consciência crítica dos alunos.

Por outro lado, constata-se a existência de avanços em obras didáticas mais recentes, como *Expedições da História*, que incorporam análises mais críticas e contextualizadas sobre o período republicano. Esses progressos indicam caminhos promissores para o aprimoramento dos materiais educacionais, contribuindo para a formação de uma consciência histórica mais reflexiva e para a construção de uma educação histórica significativa, que dialogue com a realidade social dos estudantes e promova o desenvolvimento do pensamento crítico.

Para o êxito do ensino de História e a promoção de uma educação histórica que estimule a criticidade nos estudantes, é essencial que os materiais didáticos estejam conectados à realidade vivenciada por eles. Tal conexão atribui sentido prático aos conteúdos trabalhados em sala de aula, tornando o aprendizado mais significativo e contextualizado. Nesse sentido, Lajolo (1996, p. 6) afirma: “É só a partir do conhecimento que já têm do mundo em que vivem, que os alunos poderão construir os conhecimentos nos quais livro didático e escola devem iniciá-los”.

Essa perspectiva não deve restringir-se à mera apreensão dos conteúdos históricos, mas deve também possibilitar que os discentes desenvolvam a capacidade de analisar criticamente o presente e projetar reflexões sobre o futuro, com base nos conhecimentos históricos adquiridos. A análise comparativa entre os livros didáticos evidencia que, embora avanços possam ser observados, ainda há um percurso a ser trilhado para que esses materiais alcancem seu pleno potencial pedagógico. Faz-se necessário apresentar narrativas mais críticas, contextualizadas e alinhadas às realidades socioculturais dos estudantes, de modo a favorecer o processo de aprendizagem histórica e o desenvolvimento do pensamento crítico.

Somente por meio de abordagens didáticas que priorizem a análise histórica e incentivem o pensamento reflexivo, o ensino de História poderá contribuir efetivamente para a formação de sujeitos críticos, conscientes de seu papel na sociedade.

Dessa forma, torna-se imprescindível que os livros didáticos de História passem por revisões sistemáticas e aprimoramentos constantes, com vistas à oferta de conteúdos que não apenas informem, mas que também provoquem reflexões críticas e estabeleçam conexões com o cotidiano dos estudantes. Ao integrar análises mais aprofundadas e conteúdos historicamente contextualizados, esses materiais podem exercer um papel central na formação de cidadãos mais conscientes, engajados e capazes de compreender as complexas relações entre passado, presente e as possibilidades de transformação social no futuro.

2.2 – Limitações Didáticas no Ensino da Proclamação da República.

O estudo do livro didático constitui o ponto de partida da problemática abordada neste capítulo. Além disso, são discutidas as dificuldades enfrentadas pelos professores de História ao abordar a temática da Proclamação da República utilizando, de forma exclusiva, esse recurso didático, com o intuito de identificar as limitações e omissões presentes em suas narrativas. Considerando que o livro didático representa frequentemente o principal — e, em muitos contextos escolares, o único — instrumento pedagógico utilizado pelos docentes, torna-se essencial realizar uma análise aprofundada de sua estrutura e da organização dos conteúdos.

No que se refere ao corpo discente, observa-se que o livro didático, em distintas realidades escolares, constitui a principal fonte de leitura. Tal constatação revela um cenário educacional marcado por práticas restritas de leitura e reforça a importância de investigar como essa dinâmica impacta o processo de ensino e aprendizagem no contexto escolar.

Com o objetivo de obter uma compreensão mais precisa acerca das dificuldades enfrentadas pelos professores de História na abordagem da Proclamação da República com base exclusiva no livro didático, elaborou-se um questionário específico para investigar essa questão. O instrumento teve como finalidade captar as percepções e experiências dos docentes, com ênfase nas limitações e nos desafios pedagógicos decorrentes da utilização restrita desse recurso. A pesquisa foi realizada com a participação de professores de História do Ensino Fundamental e aplicada por meio da plataforma Google Forms, escolhida em razão de sua acessibilidade, praticidade e eficiência na coleta e sistematização dos dados.

Essa abordagem metodológica possibilitou a obtenção de dados quantitativos e qualitativos, permitindo uma análise mais abrangente da realidade escolar. Ao investigar as implicações pedagógicas do uso do livro didático, este estudo visa evidenciar as lacunas e insuficiências presentes nesse material, além de identificar estratégias alternativas que possam enriquecer o ensino da temática da Proclamação da República nas aulas de História. Dessa forma, busca-se contribuir para uma reflexão crítica sobre os recursos didáticos disponíveis e suas limitações, promovendo um debate fundamentado acerca do cenário educacional contemporâneo e das possibilidades de inovação nas práticas de ensino.

A pesquisa realizada com professores teve como propósito compreender de que maneira está estruturada a distribuição e a abordagem dos conteúdos relativos à Primeira República nos livros didáticos atualmente utilizados. Para alcançar esse objetivo, foram elaboradas perguntas norteadoras com vistas a estabelecer um diagnóstico mais preciso da realidade educacional enfrentada pelos docentes no ensino fundamental.

O questionário aplicado foi composto por sete questões, elaboradas com o objetivo de diagnosticar a percepção dos professores sobre as limitações do livro didático no ensino da Proclamação da República: (1). Ao abordar o conteúdo sobre a Proclamação da República com o auxílio do livro didático, qual a maior dificuldade que você encontra? (2). Em relação aos temas coronelismo, voto de cabresto e oligarquia, o livro didático fornece uma abordagem ampla que facilite no processo de

aprendizagem, ressaltando a sua importância para a Primeira República? (3). Na sua interpretação, a construção da cidadania ao longo da Primeira República é discutida no livro didático? (4). Qual o maior déficit do livro didático ao discutir temas que estão relacionados à Proclamação da República e sua fase inicial? (5). Quais pontos você interpreta como primordial para uma melhor aprendizagem sobre a Proclamação da República e seus desdobramentos no livro didático? (6). Ao tratar dos fatores que resultaram na Proclamação da República, o livro didático tem impactos? (7). Ao trabalhar a Proclamação da República em sala de aula com o uso do livro didático, você costuma recorrer a algum suporte metodológico complementar com qual frequência?

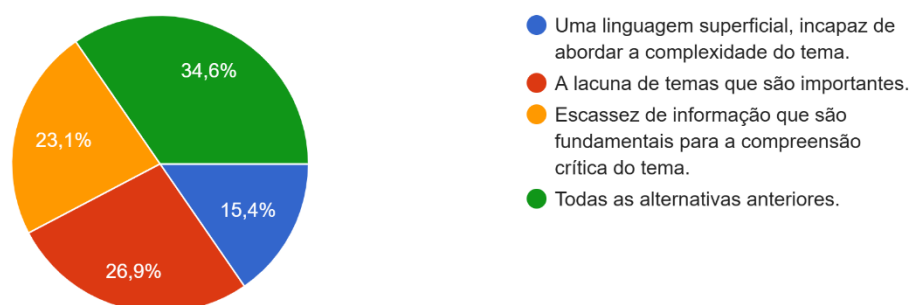
As questões do questionário foram elaboradas com o intuito de contemplar tanto aspectos objetivos quanto subjetivos da prática docente, buscando captar as percepções dos professores sobre os desafios e as potencialidades do uso do livro didático como principal recurso pedagógico. O instrumento foi aplicado por meio da plataforma Google Forms, escolhida por sua acessibilidade, agilidade na coleta de dados e pela possibilidade de organização eficiente das respostas para fins de análise. A partir das informações obtidas, espera-se traçar um panorama mais claro acerca das limitações encontradas no uso do livro didático, bem como sugerir alternativas que possam contribuir para a formação de um pensamento crítico nos estudantes.

O público-alvo do questionário foi composto por professores de História do Ensino Fundamental da rede pública de ensino do município de Pedras de Fogo, com destaque para o Colégio Waldecyr Cavalcanti de Araújo Pereira. Participaram da pesquisa aproximadamente vinte e seis docentes, com perfis diversos: alguns com até cinco anos de experiência em sala de aula e outros com mais de dez anos de atuação. A faixa etária dos participantes variou entre 25 e 45 anos. Para assegurar uma visão mais ampla e objetiva da realidade investigada, as respostas foram coletadas de forma anônima, garantindo a confidencialidade das identidades dos respondentes.

A primeira pergunta do questionário teve como objetivo identificar quais são as principais dificuldades enfrentadas pelos professores ao abordar o conteúdo da Proclamação da República utilizando o livro didático como material de apoio. A seguir, será apresentado o Gráfico 1, que ilustra, em termos percentuais, as respostas obtidas para essa questão.

Ao abordar o conteúdo sobre a Proclamação da República com o auxílio do livro didático, qual a maior dificuldade que você encontra?

26 respostas



Os resultados obtidos revelam uma realidade preocupante: aproximadamente 34,6% dos professores afirmaram que todas as respostas anteriores refletem, de maneira conjunta, as dificuldades enfrentadas em sua prática docente com o uso do livro didático. Esse dado evidencia que a linguagem utilizada por esses materiais apresenta o tema da República de forma superficial, resultando em lacunas significativas que dificultam uma compreensão abrangente e crítica sobre a complexidade do período republicano brasileiro.

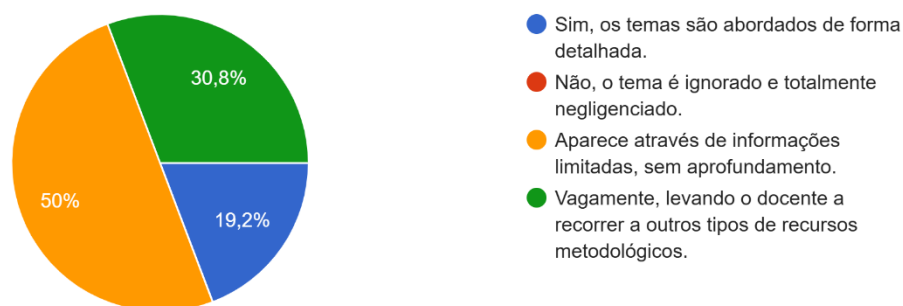
Além disso, 26,9% dos docentes apontaram como principal dificuldade a ausência de temas relevantes para o aprofundamento dos conteúdos. Outros 23,1% destacaram a escassez de informações fundamentais à construção de uma leitura crítica do tema. Por fim, 15,4% dos professores identificaram que a superficialidade da linguagem empregada nos livros didáticos constitui um obstáculo ao ensino-aprendizagem, uma vez que não contempla adequadamente a complexidade histórica do período abordado. Tais resultados reforçam a necessidade urgente de revisão e atualização dos livros didáticos, com vistas à incorporação de conteúdos mais críticos, amplos e alinhados às demandas de uma educação histórica que valorize a formação de um pensamento reflexivo e cidadão.

Esses dados remetem à problemática de um tema que exige uma abordagem mais fundamentada em sala de aula. Isso se deve ao fato de que os fundamentos que sustentaram a instauração do regime republicano brasileiro precisam ser melhor compreendidos, sobretudo por ainda vivermos sob esse mesmo regime. Assim, é imprescindível que se compreenda a constituição desse modelo político e suas implicações para uma sociedade marcada por desigualdades estruturais e processos de exclusão, amplamente formulados e legitimados no contexto do nascimento da República no Brasil.

A segunda pergunta do questionário teve como objetivo central investigar de que forma os temas-chave — coronelismo, voto de cabresto e oligarquia — estão organizados na narrativa do livro didático. Tais conteúdos são indispensáveis para uma compreensão mais aprofundada das estruturas de poder político durante a Primeira República e de suas manifestações práticas. Os resultados obtidos podem ser visualizados no Gráfico 2.

Em relação aos temas coronelismo, voto de cabresto e oligarquia, o livro didático fornece uma abordagem ampla que facilite no processo de apre...ndo a sua importância para a Primeira República?

26 respostas



A análise das respostas revela que, segundo a maioria dos professores participantes, esses temas são apresentados de forma genérica e com pouco aprofundamento. Em termos percentuais, 50% das respostas indicam que tais conteúdos aparecem no livro didático por meio de informações limitadas, sem aprofundamento adequado; 30,8% dos docentes relataram que os temas são tratados de forma vaga, o que os obriga a recorrer a outros recursos metodológicos para suprir essa carência; e apenas 19,2% consideram que os temas são abordados de forma satisfatória e detalhada.

Ainda que uma parcela de 19,2% dos professores avalie positivamente a apresentação dos temas, a predominância de respostas que apontam para uma abordagem superficial evidencia uma lacuna significativa. Tal limitação compromete a compreensão histórica dos alunos sobre as práticas políticas que sustentaram e legitimaram as estruturas sociais, econômicas e institucionais da Primeira República. Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de revisão e aprofundamento da abordagem desses conteúdos nos livros didáticos, de modo a garantir um ensino de História mais crítico, reflexivo e alinhado com os princípios de uma aprendizagem histórica sólida e bem fundamentada.

Esses dados reforçam a necessidade de desenvolver estratégias pedagógicas que qualifiquem o ensino dos conteúdos relacionados à Primeira República. Nesse sentido, propõe-se o uso de histórias em quadrinhos (HQs) como recurso didático alternativo e eficaz, considerando seu apelo entre os estudantes e a crescente familiaridade desse público com o gênero. As HQs podem estimular o interesse, facilitar a

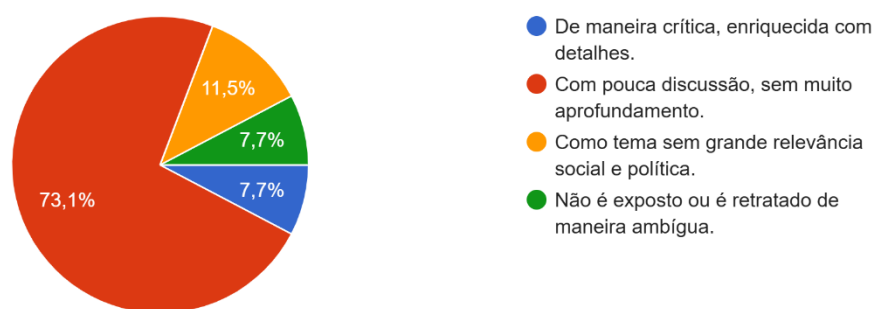
compreensão de temas históricos complexos e ampliar as possibilidades de interpretação crítica, configurando-se como uma ferramenta pedagógica complementar ao livro didático.

Dando continuidade à análise, a terceira pergunta do questionário foi elaborada com o objetivo de identificar de que forma a construção da cidadania brasileira está articulada no livro didático, especialmente no que se refere à participação popular no sistema republicano. Tal questionamento busca compreender se o material didático apresenta uma visão ampla, crítica e inclusiva sobre a consolidação da cidadania ao longo da história republicana no Brasil.

Destaca-se, ainda, a importância de investigar a inclusão de diferentes grupos sociais — como mulheres, ex-escravizados, trabalhadores e populações marginalizadas — na formação do conceito de cidadania, bem como a forma como o livro didático problematiza os obstáculos históricos enfrentados

Na sua interpretação, a construção da cidadania ao longo da Primeira República é discutida no livro didático?

26 respostas



por esses grupos na luta pelo reconhecimento e exercício de seus direitos civis, políticos e sociais. Essa análise é essencial para avaliar se o livro didático contribui efetivamente para uma aprendizagem histórica crítica, fomentando discussões que permitam aos estudantes compreender as desigualdades estruturais que marcaram o processo republicano. A seguir, apresenta-se o Gráfico 3 com os dados quantitativos obtidos por meio das respostas dos docentes.

De acordo com os dados coletados, observa-se que a discussão sobre a construção da cidadania nos livros didáticos ocorre de maneira superficial, sem fomentar o nível de criticidade necessário para o desenvolvimento de uma aprendizagem histórica significativa. A maioria dos professores participantes (73,1%) afirmou que o tema é abordado com pouca profundidade, o que inviabiliza a realização de debates mais densos e reflexivos em sala de aula. Esse resultado é preocupante, tendo em vista a relevância do estudo da cidadania no contexto da formação republicana e sua relação com os processos de exclusão e desigualdade social no Brasil.

Além disso, 11,5% dos docentes indicaram que o tema é tratado como social e politicamente irrelevante, demonstrando um possível descompasso entre o conteúdo didático e as demandas

contemporâneas por uma educação cidadã. Outros 7,7% relataram que o tema é apresentado de maneira pouco aprofundada, enquanto um percentual equivalente afirmou que a construção da cidadania não é exposta ou aparece de forma ambígua. Esses dados revelam fragilidades conceituais no tratamento da temática nos livros didáticos, o que reforça a urgência de revisão, ampliação e atualização desses materiais, de modo que contemplem as contribuições de diferentes grupos sociais (mulheres, negros, trabalhadores, populações indígenas e marginalizadas) na formação do sistema republicano brasileiro.

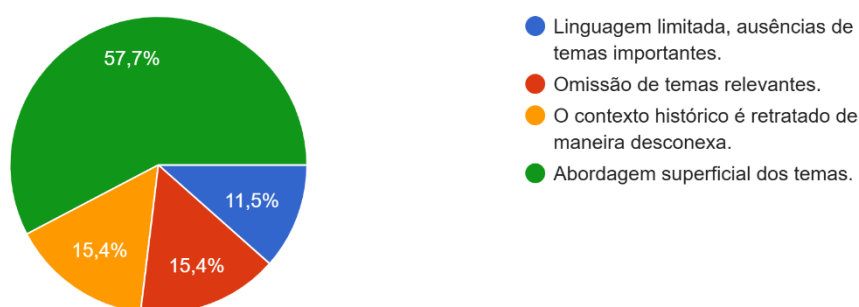
Dando continuidade à investigação, a quarta pergunta do questionário teve como objetivo identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores de História ao abordar a fase inicial da Proclamação da República, utilizando exclusivamente o livro didático na preparação das aulas. Compreender os acontecimentos que marcaram o início do sistema republicano é essencial para analisar as nuances políticas, os agentes históricos envolvidos no processo e as estruturas de poder que se consolidaram nesse período. A falta de aprofundamento nesse conteúdo compromete o entendimento crítico dos estudantes acerca dos mecanismos de exclusão e das heranças institucionais que ainda permeiam a sociedade brasileira.

Essa avaliação tem como objetivo evidenciar de que maneira as limitações presentes nos livros didáticos impactam diretamente a compreensão dos estudantes sobre a complexidade histórica do período da Primeira República. Ao identificar essas deficiências, reforça-se a importância da utilização de materiais pedagógicos que favoreçam abordagens críticas e contextualizadas, especialmente no tratamento da temática da Proclamação da República. A seguir, apresenta-se o Gráfico 4, com os dados obtidos a partir do questionário aplicado aos docentes.

Os resultados revelam um panorama preocupante quanto à forma como o conteúdo referente à

Qual o maior déficit do livro didático ao discutir temas que estão direcionados a Proclamação da República e sua fase inicial?

26 respostas



Primeira República tem sido tratado nas escolas. A análise das respostas mostra que a maioria dos professores (57,7%) considera que a abordagem do livro didático é superficial, o que compromete o desenvolvimento de uma compreensão mais ampla e articulada do período histórico em questão. Tal

superficialidade dificulta a apreensão dos elementos centrais do processo republicano e de suas implicações políticas, sociais e econômicas no Brasil contemporâneo.

Adicionalmente, 15,4% dos docentes destacaram a omissão de temas relevantes, apontando para lacunas significativas na construção do conhecimento histórico. O mesmo percentual de professores relatou que o contexto histórico é apresentado de forma desconexa, o que dificulta a articulação entre os eventos e seus desdobramentos, fragilizando o entendimento da lógica e da continuidade histórica. Outro dado relevante é que 11,5% dos participantes da pesquisa afirmaram que o livro didático recorre a uma linguagem limitada, além de apresentar ausências de conteúdos essenciais, o que compromete a construção de uma aprendizagem histórica crítica e contextualizada por parte dos estudantes.

Diante desse cenário, torna-se indispensável a revisão e o aprimoramento dos livros didáticos, com o intuito de assegurar a inclusão de abordagens mais densas, reflexivas e dialógicas, alinhadas à formação cidadã e ao desenvolvimento do pensamento crítico dos alunos.

Com o objetivo de identificar quais são os temas indispensáveis para uma compreensão abrangente do período republicano, a quinta pergunta do questionário buscou realizar uma análise qualitativa dos conteúdos considerados essenciais. Tal análise contemplou desde as nuances políticas até a construção da cidadania brasileira, elementos fundamentais para a compreensão dos desdobramentos históricos da Primeira República.

Os dados obtidos reforçam a necessidade de uma revisão nos livros didáticos, de modo a incluir conteúdos que promovam uma abordagem mais crítica e aprofundada sobre o período, abordando de forma clara e contextualizada as estruturas de poder político, os mecanismos de participação popular e os processos de formação da cidadania no Brasil republicano. A seguir, apresenta-se o Gráfico 5:

Quais pontos você interpreta como primordial para uma melhor aprendizagem sobre a Proclamação da República e seus desdobramentos no livro didático?

26 respostas



Os resultados da pesquisa com professores de História do Ensino Fundamental revelam que 53,8% dos participantes consideraram o tema "as oligarquias e sua influência nas estruturas de poder"

como indispensável para o estudo histórico do período republicano. Em segundo lugar, 15,4% dos docentes destacaram a análise das relações de poder decorrentes do sistema coronelista como essencial para uma compreensão mais aprofundada da Primeira República. Um grupo de 11,5% dos respondentes apontou como fundamental a abordagem da influência do voto de cabresto na sociedade da época, por entenderem que tal prática representou um dos principais mecanismos de controle político do período.

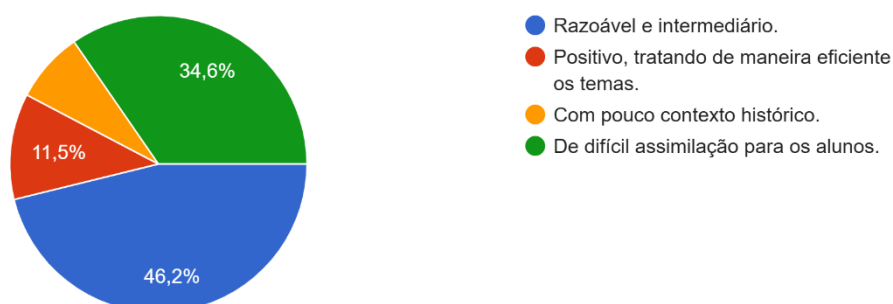
Adicionalmente, um grupo composto por 15,4% dos professores enfatizou a importância de discutir a construção da cidadania brasileira no contexto pós-Proclamação da República, com foco nos desdobramentos sociais e políticos que moldaram as estruturas iniciais do novo regime. Uma parcela menor, correspondente a 3,8%, também indicou esse mesmo tema, sugerindo, ainda que em menor número, sua relevância para a formação do pensamento histórico dos estudantes.

O período republicano brasileiro foi marcado por práticas como o coronelismo, o voto de cabresto e o fortalecimento das oligarquias, elementos que consolidaram um sistema político excludente e concentrador de poder. Paralelamente, a população enfrentou obstáculos significativos para o exercício da cidadania plena e para o acesso a direitos civis e políticos. Compreender como essas dinâmicas se articularam no início da República é essencial para que os estudantes desenvolvam uma análise crítica sobre as continuidades e rupturas em relação ao regime monárquico anterior, bem como sobre os impactos dessas estruturas nas desigualdades políticas e sociais do Brasil contemporâneo.

Cabe ao livro didático apresentar, de forma precisa, crítica e contextualizada, uma representação fiel do que foi o período republicano brasileiro e seus desdobramentos. Uma abordagem mais aprofundada dos conteúdos históricos é fundamental para promover nos estudantes uma compreensão sólida dos acontecimentos, favorecendo o desenvolvimento do pensamento crítico sobre as estruturas de poder e as transformações sociais ocorridas ao longo da Primeira República. No entanto, os dados obtidos na pesquisa indicam que parte significativa dos livros didáticos ainda adota uma linguagem simplista e apresenta limitações conceituais e historiográficas ao tratar desse período.

Ao tratar dos fatores que resultaram na Proclamação da República o livro didático tem impactos:

26 respostas



A análise realizada a partir do Gráfico 6, construído com base nas respostas dos professores participantes da pesquisa, permite uma avaliação mais precisa do impacto que essas limitações exercem sobre o processo de ensino e aprendizagem. Segundo os dados, 46,2% dos docentes classificaram a abordagem do livro como “razoável e intermediária”, o que pode ser interpretado como um indicativo

de que o material, embora minimamente estruturado, ainda carece de profundidade analítica e contextualização adequada.

Por outro lado, 34,6% dos professores relataram que o conteúdo é de difícil assimilação para os alunos, o que sugere que a forma como os eventos da Primeira República são apresentados não favorece o engajamento dos estudantes nem contribui efetivamente para a construção de uma consciência histórica crítica. Outros 7,7% apontaram que o livro didático oferece pouco contexto histórico, limitando-se a uma exposição superficial dos fatos. Apenas 11,5% dos respondentes consideraram satisfatória a abordagem adotada pelo material, o que evidencia a necessidade de revisão e aprimoramento da forma como os livros didáticos tratam os conteúdos relativos à Primeira República.

Embora os dados apresentados no Gráfico 6 revelem impactos pontualmente positivos relacionados ao uso do livro didático nas aulas de História, é imprescindível reconhecer que esse recurso não deve ser utilizado como instrumento exclusivo no processo de ensino-aprendizagem. A centralidade conferida ao livro didático tende a limitar as possibilidades de inovação pedagógica, restringindo o uso de metodologias mais dinâmicas, plurais e inclusivas, que valorizem a diversidade de saberes e práticas escolares, bem como as vivências dos estudantes.

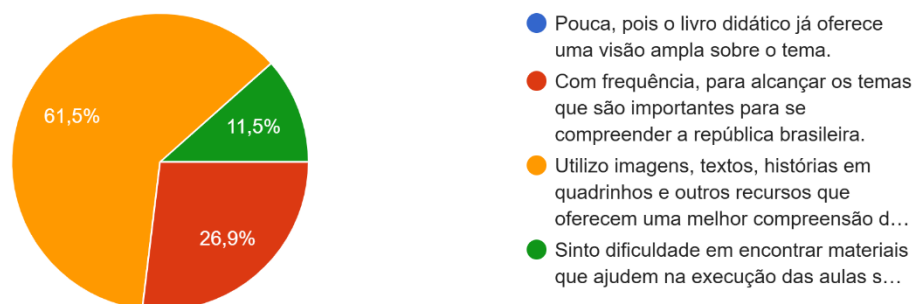
Nesse contexto, torna-se indispensável valorizar a adoção de outros recursos didáticos e metodologias alternativas que ampliem a capacidade do professor de planejar e organizar os conteúdos históricos com maior flexibilidade e autonomia. Conforme orienta a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “Por meio delas, possibilita-se o diálogo, a comunicação e a socialização dos indivíduos, condição necessária tanto para a resolução de conflitos quanto para um convívio equilibrado entre diferentes povos e culturas.” (BRAZIL, 2018, p. 354).

Diante dessa realidade, torna-se imperativo repensar os critérios de elaboração, seleção e utilização dos livros didáticos de História, de modo a assegurar que esses materiais estejam alinhados aos princípios de uma educação crítica, democrática e plural. Como propõe Rüsen (2001), a aprendizagem histórica deve estar voltada à formação de uma consciência histórica capaz de permitir aos sujeitos interpretar e atribuir sentido ao tempo vivido, articulando passado, presente e futuro. Nessa perspectiva, o livro didático deve ser concebido como um instrumento mediador — e não como um fim em si mesmo —, promovendo conexões entre os saberes escolares e a realidade concreta dos estudantes, e contribuindo para sua formação cidadã e reflexiva.

Com o intuito de aprofundar essa análise, o Gráfico 7 foi elaborado para identificar a frequência com que os professores de História do Ensino Fundamental recorrem a abordagens metodológicas alternativas, em substituição ou complemento ao uso tradicional do livro didático. Essas estratégias inovadoras incluem o uso de tecnologias digitais, recursos audiovisuais, jogos pedagógicos, fontes históricas primárias, histórias em quadrinhos, entre outros instrumentos que enriquecem a prática docente e promovem uma aprendizagem histórica mais crítica, significativa e conectada com os desafios contemporâneos da sociedade brasileira.

Ao trabalhar a Proclamação da República em sala de aula com o uso do livro didático, você costuma recorrer a algum suporte metodológico complementar com qual frequência?

26 respostas



Os dados obtidos refletem a importância das abordagens metodológicas alternativas no ensino de História, evidenciando sua capacidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e de responder às exigências contemporâneas por uma educação de qualidade, crítica e significativa. Tais estratégias demonstram-se fundamentais para superar as limitações frequentemente observadas nos livros didáticos, sobretudo no que se refere à abordagem da Primeira República.

O Gráfico 7 apresenta uma análise quantitativa sobre a frequência de uso de metodologias complementares ao livro didático. De acordo com os resultados, 61,5% dos professores afirmaram empregar regularmente recursos como imagens, textos diversos, histórias em quadrinhos e outras ferramentas pedagógicas com o intuito de facilitar a compreensão dos conteúdos relacionados à Primeira República. Além disso, 26,9% dos docentes relataram recorrer com frequência a essas práticas não tradicionais, especialmente quando precisam abordar temas relevantes que demandam maior profundidade analítica. Em contraste, 11,5% dos respondentes indicaram enfrentar dificuldades para encontrar materiais didáticos adequados que subsidiem a elaboração de suas aulas de História.

Um dado que merece destaque é a ausência de respostas que apontem o livro didático como suficiente para uma abordagem ampla e satisfatória sobre o período republicano. Esse dado reforça a percepção de que o uso de metodologias diversificadas não é apenas desejável, mas necessário para a prática docente no ensino de História. Essa constatação vai ao encontro de autores como Libâneo (1994)

e Gadotti (2000), que defendem a superação do ensino transmissivo, centrado unicamente no livro, em favor de práticas que envolvam o aluno em processos reflexivos e participativos.

Uma das principais questões que permeiam o ensino da Primeira República é o desafio de equilibrar o conteúdo programático com o grau de complexidade adequado à faixa etária dos estudantes, sem, contudo, abrir mão dos temas estruturantes essenciais para uma formação cidadã crítica. Nesse sentido, é fundamental que o ensino de História esteja pautado não apenas na transmissão linear de fatos e datas, mas também na forma como o conhecimento histórico é construído, apresentado e assimilado pelos alunos ao longo do processo educativo. Como propõe Rüsen (2001), o objetivo maior da aprendizagem histórica deve ser o desenvolvimento da consciência histórica, permitindo aos indivíduos interpretar o passado e suas conexões com o presente e o futuro.

O uso exclusivo do livro didático como fonte de conhecimento pode resultar em uma compreensão limitada por parte dos alunos acerca da formação e desenvolvimento da República Brasileira. Conforme evidenciado ao longo deste capítulo, os livros analisados tendem a centralizar sua narrativa nas elites políticas e econômicas, relegando a segundo plano a participação de outros agentes históricos fundamentais, como trabalhadores urbanos, camponeses, ex-escravizados, mulheres e demais grupos historicamente marginalizados. Essa lacuna compromete a formação de uma consciência histórica crítica e plural, desconsiderando a complexidade das relações sociais do período.

Um critério essencial a ser considerado na elaboração e avaliação do livro didático é a relação entre o material e as condições cognitivas dos alunos. Nesse sentido, destaca Rüsen (2014, p. 116): “Em toda a sua estrutura, o livro didático tem que levar em conta as condições de aprendizagem dos alunos. Tem que estar consoante a sua capacidade de compreensão, e isto vale, acima de tudo, no que se refere ao nível de linguagem utilizado”. Ou seja, o conteúdo precisa estar adequado não apenas em termos informativos, mas também linguísticos e didáticos, favorecendo a acessibilidade e a construção autônoma do conhecimento por parte dos discentes.

Dessa forma, a análise do livro didático não pode se restringir à verificação da presença ou ausência de determinados conteúdos. É necessário considerar também a sua capacidade de dialogar com a realidade social dos estudantes, valorizando suas experiências históricas e socioculturais. Esse alinhamento é fundamental para estabelecer conexões significativas entre os conteúdos escolares e os contextos vividos pelos alunos, possibilitando uma aprendizagem mais crítica, contextualizada e cidadã (Gadotti, 2000; Libâneo, 1994).

Contudo, observa-se que parte dos livros didáticos ainda não consegue estabelecer essa sintonia com o público-alvo, limitando-se a uma abordagem tradicional, descontextualizada e, muitas vezes, superficial. Diante dessas limitações, o papel do professor é central na adoção de estratégias pedagógicas alternativas e complementares, que possibilitem uma mediação mais eficaz dos conteúdos, promovendo uma educação histórica mais significativa.

Para superar esse cenário, torna-se necessário promover uma revisão crítica dos conteúdos didáticos, orientada por uma perspectiva plural e democrática. Essa revisão deve ampliar o foco de análise, incorporando não apenas aspectos políticos e econômicos da Primeira República, mas também suas dimensões culturais, sociais e simbólicas. Iniciativas nesse sentido podem contribuir decisivamente para a construção de uma aprendizagem mais inclusiva, crítica e reflexiva, conforme defendem autores como Rüsen (2001) e Libâneo (1994).

Nesse sentido, a utilização de novas metodologias e recursos didáticos complementares — tais como histórias em quadrinhos, fontes visuais, documentos históricos, mapas e registros orais — pode contribuir de maneira significativa para a construção de um ensino mais qualificado sobre a Primeira República (1889–1930). Essas práticas favorecem o desenvolvimento de uma aprendizagem histórica crítica, promovendo a elaboração de significados a partir de múltiplas linguagens e estimulando o engajamento dos estudantes com os conteúdos curriculares.

A relevância da abordagem da Primeira República nos livros didáticos transcende o aspecto puramente acadêmico e cumpre um papel essencial na formação cidadã dos estudantes. Ao compreenderem as estruturas de poder que legitimaram e moldaram a política brasileira durante esse período, os discentes passam a desenvolver habilidades críticas indispensáveis à sua atuação como sujeitos históricos e sociais. Como destaca Rüsen (2014, p. 118), “como regra geral, o livro didático deve oferecer a possibilidade de verificar as interpretações dadas e de elaborar interpretações próprias, ou melhor, mediante a própria interpretação, estabelecer contextos históricos com base na documentação dada”. Trata-se, portanto, de proporcionar uma experiência formativa em que o estudante seja agente ativo na construção do saber histórico.

Dessa forma, uma abordagem mais detalhada e reflexiva sobre a Primeira República é fundamental para que os alunos não apenas memorizem informações factuais, mas também desenvolvam a criticidade necessária para compreender as múltiplas dimensões — políticas, econômicas, sociais e culturais — que compuseram esse período histórico. Isso implica repensar o papel do livro didático como instrumento pedagógico, atribuindo-lhe uma função mediadora entre o conhecimento científico, o currículo escolar e a realidade sociocultural dos estudantes, em consonância com os princípios de uma educação histórica plural, inclusiva e emancipada.

2.3 – Coronelismo, Voto de Cabresto, Cidadania e Oligarquias no Livro Didático.

O ensino da Primeira República no Brasil constitui um eixo fundamental para a construção da compreensão histórica dos estudantes, sobretudo no Ensino Fundamental, etapa em que se consolidam os primeiros referenciais sobre as instituições políticas e sociais do país. Trata-se de um período marcado por transformações estruturais, como a transição do regime monárquico para o republicano, a redefinição das relações de poder, que exigem abordagens pedagógicas que transcendam a mera exposição factual dos acontecimentos.

Temas como o coronelismo, o voto de cabresto, a cidadania e a formação das oligarquias políticas não devem ser apresentados apenas como elementos do passado, mas como fenômenos interligados que estruturaram o poder político e influenciaram diretamente a trajetória democrática do Brasil. A análise crítica desses conteúdos permite que o estudante desenvolva competências para interpretar a permanência de práticas autoritárias, patrimonialistas e clientelistas na política contemporânea, compreendendo, assim, os desafios da consolidação democrática no país.

Nesse sentido, embora o livro didático figure como um dos principais recursos pedagógicos utilizados em sala de aula, sua utilização acrítica pode contribuir para a reprodução de uma narrativa histórica simplificada e elitista. Muitos livros ainda priorizam uma visão centrada nas elites republicanas, relegando ao segundo plano a atuação de sujeitos históricos como trabalhadores, ex-escravizados, mulheres e camponeses. Essa limitação compromete a construção de uma consciência histórica crítica e plural, conforme defendem autores como Rüsen (2001, 2014), para quem o ensino de História deve favorecer a compreensão do passado em suas múltiplas dimensões, de modo a conectar o tempo vivido às experiências históricas.

É necessário destacar, ainda, as singularidades do modelo republicano brasileiro, marcado por práticas políticas como o coronelismo e o voto de cabresto, que institucionalizaram mecanismos de dominação local e subordinação do eleitorado. Compreender essas práticas é essencial para que os estudantes reconheçam as raízes históricas das desigualdades e dos entraves democráticos presentes na sociedade brasileira atual. A abordagem crítica desse conteúdo histórico deve ser orientada por metodologias que possibilitem o protagonismo discente na construção do saber, favorecendo o diálogo entre o conteúdo curricular e a realidade social dos alunos.

Diante dessa realidade, torna-se fundamental compreender como as nuances políticas da Primeira República se manifestaram concretamente, especialmente no que se refere às estruturas de poder e exclusão social. Para tanto, realizamos uma análise comparativa entre dois livros didáticos utilizados no Ensino Fundamental: *História: Sociedade & Cidadania* e *Expedições da História*. O objetivo foi avaliar o grau de criticidade, a organização e a distribuição dos conteúdos relacionados à República Brasileira em seu período inicial, verificando em que medida esses materiais didáticos contribuem para uma compreensão mais ampla e crítica da formação republicana.

No contexto das configurações políticas que marcaram a Primeira República, o coronelismo se destaca como um dos aspectos mais emblemáticos e estruturantes da política brasileira. Segundo Carvalho (2001), esse sistema consolidou-se como uma forma de poder descentralizado, no qual o Estado permanecia, em grande medida, subordinado aos interesses das elites agrárias locais. O domínio político dos coronéis era sustentado por sua posição de prestígio social, econômico e simbólico, o que lhes conferia o controle das estruturas administrativas e eleitorais nos municípios sob sua influência.

Nesse cenário, os trabalhadores rurais e populações subalternizadas, vinculados por relações de dependência com os coronéis, eram sistematicamente excluídos dos processos decisórios e privados de direitos políticos fundamentais. Essa lógica impedia a consolidação de uma cidadania plena e aprofundava a desigualdade sociopolítica, sobretudo nas regiões interioranas, onde o poder das oligarquias locais era quase absoluto. Como afirma Carvalho (2001, p. 55):

O coronelismo [...] impedia a participação política porque antes negava os direitos aos civis. Nas fazendas, imperava a lei do coronel, criada por ele, executada por ele. Seus trabalhadores e dependentes não eram cidadãos do Estado brasileiro, eram súditos dele. Quando o Estado se aproximava, ele o fazia dentro do acordo coronelista, pelo qual o coronel dava seu apoio político ao governador em troca da indicação de autoridades, como o delegado de polícia, o juiz, o coletor de impostos, o agente do correio, a professora primária. Graças ao controle desses cargos, o coronel podia premiar os aliados, controlar sua mão de obra e fugir dos impostos. (Carvalho, 2001, p. 55).

O coronelismo representou um pacto informal entre as elites locais e o governo central, constituindo uma aliança política que visava à manutenção de privilégios e ao fortalecimento do poder das oligarquias regionais. Nessa dinâmica, os coronéis assumiam o papel de intermediários entre o Estado e a população local, exercendo controle sobre cargos estratégicos da administração pública, como delegados, juízes e agentes fiscais. Esse domínio permitia a salvaguarda de interesses políticos e econômicos particulares, além de possibilitar a manipulação dos processos eleitorais, conferindo aos coronéis um poder político desproporcional, alheio aos princípios de representação e de cidadania efetiva.

Essa estrutura de poder sustentava práticas autoritárias como o voto de cabresto, que restringia significativamente a autonomia eleitoral da população. Tal prática reforçava um sistema clientelista e coercitivo, no qual a liberdade de escolha era substituída por relações de dependência econômica e social. O coronel, por meio de sua influência local, consolidava sua autoridade sobre a política regional, perpetuando um modelo excludente e hierarquizado que impossibilitava o pleno exercício da cidadania por parte das camadas populares.

Conforme ressalta Nicolau (1996, p. 36), “(...) o processo eleitoral era absolutamente viciado pelas fraudes em larga escala e, salvo poucas exceções, as eleições não eram competitivas. As eleições, mais do que expressar as preferências dos eleitores, serviram para legitimar o controle do governo pelas elites políticas estaduais.” Essa constatação evidencia que o sistema eleitoral da Primeira República operava como um mecanismo de legitimação do domínio oligárquico, em vez de representar a vontade popular. A ausência de competitividade e a prevalência de fraudes reforçavam a lógica de exclusão e de coerção econômica, condicionando a participação popular à subordinação e à obediência.

Dentro desse contexto, a política republicana se revelou como um sistema que limitava o desenvolvimento de uma cidadania ativa e crítica. A exclusão estrutural de grande parte da população brasileira dos processos decisórios e das garantias políticas básicas consolidava um regime de poder

concentrado nas mãos de poucos, o que comprometeu os ideais democráticos que deveriam fundamentar a República recém-instaurada.

O controle social e político exercido pelas elites locais e pelos coronéis na Primeira República não se restringia à esfera político-institucional, mas estendia-se também ao domínio econômico, reforçando uma estrutura social excludente e profundamente desigual. Essa configuração de poder mantinha amplas parcelas da população sob a influência direta dos interesses das oligarquias regionais, consolidando práticas clientelistas que minavam os princípios de uma democracia participativa.

A presença e o tratamento crítico desses temas nos livros didáticos são fundamentais para que os estudantes compreendam as inter-relações entre política e sociedade naquele período histórico e reconheçam como essas dinâmicas ainda reverberam na democracia brasileira contemporânea. A abordagem do coronelismo, por exemplo, deve extrapolar a simples descrição factual e fomentar uma reflexão sobre o papel das elites na construção dos ideais republicanos e sobre os mecanismos de exclusão política que comprometeram a consolidação de um Estado democrático. Essa perspectiva histórica é essencial para que os alunos desenvolvam a capacidade de reconhecer as raízes das desigualdades sociais e das práticas autoritárias ainda presentes no Brasil, promovendo a valorização da participação política plena, equitativa e consciente.

Sob essa ótica, a análise do primeiro livro didático evidencia uma limitação significativa na forma como a Primeira República é apresentada. De maneira geral, o tema é tratado de forma superficial, sem a profundidade crítica necessária para promover uma aprendizagem histórica qualificada. Em uma leitura mais minuciosa, observa-se que os conceitos de coronelismo e voto de cabresto são abordados de maneira extremamente resumida, restringindo-se a apenas uma página, com dois parágrafos que descrevem de modo simplificado essas práticas políticas centrais para a compreensão do período.

Essa abordagem reduzida compromete a formação de uma consciência histórica crítica, pois não oferece aos estudantes os subsídios necessários para analisar com profundidade as implicações políticas e sociais do modelo republicano vigente entre 1889 e 1930. Em razão disso, torna-se urgente repensar os critérios de seleção e estruturação dos conteúdos nos livros didáticos de História, de forma a garantir materiais que efetivamente colaborem para a construção de uma cidadania reflexiva e crítica.

Apesar de suas limitações, o primeiro livro didático analisado apresenta um tímido avanço em termos de criticidade ao abordar, ainda que de maneira superficial, as fraudes eleitorais como uma prática recorrente na estrutura política da Primeira República. Também há uma breve menção à Guarda Nacional e ao papel que desempenhava no contexto republicano. Para complementar o conteúdo, o livro recorre ao uso de uma charge, com o intuito de ilustrar visualmente o processo eleitoral e destacar a ocorrência de fraudes nas eleições. Embora esses recursos representem um esforço didático relevante, sua aplicação ainda é insuficiente para fomentar uma análise crítica e reflexiva sobre o período,

reforçando, assim, a necessidade de uma abordagem mais aprofundada, contextualizada e dialógica nos materiais didáticos.

Em contrapartida, a obra *Expedições da História* apresenta uma abordagem mais abrangente e didaticamente estruturada em relação aos temas analisados, especialmente se comparada ao primeiro livro. O texto explicita de forma mais clara como a figura do coronel estava inserida no contexto do Império, associando sua função inicial à Guarda Nacional. A narrativa esclarece que, com o enfraquecimento dessa instituição militar, o coronel passou a desempenhar um papel mais relevante na sociedade, consolidando sua influência durante a Primeira República por meio da estrutura conhecida como sistema coronelista.

Adicionalmente, o livro discute a prática da troca de favores — posteriormente conhecida como clientelismo — e como essa dinâmica moldou as relações políticas do período. A obra também evidencia o funcionamento do voto aberto e controlado como instrumento de dominação social, configurando o denominado voto de cabresto. Para reforçar esse conceito, o livro recorre novamente ao uso de charges, oferecendo recursos visuais que contribuem para a assimilação didática do conteúdo, ao representar, de forma acessível e crítica, como esse sistema operava na prática.

O livro didático analisado apresenta duas versões distintas: uma voltada aos alunos, distribuída ao longo do ano letivo, e outra destinada ao professor, estruturada como manual de apoio pedagógico. Este manual cumpre a função de orientar o planejamento das aulas, oferecendo textos complementares que podem ser utilizados no desenvolvimento das atividades com os estudantes do Ensino Fundamental, público-alvo desta pesquisa.

No caso do segundo livro, o manual do professor se destaca por apresentar diversos textos suplementares acerca do tema do coronelismo. Entre esses materiais, merece destaque um fragmento da obra *Cidadania no Brasil: O Longo Caminho*, de José Murilo de Carvalho, autor amplamente referenciado nos estudos sobre a República Brasileira. A inclusão de trechos dessa obra no manual constitui um importante recurso pedagógico, pois contribui para o aprofundamento da compreensão sobre o processo de construção da cidadania no Brasil, tema essencial para a formação de uma consciência histórica crítica. A abordagem desse processo, desde os marcos inaugurais da República até suas conexões com a contemporaneidade, é indispensável para que os alunos se reconheçam como sujeitos históricos ativos e críticos.

Por outro lado, o livro *História, Sociedade e Cidadania*, ao tratar da Primeira República, revela importantes limitações em sua narrativa. A obra não discute de forma explícita como se articulava a cidadania no Brasil em 1889, tampouco problematiza a efetividade dos direitos políticos no período. Tal omissão inviabiliza uma análise mais crítica sobre a inclusão e a exclusão dos diversos grupos sociais na nova ordem republicana. A ausência de reflexões sobre o acesso desigual à cidadania — especialmente no que tange a homens pobres, mulheres, indígenas, ex-escravizados e outros segmentos

marginalizados — compromete a formação de uma visão abrangente e crítica acerca do processo político brasileiro no pós-Proclamação da República.

Dessa forma, ao não abordar adequadamente a exclusão política e social vigente no início da República, o material didático limita a possibilidade de os alunos desenvolverem uma compreensão histórica mais completa, comprometendo, assim, os objetivos formativos de uma educação cidadã, plural e emancipadora.

O livro *Expedições da História*, um dos principais objetos de análise deste estudo, também apresenta lacunas significativas no que se refere à construção da cidadania brasileira durante o período republicano, sobretudo em seus momentos iniciais. Embora a obra dedique espaço a tópicos relevantes — como os movimentos sociais⁸ negros, a construção da imprensa negra⁹ e a valorização de manifestações culturais, a exemplo do samba carioca —, a abordagem adotada ainda se mostra insuficiente para proporcionar uma compreensão crítica e abrangente acerca de como os moldes republicanos foram articulados (ou negligenciados) no sentido de integrar a maior parte da população brasileira à nova ordem política e social.

O aprofundamento dessa temática é fundamental para compreender como se estruturaram os direitos de cidadania e, em consequência, os fundamentos da democracia no Brasil. A análise desses elementos permite evidenciar de que forma o regime republicano lidou com os processos de inclusão ou exclusão da população negra no contexto político, social e econômico da época. É importante destacar que, embora a Abolição da Escravidão tenha ocorrido em 1888, seguida pela Proclamação da República em 1889, a transição para o novo regime não resultou em benefícios concretos — materiais ou simbólicos — para os negros brasileiros. Pelo contrário, como enfatiza Andrews:

Ao contrário, esta [...] foi marginalizada, seja politicamente, em decorrência das limitações da república no que se refere ao sufrágio e às outras formas de participação política; seja social e psicologicamente, em face das doutrinas do racismo científico e da ‘teoria do branqueamento’, seja ainda economicamente, devido às preferências em termos de emprego em favor dos imigrantes europeus (Andrews, 1991, p. 32).

A citação de Andrews explicita uma questão central na compreensão do processo de transição entre os regimes monárquico e republicano no Brasil: a continuidade das práticas de exclusão social, econômica e política da população negra. Mesmo após o fim da escravidão e a instauração da República, o novo sistema político fracassou em garantir os direitos fundamentais e a plena cidadania a essa parcela

⁸ O livro *Expedições da História*, apresenta alguns dos movimentos que ganharam destaque: Clube 13 de Maio dos Homens Pretos, criado em São Paulo, 1902. Sociedade Cultural Ferroviária Treze de Maio, criada no Rio Grande do Sul, 1903. Sociedade de Socorro Mútuos Princesa do Sul, formada exclusivamente por mulheres, criada no Rio Grande do Sul, 1908. Centro de Federação dos Homens de Cor, organizado no Rio de Janeiro e em São Paulo, 1914.

⁹ A imprensa negra é um nome atribuído aos jornais e revistas fundados, especialmente, por afro-brasileiros, o primeiro dos jornais foi *O Homem de Cor ou O Mulato*, que foi publicado no Rio de Janeiro, 1883, 55 anos antes da abolição. Na fase inicial da república, outras publicações relacionadas a imprensa negra circularam, como: *A Pátria* (1889), *O Baluarte* (1903), *O Combate* (1912), *O Menelik* (1915).

da sociedade, perpetuando desigualdades históricas que se estendem até os dias atuais. Tal constatação reforça a importância de uma abordagem mais crítica e inclusiva nos livros didáticos, de modo a problematizar os efeitos estruturais da exclusão no Brasil republicano e promover uma aprendizagem histórica verdadeiramente emancipadora.

A exclusão social e política da população negra durante a Primeira República foi ainda mais acentuada pela presença e favorecimento dos imigrantes europeus, que receberam privilégios e prioridade nas oportunidades de trabalho. As políticas públicas da época foram elaboradas de forma a beneficiar esses imigrantes, que aportavam no Brasil com promessas de ascensão social e melhores condições de vida. Tal contexto contribuiu para a naturalização das hierarquias raciais, reforçando a marginalização da população negra e aprofundando desigualdades sociais e econômicas historicamente consolidadas.

Diante disso, torna-se imprescindível que os livros didáticos aprofundem o debate sobre a exclusão da população negra no período republicano, promovendo uma reflexão crítica acerca do impacto dessas políticas na construção da cidadania e da democracia no Brasil. Apenas a partir dessa abordagem será possível compreender as raízes históricas das desigualdades raciais e sociais que ainda persistem na sociedade brasileira contemporânea.

A ausência de direitos políticos plenos que legitimassem a cidadania da população negra resultou em um cenário de profunda desigualdade, no qual a República se estruturou como um sistema excludente que marginalizou grande parte da população afrodescendente. A marginalização política e social vivenciada por essa parcela da sociedade reflete um projeto republicano que, em sua essência, priorizou os interesses das elites agrárias e urbanas, perpetuando estruturas excludentes e negligenciando as demandas dos grupos socialmente vulneráveis. Nesse sentido, a República brasileira se consolidou como um regime democrático apenas formalmente, uma vez que o exercício efetivo da cidadania esteve condicionado a critérios de renda, raça e origem social.

A inclusão crítica desses temas nos livros didáticos é essencial para desconstruir narrativas tradicionais que apresentam a transição para o regime republicano como um processo naturalmente democrático e inclusivo. Ao ampliar as discussões sobre a marginalização da população brasileira — tanto no plano material quanto simbólico —, os materiais didáticos podem fomentar uma aprendizagem histórica comprometida com os valores da equidade, da justiça social e da inclusão.

Dessa forma, ao abordar a exclusão da população negra e as políticas de favorecimento aos imigrantes europeus, os estudantes são convidados a estabelecer conexões entre passado e presente, compreendendo que as desigualdades sociais contemporâneas possuem raízes estruturais que remontam ao período fundacional da República. Tal compreensão fortalece a construção de uma consciência histórica crítica, necessária à formação de cidadãos atuantes e reflexivos.

Um dos pontos mais críticos identificados na abordagem dos livros didáticos refere-se ao tratamento conferido ao tema das oligarquias durante a Primeira República. O conceito, quando presente, é apresentado de forma resumida e carente da criticidade necessária para promover uma análise mais profunda e contextualizada. Observa-se a ausência de uma explicação clara e consistente sobre a complexidade das estruturas políticas oligárquicas que marcaram o período entre 1889 e 1930, o que compromete a construção de uma aprendizagem histórica reflexiva.

As oligarquias desempenharam um papel central na conformação do modelo republicano brasileiro, influenciando diretamente os rumos políticos e econômicos do país. Esse modelo foi caracterizado pela concentração de poder nas mãos das elites regionais, que, por meio do controle de instituições e cargos públicos, moldavam políticas públicas voltadas à preservação de seus próprios interesses econômicos e sociais. A predominância dessas elites restringiu a participação popular nos processos decisórios, consolidando uma República de caráter excludente, cujos mecanismos democráticos mostravam-se fragilizados. Tal configuração impediu a ampliação efetiva dos direitos políticos e sociais da maioria da população brasileira, perpetuando desigualdades históricas.

Nesse cenário, destaca-se que o livro *História: Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, é o único, entre os dois analisados, que aborda o tema das oligarquias, ainda que de maneira breve. Em apenas quatro linhas, o autor limita-se a explicar que as oligarquias eram representadas pelas famílias mais poderosas de cada Estado, que exerciam influência política significativa durante a Primeira República. Essa abordagem, embora mencione o fenômeno, não oferece ao estudante instrumentos suficientes para compreender sua complexidade nem suas consequências políticas e sociais.

Por outro lado, o livro *Expedições da História*, de Cotrim e Rodrigues, omite completamente o tema das oligarquias, o que representa uma falha relevante no processo de ensino-aprendizagem. A ausência dessa discussão impede que os alunos compreendam as dinâmicas de poder que caracterizaram o período republicano, bem como seus impactos na formação do Estado brasileiro. Trata-se, portanto, de uma limitação significativa que evidencia a necessidade de um avanço nas narrativas dos livros didáticos, especialmente quanto à inclusão de temas-chave para a compreensão crítica e contextualizada da Primeira República.

A abordagem das oligarquias no contexto da Primeira República reveste-se de fundamental importância para o ensino de História, na medida em que possibilita aos estudantes compreender as origens das estruturas de poder e das desigualdades que marcaram os primeiros anos do regime republicano e que, de certa forma, ainda reverberam na configuração política brasileira contemporânea. Ao tratar de temas como o coronelismo e o voto de cabresto, os livros didáticos devem ultrapassar a mera descrição factual, promovendo uma análise crítica sobre o funcionamento do sistema republicano e as limitações impostas à participação popular.

Abrir espaço para a discussão dessas questões contribui para uma reflexão mais aprofundada sobre o processo de construção da cidadania brasileira e os obstáculos históricos enfrentados para a consolidação de práticas democráticas efetivas. Tal aprofundamento é essencial para que os estudantes compreendam como a exclusão política se deu e quais foram seus impactos no desenvolvimento da democracia no país.

O debate em torno da influência das oligarquias não deve restringir-se à transmissão de conteúdos, mas sim fomentar uma compreensão mais abrangente das dinâmicas de poder político, econômico e social que estruturaram a Primeira República. A análise desses elementos permite ampliar o conhecimento histórico dos alunos, favorecendo uma aprendizagem qualitativa que os capacita a estabelecer relações entre diferentes temporalidades — passado, presente e futuro —, indispensável à construção de uma análise crítica e contextualizada dos processos históricos. Tais preocupações com o processo de ensino e aprendizagem encontram respaldo nas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que enfatiza:

O raciocínio espaço-temporal baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica. A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, intérprete e avalie os significados das ações realizadas no passado ou no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido quanto pelo controle dos fenômenos naturais e históricos dos quais é agente (Brasil, 2018, p. 351).

Essa diretriz reforça a centralidade do raciocínio espaço-temporal na formação histórica dos estudantes. Assim, compreender que o espaço é resultado da ação humana em contextos históricos específicos implica relacionar o ensino de História às experiências sociais dos alunos, promovendo uma formação crítica e cidadã, alinhada às exigências de uma educação democrática e inclusiva.

No ensino de História, promover a consciência crítica e desenvolver a capacidade de compreensão dos fatos históricos são objetivos essenciais. A percepção das diferentes temporalidades — especialmente o reconhecimento da relação entre passado e presente — é fundamental para a construção de uma visão crítica do espaço social e político no qual os indivíduos estão inseridos. No contexto da Primeira República, temas como o coronelismo, o voto de cabresto e as oligarquias constituem exemplos concretos dessa articulação temporal. Esses elementos não apenas definiram os contornos do regime republicano nas suas primeiras décadas, consolidando um modelo de governo oligárquico e excludente, como também deixaram marcas profundas nas práticas políticas brasileiras, cujos reflexos persistem na atualidade.

A abordagem dessas estruturas de poder sob uma ótica espaço-temporal, especialmente voltada aos alunos do 9º ano do ensino fundamental, permite reconhecer o caráter histórico e dinâmico dessas formações sociais e políticas. Tal perspectiva contribui significativamente para a compreensão do processo de construção da cidadania no Brasil e evidencia os mecanismos que limitaram a efetiva participação popular na vida política do país.

Sob essa lógica, o ensino de História deve ultrapassar a simples memorização de eventos e datas, incentivando a análise crítica, a problematização das narrativas históricas e a identificação de continuidades e rupturas entre diferentes contextos. O ensino fundamentado na compreensão espaço-temporal revela-se, portanto, uma estratégia didática indispensável para o desenvolvimento de competências interpretativas e para a promoção de uma aprendizagem histórica significativa. Essa abordagem favorece uma leitura mais profunda das ações humanas, considerando suas relações com o presente e seus efeitos sobre a construção da realidade social. Nesse sentido, Rüsen destaca:

Se não se quer na apresentação dos temas e épocas se conceba (sem querer) a falsa ideia “da” história como fato fixo, então se deve mencionar como tais as perspectivas globais da interpretação histórica. Os alunos e alunas devem ser capazes de aprender que essas relações sequer se podem estabelecer sem sua referência a seu presente, que as interpretações históricas têm caráter perspectivo e que existem diferentes perspectivas relacionáveis de forma argumentativa que podem e devem ser comparadas de forma crítica (Rüsen, 2014, p. 124).

A citação reforça que a História não deve ser concebida como um conjunto estático e absoluto de acontecimentos, mas sim como uma construção interpretativa, plural e situada no tempo. Compreender essa natureza da História permite aos estudantes desenvolverem a habilidade de interpretar múltiplos contextos históricos, reconhecendo os agentes sociais envolvidos e os fatores que contribuíram para os processos de transformação. Desse modo, o ensino de História assume um papel formativo central na constituição de sujeitos críticos, conscientes de seu papel enquanto agentes históricos.

Nesse sentido, Jörn Rüsen (2014) destaca a relevância de estimular a comparação crítica entre diferentes perspectivas históricas, promovendo o desenvolvimento do pensamento argumentativo e reflexivo nos estudantes. Assim, o papel do ensino de História não deve se restringir à mera transmissão de conteúdos curriculares, mas deve comprometer-se com a formação de cidadãos críticos, capazes de dialogar interpretativamente com o passado e compreender, de forma consciente, os desafios do presente.

Dentro dessa perspectiva, o livro didático, como um dos principais instrumentos metodológicos utilizados em sala de aula, deve apresentar uma estrutura pedagógica coerente e funcional, que favoreça o desenvolvimento de habilidades de interpretação histórica. A construção do conhecimento histórico pressupõe a capacidade de estabelecer conexões entre diferentes temporalidades, bem como a análise crítica das narrativas apresentadas. Para isso, Rüsen (2014, p. 115) elenca quatro características fundamentais para a elaboração de um bom livro didático: (1) formato claro e estruturado; (2) organização didática coerente; (3) relação produtiva com o aluno; e (4) articulação com a prática docente. Dessa forma, é imprescindível que o professor de História esteja atento a esses critérios para alcançar resultados pedagógicos mais eficazes em suas abordagens em sala de aula.

A ausência ou o tratamento superficial de temas essenciais no livro didático frequentemente obriga o docente a recorrer a materiais complementares e outras estratégias metodológicas que supram essas lacunas. Tais deficiências, muitas vezes oriundas da omissão de questões centrais no processo de ensino-

aprendizagem, comprometem o aprofundamento da compreensão histórica por parte dos alunos. A utilização de fontes alternativas — como documentos históricos, obras acadêmicas, recursos audiovisuais e atividades interdisciplinares — pode enriquecer significativamente as aulas de História, oferecendo aos estudantes uma visão mais abrangente e crítica do período republicano brasileiro e de suas especificidades políticas e sociais.

Nesse contexto, este trabalho ressalta o potencial das histórias em quadrinhos como suporte metodológico eficaz, oferecendo uma abordagem didática inovadora, acessível e atrativa. Esse recurso contribui significativamente para a construção de uma educação histórica mais eficiente, ao favorecer o engajamento discente e aprofundar a compreensão dos conteúdos trabalhados em sala de aula.

As histórias em quadrinhos, quando inseridas no ambiente escolar, destacam-se como ferramentas pedagógicas relevantes no processo de ensino-aprendizagem da História, proporcionando aos estudantes uma experiência educacional significativa. Por meio de seus múltiplos gêneros discursivos e linguísticos, esses materiais oferecem aos docentes uma ampla gama de possibilidades de aplicação, especialmente em contextos que demandam mediação entre linguagem visual e textual. As narrativas em quadrinhos apresentam-se como acessíveis a diferentes faixas etárias, justamente por conjugarem linguagens diversas de forma integrada e complementar.

Nesse sentido, Pessoa (2016, p. 13) afirma que: “Essa linguagem é autônoma e oferece ao seu leitor uma gama de elementos a serem observados separadamente como tipografia, desenhos, perspectiva, onomatopeias, narrativas [...] diferentes formas de leitura de uma mesma história”. A partir dessa perspectiva, evidencia-se que os quadrinhos não apenas enriquecem o repertório visual dos estudantes, mas também os instigam a construir múltiplas leituras críticas sobre o conteúdo abordado.

Assim, o uso desse recurso pedagógico apresenta-se como uma estratégia eficaz para a abordagem de temas complexos, ao facilitar a assimilação de conceitos desafiadores e despertar o interesse dos alunos pela leitura e pelo estudo histórico. A combinação entre elementos visuais e textuais cria uma narrativa dinâmica, envolvente e didaticamente potente, capaz de ampliar o acesso ao conhecimento histórico de maneira mais contextualizada, significativa e inclusiva.

Embora a historiografia contemporânea tenha avançado ao evidenciar a relevância dos aspectos culturais e simbólicos que sustentaram o poder das elites locais e das oligarquias — legitimando, assim, um sistema de exclusão social e política — tais avanços ainda não se refletem integralmente nas narrativas presentes nos livros didáticos. Grande parte desses materiais, incluindo os analisados nesta pesquisa, apresenta os ideais republicanos de progresso e modernidade como verdades absolutas, sem oferecer a devida problematização crítica sobre os limites e contradições desse discurso. Tal abordagem acaba por reforçar uma dissociação entre o projeto oficial da Primeira República e as realidades sociais efetivamente vivenciadas pela maioria da população brasileira.

Diante desse cenário, a análise crítica da Primeira República e de seus desdobramentos, bem como sua inserção no contexto educacional, demanda atenção redobrada às práticas pedagógicas e ao uso do livro didático como principal recurso didático-metodológico. É necessário ultrapassar uma abordagem pautada na descrição factual da História e adotar uma perspectiva crítica e reflexiva, que articule conceitos como coronelismo, voto de cabresto, oligarquias e cidadania às práticas políticas e institucionais do período republicano, contextualizando-as a partir das contradições sociais que marcaram esse processo.

Ao valorizar tanto a dimensão estrutural da política quanto as experiências sociais dos grupos historicamente marginalizados, constrói-se uma aprendizagem histórica mais densa, crítica e formativa. Essa abordagem não apenas amplia a compreensão do passado republicano, como também contribui para a formação de sujeitos historicamente conscientes e capazes de refletir sobre as desigualdades persistentes e os desafios políticos enfrentados pela sociedade brasileira contemporânea.

A análise crítica dos livros didáticos realizada no capítulo 2 evidencia que, embora sejam recursos fundamentais no processo de ensino-aprendizagem, esses materiais frequentemente apresentam uma narrativa reduzida e simplificada da Proclamação da República. A ênfase em aspectos factuais e políticos, em detrimento das dimensões sociais e culturais, limita a compreensão dos alunos acerca da complexidade do período republicano. Além disso, as lacunas identificadas no tratamento de conceitos como cidadania, coronelismo, voto de cabresto e oligarquias revelam a necessidade de explorar metodologias alternativas que complementem o trabalho desenvolvido com os manuais escolares.

Nesse contexto, o capítulo seguinte introduz uma proposta metodológica que busca superar essas limitações: a utilização das histórias em quadrinhos como recurso didático no ensino de História. Essa abordagem fundamenta-se na potencialidade das HQs em articular elementos visuais e textuais, favorecendo a aprendizagem significativa e estimulando o pensamento crítico dos estudantes. Ao detalhar os roteiros didáticos e as produções autorais realizadas em sala de aula, o capítulo demonstra como o uso de narrativas gráficas pode enriquecer a compreensão histórica, promover maior engajamento e ampliar a capacidade interpretativa dos discentes diante dos conteúdos relativos à formação da República brasileira.

Capítulo 3

As histórias em quadrinhos: uma abordagem metodológica.

O quadrinho é um poderoso recurso didático quando não apenas entretém, mas também ensina, provoca e convida à reflexão crítica.

Paulo Ramos, 2007.

3.1 O uso de histórias em quadrinhos e o ensino de história.

O ensino de História, especialmente nas últimas décadas, tem se consolidado como objeto central de reflexão e reformulação no campo da aprendizagem histórica, com vistas à superação de práticas pedagógicas tradicionais, marcadas pela ênfase na memorização de datas e eventos. Nesse cenário, ganha destaque uma concepção de ensino orientada para o desenvolvimento da consciência histórica, conforme propõe Jörn Rüsen (2001), que compreende a disciplina como meio para fomentar, nos estudantes, a competência de interpretar o passado, compreender o presente e projetar, criticamente, possibilidades para o futuro.

Mais do que a simples transmissão de conteúdos e informações sobre o passado, o ensino de História configura-se como prática social dotada de intencionalidade formativa, voltada à construção de saberes históricos significativos. Nesse sentido, contribui diretamente para a formação da consciência histórica dos sujeitos, entendida por Rüsen (2009) como uma faculdade humana essencial, pela qual se atribui sentido às experiências temporais e se articulam ações, valores e identidades em uma relação contínua com o tempo. Além disso, contribui com a formação da identidade, fenômeno capaz de moldar o “mundo da vida humana” e prover o eu com “continuidade e consistência” em uma relação cultural com seu grupo (RÜSEN, 2009, p. 174).

Essa abordagem rompe com a concepção tradicionalista que priorizava a repetição de datas e fatos desconectados das realidades dos estudantes, e propõe, em contrapartida, uma prática pedagógica centrada na interpretação, na problematização e na construção de narrativas históricas. A aprendizagem histórica, nesse contexto, passa a privilegiar o pensamento crítico como elemento constitutivo do processo formativo, articulando conhecimentos históricos alinhados ao currículo e às finalidades educativas contemporâneas.

No ambiente escolar, o ensino de História se revela, portanto, indispensável à formação cidadã e crítica dos alunos. Sua prática exige do professor uma postura investigativa, analítica e comprometida com a mediação entre as representações históricas, as fontes disponíveis e as experiências prévias dos estudantes, respeitando as múltiplas formas de relação com o passado e promovendo o diálogo entre diferentes temporalidades e interpretações.

Compreender o ensino de História como um espaço formativo implica reconhecer sua função essencial no desenvolvimento do pensamento histórico, especialmente no que se refere à apropriação de conceitos estruturantes da disciplina, tais como mudança, permanência, temporalidade, causalidade e evidência. Ao proporcionar aos estudantes instrumentos analíticos para interpretar criticamente o passado e refletir sobre o presente, o ensino de História contribui para a formação de sujeitos históricos capazes de compreender os processos sociais em sua complexidade.

Nesse contexto, torna-se fundamental, no âmbito da prática pedagógica, considerar o uso de múltiplas linguagens, para além da escrita acadêmica e da narrativa tradicional dos manuais escolares. Uma das estratégias que têm demonstrado resultados positivos é a incorporação de linguagens não tradicionais — como imagens, histórias em quadrinhos (HQs), filmes e documentários — no ambiente escolar. Comumente associadas à cultura de massa e ao entretenimento, as HQs, em particular, apresentam-se como ferramentas didáticas promissoras, capazes de mediar discussões críticas sobre diversos temas históricos.

Segundo Fonseca (2023), os quadrinhos têm se revelado recursos eficazes no processo de ensino-aprendizagem, favorecendo a construção do conhecimento histórico por meio de uma linguagem acessível, dinâmica e atrativa. Ao integrar texto e imagem em narrativas sequenciais, as HQs estimulam a leitura crítica, a compreensão das estruturas temporais e a análise de fontes, ao mesmo tempo em que promovem o engajamento dos estudantes com os conteúdos curriculares.

Nesse sentido, a concepção de aprendizagem histórica proposta por Rüsen (2011) reforça o papel das experiências históricas na orientação da vida prática dos indivíduos. Para o autor, “através do aprendizado histórico, deve ser aqui aberta a orientação temporal da própria vida prática sobre a experiência histórica e ser mantida aberta para um incremento da experiência histórica” (RÜSEN, 2011, p. 47). Assim, ao incentivar os alunos a interpretar criticamente as narrativas visuais contidas nas HQs, os professores favorecem a identificação das nuances temporais, sociais e políticas presentes em diferentes contextos históricos, como o da Primeira República.

Desse modo, os quadrinhos não apenas potencializam a compreensão dos fatos históricos, mas também estimulam o desenvolvimento do pensamento analítico e crítico de maneira mais lúdica e envolvente. A utilização desse recurso contribui, portanto, para a construção de uma aprendizagem histórica significativa, alinhada aos pressupostos da educação crítica e democrática.

Além de atuarem como suportes textuais que facilitam o acesso a eventos históricos por meio de uma linguagem mais acessível, sem, contudo, comprometer a complexidade interpretativa, as histórias em quadrinhos (HQs) contribuem significativamente para o exercício da empatia histórica e para a análise de representações sociais. Nessa perspectiva, não devem ser compreendidas apenas como recursos lúdicos destinados à leitura recreativa, mas como instrumentos pedagógicos capazes de fomentar múltiplas possibilidades interpretativas das temporalidades e da construção histórica dos sujeitos, conforme discutem Ramos (2007) e Barbosa (2015).

Ao abordar temáticas complexas com uma linguagem narrativa acessível, os quadrinhos assumem um papel relevante na formação do pensamento histórico, especialmente quando empregados de maneira crítica e integrados a um planejamento didático coerente. Entre suas principais características, destaca-se a expressividade das imagens, que imprime sentidos e interpretações ao passado. Diante disso, tanto a escola quanto os docentes devem estar atentos às potencialidades metodológicas desse recurso, promovendo a articulação entre linguagens culturais, históricas e interpretativas no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no ensino de História.

A necessidade de renovação dos materiais didáticos e a inclusão de novos recursos visuais e narrativos constituem, portanto, uma preocupação legítima e urgente para os educadores. As HQs cumprem esse papel ao traduzir episódios históricos em formas visuais e textuais acessíveis, despertando o interesse, a curiosidade e o engajamento dos estudantes. Além disso, sua utilização em sala de aula favorece o trabalho com múltiplas temporalidades, contribuindo para o rompimento com narrativas únicas e tradicionais da história.

Exemplo relevante dessa abordagem é o material *Cai o Império! República Vou Ver*, de Lilia Schwarcz e Angeli, que se destaca por oferecer uma leitura crítica e bem estruturada da Proclamação da República, promovendo a problematização dos mitos fundadores e das estruturas de poder da sociedade brasileira. A obra contribui, assim, para a formação da consciência histórica dos discentes, ao estimular reflexões sobre os processos sociais e políticos que marcaram a formação do Brasil republicano.

Nesse sentido, Rüsen (2011, p. 85) enfatiza que “as operações (narrativas) da consciência histórica se tornam processos de aprendizagem quando se concentram em aumentar o conhecimento sobre o que aconteceu no passado”. Dessa forma, a utilização de HQs no ensino de História revela-se uma estratégia eficaz para potencializar a aprendizagem histórica, aliando criticidade, acessibilidade e pluralidade de interpretações.

Outro aspecto relevante no planejamento pedagógico voltado ao uso dos quadrinhos em sala de aula é a possibilidade de o professor utilizá-los não apenas como fonte de leitura, mas também como ponto de partida para a produção criativa por parte dos alunos. A criação de histórias em quadrinhos a partir dos conteúdos trabalhados em aula mobiliza a construção do conhecimento histórico, ao mesmo tempo em que permite a expressão de compreensões individuais e coletivas sobre o passado. Essa prática contribui para o desenvolvimento da autonomia criativa dos estudantes, estimulando a autoconfiança e fortalecendo a compreensão histórica dos fatos, por meio da integração de competências como interpretação, síntese, argumentação e representação visual.

Considerando o uso das HQs no ensino de História, é fundamental compreender que esse recurso didático não deve ser encarado apenas como instrumento complementar ou de caráter lúdico e superficial. Pelo contrário, trata-se de uma fonte pedagógica rica, capaz de promover uma aprendizagem histórica crítica e dialógica, ancorada em múltiplas temporalidades e formas de saber histórico. Ao articular linguagem visual e textual, memória e imaginação, os quadrinhos oferecem um caminho promissor para que os discentes atuem como sujeitos ativos na construção do conhecimento histórico.

Nesse sentido, Vergueiro e Ramos (2009) afirmam que “a leitura compartilhada de quadrinhos na sala de aula pode ser uma forma de abrir ‘uma janela para o mundo’, despertando o interesse dos alunos por coisas novas” (p. 86). Essa afirmação reforça o potencial das HQs enquanto instrumento pedagógico de mediação entre o conhecimento escolar e a realidade social dos estudantes.

O uso de fontes visuais — especialmente as histórias em quadrinhos, objeto central deste trabalho — proporciona aos alunos uma experiência de aprendizagem enriquecedora e imersiva. Pessoa (2016) destaca que “a história é o grande componente crítico de uma revista em quadrinhos. É aquilo que faz personagens, revistas, produtos e profissionais perdurarem” (p. 18). Assim, a escolha pedagógica por esse tipo de material didático contribui de forma significativa para a qualidade das aulas de História, promovendo o engajamento discente e o aprofundamento da compreensão histórica.

Com o objetivo de tornar mais eficaz a utilização dos quadrinhos no ambiente escolar, especialmente da HQ *Cai o Império! República Vou Ver*, foi elaborado um roteiro pedagógico orientador. Tal instrumento foi concebido com a finalidade de potencializar o processo de aprendizagem nas aulas de História, direcionadas aos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental. Contudo, a proposta metodológica apresentada possui caráter flexível, podendo ser adaptada a diferentes conteúdos e temáticas. Seu principal propósito é subsidiar o trabalho docente, oferecendo diretrizes para o uso dos quadrinhos como fontes históricas e recursos didáticos no contexto da prática pedagógica.

Aulas	Objetivos principais	Atividades didáticas	Recursos necessários	Observações
1	Apresentar o contexto histórico que resultou na Proclamação da República.	Aula expositiva dialogada sobre o fim do Império, a Proclamação da República, estrutura oligárquica e coronelismo.	Quadro, livro didático, slides.	Estimular a curiosidade inicial e levantar conhecimentos prévios dos alunos.
2	Analisar a exclusão social e política na Primeira República.	Leitura orientada do livro didático e análise crítica em grupo sobre o voto de cabresto e o coronelismo.	Livro didático.	Relacionar os conceitos à realidade contemporânea.
3	Apresentar a proposta de leitura da HQ como fonte de ensino de História.	Apresentação da HQ <i>Cai o Império! República Vou Ver</i> (p. 82-87)., breve histórico dos autores, e explicação da proposta de trabalho.	Cópias impressas da HQ.	Explicar que os quadrinhos serão usados como recurso didático de análise para fazer a

				contextualização histórica.
4	Desenvolver leitura interpretativa da HQ – parte 1.	Leitura coletiva da HQ em sala com pausa para comentários e reflexões.	Cópias impressas da HQ.	A leitura deve ser coletiva, estimulando os alunos.
5	Desenvolver leitura interpretativa da HQ – parte 2.	Finalização da leitura coletiva da HQ com debate orientado sobre os eventos representados.	Cópias impressas da HQ.	Relacionar as passagens com os conteúdos históricos já abordados.
6	Analisar os elementos simbólicos e políticos da HQ.	Discussão em grupo e retomada dos temas centrais da Primeira República com base na leitura.	Slides.	Registrar conclusões no caderno para fixação.
7	Iniciar o planejamento da produção das HQs autorais.	Apresentação da proposta de produção de HQs com base nos conteúdos estudados. Orientações sobre estrutura, narrativa e personagens.	Folha A4, modelos de roteiros de quadrinhos, lápis, canetinhas e régua.	Dividir os alunos em grupos de 4 a 5 integrantes. Trazer uma discussão sobre narrativa histórica ¹⁰ . Orientar quanto ao enredo, personagens e tempo histórico.
8	Produção das HQs autorais (parte 1).	Apresentação da proposta de criação de HQs com base	Folha A4, modelos de	Acompanhar e orientar a

¹⁰ Importante salientar que na narrativa a ser criada, os alunos vão criar um enredo, uma trama, assim como se faz quando se conta uma história, a diferença é que partir-se-á de evidências históricas, devem constar:

- Para introduzir os personagens (coronel, capanga, mulheres, negros etc.): Quais são suas características, motivações e objetivos?

- Enredo: Qual é a sequência dos acontecimentos da história? Como os eventos se desenrolam e se relacionam entre si?

- Tempo: Em que época a história se passa? Qual é a duração dos fatos narrados? Há saltos no tempo ou a narrativa é linear?

- Espaço: Onde a história se desenrola? Qual é o ambiente físico e social em que os personagens se movem?

- Narrador e ponto de vista: Quem é o narrador da história? É um narrador onisciente, personagem ou observador? Qual é o ponto de vista adotado (primeira pessoa, terceira pessoa etc.)?

		nos conteúdos estudados. Orientações sobre estrutura, narrativa e personagens.	roteiros de quadrinhos, lápis, canetinhas e régua.	coerência histórica e organização dos grupos.
9	Produção das HQs autorais (parte 2).	Finalização das HQs autorais com revisão de legendas e estrutura.	Materiais de desenho.	Estimular revisão, clareza textual e cuidado estético.
10	Apresentação e socialização das HQs produzidas.	Exposição das HQs produzidas, roda de conversa e autoavaliação dos aprendizados.	Espaço para exposição — sala de aula.	Retomar os principais aprendizados com base nas produções.

Fonte: Elaborado pela autora, (2025).

A estrutura das aulas segue as seguintes etapas: definição de objetivos, contextualização histórica da Primeira República, leitura crítica da HQ em sala, análise reflexiva dos conteúdos e avaliação da aprendizagem por meio da produção autoral. O objetivo central é apresentar aos estudantes os desdobramentos que culminaram na Proclamação da República, destacando o contexto político-social do período e suas permanências históricas.

A escolha da HQ *Cai o Império! República Vou Ver* está alinhada à proposta de tornar visíveis as tensões do fim do Império e os desafios iniciais da Primeira República, utilizando uma linguagem acessível e visualmente atrativa. A atividade culminante — a produção de HQs pelos próprios alunos — possibilita que internalizem os conteúdos de maneira crítica e criativa, mobilizando competências como interpretação, argumentação, síntese e expressão visual.

Dessa forma, o roteiro pedagógico aqui proposto visa orientar docentes no uso de histórias em quadrinhos como recurso didático-metodológico nas aulas de História, promovendo o engajamento dos estudantes e a construção de uma consciência histórica significativa. A proposta está organizada em quatro momentos principais: definição de objetivos, contextualização inicial, leitura e análise em sala da HQ, debate reflexivo sobre o tema apresentado e atividade de avaliação com a criação de quadrinhos autorais. A seguir, detalha-se cada uma das etapas:

O principal objetivo do trabalho com a HQ em sala de aula é desenvolver a capacidade dos estudantes de compreender os processos históricos que levaram à Proclamação da República, bem como os impactos desse novo regime sobre a sociedade brasileira da época. Pretende-se, ainda, estimular a leitura crítica de fontes visuais, fomentar o protagonismo discente por meio da produção autoral e ampliar a percepção dos alunos sobre as representações históricas mediadas por diferentes linguagens — escrita e visual.

No primeiro momento, propôs-se uma breve exposição dialogada sobre o contexto histórico que antecedeu a Proclamação da República, evidenciando como a sociedade estava organizada nas dimensões social, política e econômica. Foram levantadas questões que mobilizaram os conhecimentos prévios dos alunos e promoveram a problematização inicial, tais como: *O que vocês sabem sobre o 15 de novembro de 1889? Quem participou da Proclamação da República? Essa mudança atendeu aos interesses populares?* O objetivo foi estabelecer uma base de compreensão crítica da obra em quadrinhos, tendo como ponto de partida os saberes e inquietações dos estudantes.

Na etapa seguinte, apresentou-se a HQ *Cai o Império! República Vou Ver!*, de Lilia Schwarcz e Angeli, como recurso didático central. A leitura foi realizada de forma coletiva e mediada pela professora. Os alunos receberam cópias de trechos selecionados da obra e foram organizados em grupos para discutir os conteúdos. Durante a leitura, estimulou-se a observação de elementos centrais da narrativa, como as representações dos personagens históricos, o uso de humor e ironia, as cenas simbólicas da transição para a República e a ausência de determinados grupos sociais. O objetivo da atividade foi proporcionar uma abordagem alternativa de leitura histórica, por meio de uma fonte visual que articulou representação simbólica, crítica social e imaginação histórica.

Após a conclusão da leitura da HQ, foi promovido um momento de reflexão coletiva em sala de aula. Por meio de um debate orientado, os alunos foram convidados a analisar criticamente como a narrativa em quadrinhos representa a transição política de 1889 e quais críticas são implícitas à nova ordem republicana. Algumas perguntas norteadoras auxiliaram no processo de reflexão: *A República representou, de fato, uma ruptura com o passado imperial? Quais setores sociais foram contemplados ou excluídos nesse processo? Como a linguagem dos quadrinhos influencia nossa leitura da história?* Espera-se, nessa etapa, o desenvolvimento do pensamento crítico dos estudantes em relação ao conteúdo histórico, bem como o reconhecimento das múltiplas formas de representação do passado.

A avaliação da aprendizagem ocorreu por meio da produção de histórias em quadrinhos autorais, desenvolvidas pelos próprios alunos organizados em grupos de quatro a cinco integrantes. A proposta consistiu na criação de HQs que abordassem aspectos centrais da Primeira República — desde o momento da Proclamação até os fatores que contribuíram para essa ruptura —, utilizando elementos gráficos e narrativos inspirados no material previamente analisado em sala. Os temas propostos para os grupos foram: HQ 1: O que foi a República Brasileira? HQ 2: Quem manda é o coronel, por quê? HQ 3: O voto é no cabresto. HQ 4: A República trouxe qual cidadania?

Durante todo o processo de criação, a professora atuou como mediadora, orientando os estudantes quanto à construção da narrativa, à organização das cenas e à representação coerente dos personagens e dos contextos históricos. Uma aula bônus foi incorporada à estrutura do roteiro pedagógico com o objetivo de aprofundar a compreensão dos alunos sobre a linguagem das HQs e os elementos que compõem esse gênero narrativo. Segundo Pessoa (2016, p. 15), “As histórias em quadrinhos têm o seu nome vinculado à imagem, no entanto, no processo de comunicação estão

presentes o texto e o balão. Na construção das histórias em quadrinhos, promove-se a intersecção entre as duas formas de expressão: a verbal e a não verbal”.

A produção das histórias em quadrinhos pelos alunos revelou-se uma estratégia pedagógica altamente eficaz no processo de ensino-aprendizagem. Pessoa (2016, p. 18) observa que “a escrita das histórias em quadrinhos requer do autor habilidade para redigir boas tramas e capacidade de mesclar essas ideias em quadros com textos verbais e não verbais, transformando a descrição de uma cena em representação imagética”. Os resultados obtidos com a atividade foram amplamente positivos, evidenciando o engajamento dos estudantes com os conteúdos trabalhados e sua capacidade de reinterpretar os acontecimentos históricos de forma crítica, reflexiva e criativa.

As HQs produzidas demonstraram apropriação dos principais conceitos discutidos em sala, como a Proclamação da República, a atuação das elites militares e civis no novo regime, e a exclusão de amplos setores da sociedade brasileira do processo político republicano. Além disso, a atividade favoreceu o desenvolvimento da autonomia discente, ao estimular a expressão por meio de múltiplas linguagens — visual, escrita e simbólica —, o que contribuiu para uma aprendizagem mais significativa e contextualizada.

A utilização dos quadrinhos como recurso avaliativo também permitiu à docente identificar diferentes níveis de compreensão e desenvolvimento entre os alunos, possibilitando intervenções pedagógicas mais direcionadas, inclusivas e alinhadas às necessidades específicas dos discentes. Os resultados dessa experiência podem ser visualizados na seção seguinte, dedicada à exposição dos trabalhos desenvolvidos e protagonizados pelos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, do Colégio Waldecyr Cavalcante de Araújo Pereira.

Embora o uso dos quadrinhos em sala de aula ofereça contribuições significativas ao ensino de História — sobretudo no que se refere à mediação de saberes, à construção da consciência histórica e ao engajamento dos estudantes —, é importante reconhecer que sua utilização também está atrelada a desafios pedagógicos. Em primeiro lugar, a leitura de HQs exige competências específicas, como o reconhecimento simultâneo das linguagens verbal e não verbal. Cabe ao professor o papel de mediador nesse processo, uma vez que tais exigências podem representar um obstáculo para alunos que apresentam dificuldades de leitura e interpretação.

Ademais, a linguagem sintetizada e, por vezes, cômica das HQs pode ser interpretada de maneira equivocada, gerando uma simplificação indevida de processos históricos complexos, sobretudo se não for acompanhada por uma mediação docente criteriosa e crítica. Outro ponto que merece atenção diz respeito à seleção das obras: por serem representações do passado, algumas HQs podem veicular estereótipos, anacronismos ou discursos ideológicos implícitos. Tal constatação exige que o professor realize uma análise prévia cuidadosa das fontes utilizadas em sala, assegurando que estas estejam alinhadas aos objetivos formativos da disciplina.

Assim, o uso das histórias em quadrinhos deve integrar uma proposta didática consciente, que valorize a análise crítica das representações históricas e incentive o debate historiográfico. Para tanto,

torna-se fundamental a formação continuada dos docentes, especialmente no domínio dos recursos metodológicos que envolvem o uso de linguagens visuais e narrativas no ensino de História.

Dessa forma, a utilização das HQs como instrumento de acesso ao conhecimento histórico e ao desenvolvimento da consciência histórica revela-se promissora, mas requer um olhar atento para suas potencialidades e limitações. Seu uso em sala deve ir além da função meramente atrativa, contribuindo efetivamente para a construção do pensamento histórico e para uma aprendizagem crítica e significativa por parte dos estudantes.

3.2 Produção das HQs.

3.2.1. Roteiro didático para desenvolvimento da HQ1 *O que foi a República Brasileira?*

A **HQ 1**, intitulada *O que foi a República Brasileira?*, apresenta, por meio de imagens e diálogos, uma exposição interpretativa sobre o que representou a República no Brasil. O Grupo 1 de estudantes criou personagens inspirados em suas vivências e, com base nas orientações recebidas em sala de aula, somadas aos conteúdos trabalhados sobre a Primeira República, articulou as falas e construiu o cenário da história em quadrinhos. Todo o processo de criação foi supervisionado pela professora.

A narrativa buscou evidenciar como se deu a instauração da República no Brasil e o que ela trouxe de novidade, bem como aquilo que se esperava que ocorresse, mas não se concretizou. A história principal retrata esse momento histórico de maneira lúdica e criativa, por meio de uma cena em que o Marechal Deodoro da Fonseca liga para Dom Pedro II, comunicando-lhe que a República fora proclamada. Nesse contexto, fica evidente a esperança popular em relação ao novo sistema político, especialmente a expectativa de uma participação política mais ampla. No entanto, conforme efetivamente ocorreu, o quadrinho revela ao leitor que diversos segmentos sociais — como as mulheres, os pobres, os analfabetos e os povos indígenas — permaneceram à margem do exercício pleno da cidadania.

Por fim, a história em quadrinhos introduz um personagem que representa a figura do coronel Bartolomeu, explorando sua influência política na região onde atuava. Por meio da imposição e da violência, o coronel aborda um cidadão e o obriga a votar nele, evidenciando práticas típicas do coronelismo. A narrativa se encerra com um quadro informativo, no qual se explica o que era a figura do coronel no contexto da Primeira República, sua influência política e os mecanismos de dominação que empregava.

Abaixo, apresenta-se o roteiro utilizado para orientar desde o desenvolvimento das aulas até a elaboração das histórias em quadrinhos. Buscou-se, com isso, estabelecer objetivos pedagógicos específicos, visando estimular a aprendizagem histórica crítica e reflexiva por parte dos estudantes.

Etapas	Objetivo	Atividades desenvolvidas	Materiais utilizados	Observações
Apresentação ao tema.	Compreender o contexto de surgimento da República brasileira.	<ul style="list-style-type: none"> - Aula expositiva sobre a crise do Império e a Proclamação da República (1889); - Discussão orientada com os alunos sobre a transição de regimes políticos, com base na pergunta problematizadora: “<i>O que muda quando sai o imperador e entra o presidente?</i>”. 	Quadro, slides e livro didático.	Explicação sobre a Primeira República.
Planejamento da HQ e Formação dos Grupos.	Orientar no planejamento da HQ sobre a República.	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de grupo com 4 a 6 alunos; - Definição de papéis entre os integrantes: roteirista, redator, ilustrador, coordenador e apresentador; - Elaboração inicial do roteiro da HQ, incluindo escolha de personagens, definição de cenários e sequência histórica (queda do Império, Proclamação da República e novo governo). 	Folhas A4, esboço de roteiro, lápis.	Orientação para destaque de como ocorreu a Proclamação da República.
Desenvolvimento da HQ: roteiro e ilustração.	Produzir o roteiro narrativo e o conteúdo visual da HQ.	<ul style="list-style-type: none"> - Elaboração do roteiro visual, com estrutura narrativa clara (início, meio e fim); - Criação dos cenários e 	Papel A3, lápis, canetinhas, régua, cola	Estímulo quanto ao uso de figuras de linguagens nos diálogos

		caracterização dos personagens; - Redação dos balões de fala e desenvolvimento da articulação entre texto e imagem.	Modelos de HQs ¹¹ .	entre os personagens.
Finalização da HQ e Apresentação em sala.	Compartilhar os quadrinhos produzidos, promovendo a exposição e reflexão sobre os conteúdos trabalhados.	- Revisão coletiva do material, com correção de erros históricos ou de linguagem e finalização dos desenhos; - Apresentação oral dos grupos, explicando o conteúdo histórico representado e justificando as escolhas narrativas e visuais.	HQs finalizada.	Apresentação da HQ em sala.

Fonte: Elaborado pela autora, (2025).

¹¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Cai o Império! República vou ver!*. São Paulo: Editora Brasiliense, jan. 2019.

HQ 1: O que foi a República Brasileira?











inclusive
os coronéis. Sim!
os coronéis!



ELES Podem nos
AMEAÇAR A VONTADE



E SE
NÃO FIZERMOS
OQUE ELES
MANDAM...



A Gente morre!



Eu sou o
-marechal
Bartolomeu,
essa cidade
está sobre
minha influência



Não Sei se
eu quero votar
em
você
Não



como é que
é?



ainda não vai
votar?



ISSO NÃO É uma ESCOLHA.



Exatamente,
meu povo...



Texto informativo!



Os coroneis, que eram grandes proprietários de terras ou comerciantes que detinham grande poder político na região onde viviam. Como coroneis, eram os principais atores do coronelismo, uma prática política comum durante a Primeira República, na qual consistia na figura do coronel coagindo seus subalternos para se manter no poder.



Agora podemos
continuar

3.2.2. Roteiro didático para desenvolvimento da HQ2 *Quem manda é o coronel, por quê?*

A **HQ 2**, intitulada *Quem manda é o coronel, por quê?*, foi desenvolvida pelo Grupo 2 e teve como objetivo discutir e explicar ao leitor a figura do coronel e seu papel político, desde o período imperial até a República. Os personagens foram inspirados no meme do *Flork*¹² e foram concebidos para representar o coronel, o povo e as dinâmicas práticas do coronelismo.

A narrativa é conduzida por meio da fala do coronel, que evidencia sua influência política na região em que atua. A história mostra como ele utiliza a necessidade da população para estabelecer relações de dependência e subordinação. O enredo também destaca a distribuição de cargos públicos como forma de persuasão, resultando na coação do voto dos eleitores. O quadrinho explica, ainda, o que foi o coronelismo e sua vinculação à chamada “política dos governadores”, evidenciando que essa prática política esteve fortemente presente durante a Primeira República (1889–1930).

Por fim, a HQ apresenta uma discussão comparativa com a realidade contemporânea, problematizando a permanência de práticas clientelistas no cenário atual, como a compra de votos, o desvio de verbas públicas e a disseminação de *fake news*. A atividade instiga uma reflexão crítica sobre a persistência de elementos do coronelismo nas relações políticas brasileiras.

Abaixo, apresenta-se o quadro com o roteiro que serviu de base para a elaboração das aulas, bem como para o desenvolvimento e finalização dos quadrinhos, com destaque para os objetivos pedagógicos estabelecidos.

Etapas	Objetivo	Atividades desenvolvidas	Materiais utilizados	Observações
Introdução ao Coronelismo.	Compreender o funcionamento da dinâmica política na Primeira República.	- Aula expositiva sobre o coronelismo, a política dos governadores e o mandonismo; - Leitura e interpretação do livro didático, com discussão orientada sobre o tema; - Pergunta problematizadora: “ <i>Quem</i>	Slides e livro didático.	Ênfase na explicação do controle político exercido pelos coronéis.

¹² Desenhos desenvolvidos e difundidos na internet em formato de meme. As representações são propositalmente simples e expressam emoções por meio de personagens com traços grotescos e estilizados, comumente utilizados para transmitir humor, ironia ou crítica social.

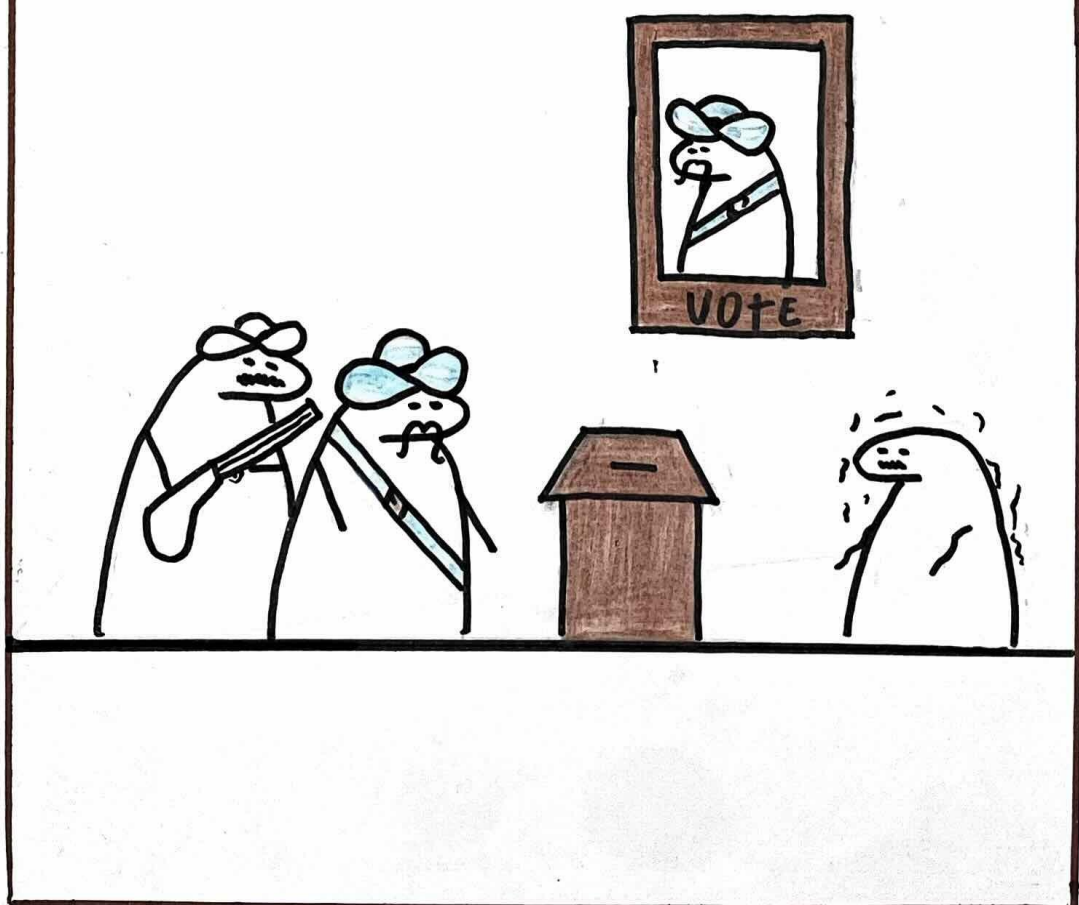
		<i>realmente mandava na Primeira República? ”.</i>		
Planejamento da HQ e formação do Grupo.	Planejar a história em quadrinhos com foco na representação do poder dos coronéis.	<ul style="list-style-type: none"> - Formação do grupo com 4 a 6 alunos; - Distribuição de papéis: roteirista, redator, ilustrador, coordenador e apresentador; - Elaboração inicial do roteiro da HQ, incluindo escolha de personagens, definição de cenários e sequência histórica (queda do Império, Proclamação da República e estrutura de poder na Primeira República). 	Folhas A4 para rascunho.	Orientação para destacar os mecanismos de controle social: clientelismo, troca de favores e violência.
Criação da HQ.	Desenvolver visual e textualmente a HQ com base no conteúdo histórico.	<ul style="list-style-type: none"> - Produção dos desenhos (ex.: fazenda, cidade do interior, comício); - Elaboração dos diálogos por meio dos balões e narrativas em terceira pessoa; - Rascunho e início da arte final da HQ. 	Papel A4, canetinhas, lápis, régua, borracha; Modelos de HQ como referência. ¹³	Estímulo ao uso de figuras de linguagem nos diálogos para enriquecer o discurso histórico.
Finalização e apresentação da HQ.	Apresentar e refletir sobre os conteúdos representados nas HQ produzidas.	<ul style="list-style-type: none"> - Revisão coletiva do material, correção de erros históricos ou linguísticos e finalização dos desenhos; - Apresentação oral dos grupos, com explicação do conteúdo histórico representado e 	HQ finalizada.	Apresentação em sala de aula com mediação da professora e espaço para comentários dos colegas.

¹³ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Cai o Império! República vou ver!*. São Paulo: Editora Brasiliense, jan. 2019.

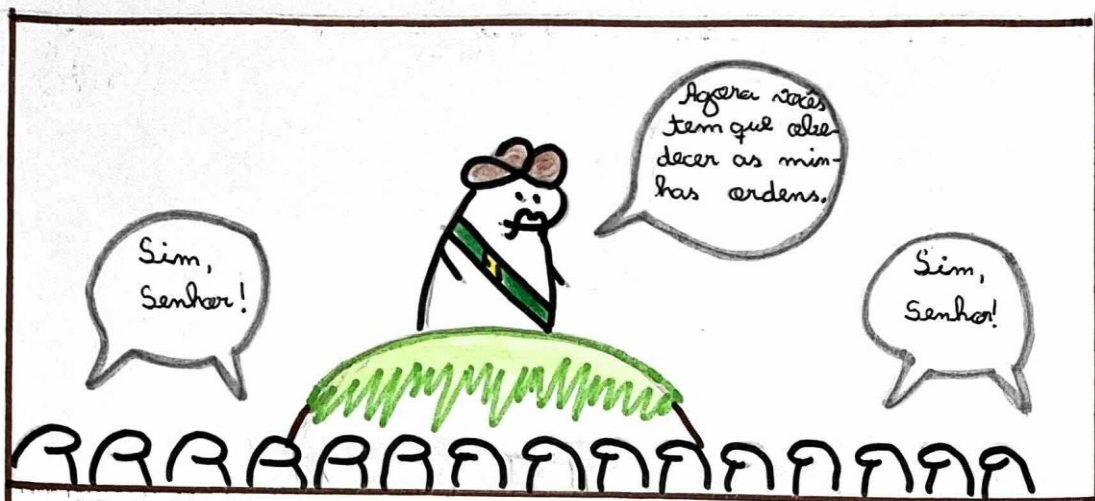
		justificativa das escolhas narrativas e visuais.		
--	--	---	--	--

Fonte: Elaborado pela autora, (2025).

Quem manda
é o coronel
por quê?



No Império, o coronel designava o posto mais alto na guarda nacional e, também o chefe político da cidade.



Durante a Primeira República, o Brasil era predominantemente rural. Nessa época, muitas pessoas que trabalhavam para os coronéis eram exploradas, recebendo pagamentos miseráveis.



Por vezes, os caranéis atraíam essas pessoas oferecendo trabalho, alimentos, remédios, roupas, uma vaga na escola ou um leito no hospital.



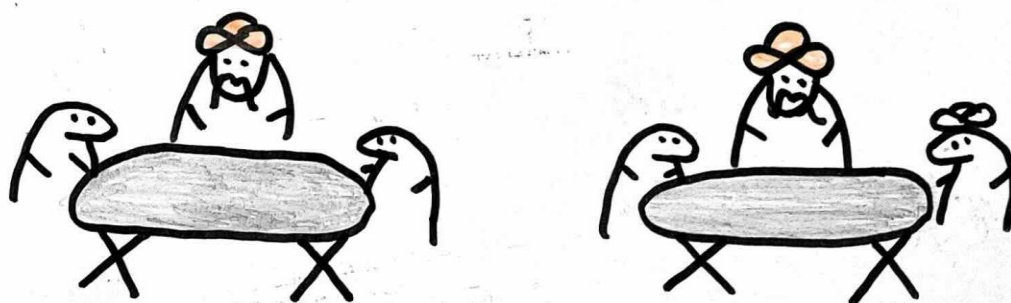
Com isso, as fagundes pressionavam os eleitores a votar nas candidaturas do coronel. esse voto controlado ficou conhecido como o voto de cabresto.



Após o fechamento das urnas eleitorais, também ocorria fraudes para garantir o sucesso das candidaturas dos coronéis.



O coronelismo funcionava por meio de alianças entre os coronéis como o objetivo de eleger os candidatos de sua preferência como o governador do estado.



Depois de eleitos, o governador retribuía o apoio das camadas mais com a nomeação de seus correligionários para cargos públicos e a emissão de verbas para a construção de obras públicas.

Eu nomeio
afazé Alfredo fun-
cionários público
do Estado.



Esse esquema de alianças regionais foi ampliado para o nível federal. Nesse sentido, o fazendeiro paulista Campos Salles foi um dos responsáveis pela criação da política dos governadores.

Poris então, irei
criar uma políti-
ca governadora
para dar fim nessa
situação

precisamos de
um esquema de
alianças regionais



A política dos governadores funcionava assim: os governadores de Estado apoiavam o governo federal, ajudando a eleger parlamentares favoráveis ao presidente da República. Em troca, o presidente concedia mais verbas e poderes aos seus aliados.

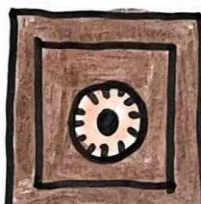
Governador
do
Estado



Governador
federal



Parlamentares



Presidente da
República



Ao longo da Primeira República, a troca de favores entre políticos, o clientelismo e a corrupção garantiram a permanência das oligarquias no poder nessa época.



O que havia era uma comissão de verificação no congresso que julgava o resultado das eleições, mas era controlada pelas oligarquias.



Nos dias atuais

2024



Fim...

O carnelismo teve seu fim com a Revolução de 30 (era Vargas) mas seus vestígios penduram até os dias de hoje através da compra de votos, denúncias de verbos, nepotismo, FAKE NEWS, etc...

3.2.3. Roteiro didático para desenvolvimento da HQ3 o voto é no cabresto.

As HQs de número 3 foram as únicas desenvolvidas e adaptadas em duas histórias distintas. Ambas retratam uma prática política característica das primeiras décadas da Primeira República: o voto de cabresto. Produzidas por dois grupos diferentes, as HQs foram construídas a partir de diálogos elaborados pelos próprios alunos e da criação de personagens inéditos. Os cenários representados buscaram ilustrar, de maneira prática e crítica, como se dava o funcionamento do voto de cabresto, desde as estratégias de controle político até a efetivação do voto, com destaque para a atuação dos coronéis nesse contexto.

A HQ 3.1 apresenta os personagens do coronel, do candidato, do jagunço e do povo. A narrativa busca evidenciar como o coronel utilizava sua influência política a partir da percepção das necessidades populares. Em um diálogo com seu candidato, torna-se claro como a relação de clientelismo estabelecida entre ambos favorecia os seus interesses. Também é retratada a forma como o povo era coagido a votar nos candidatos indicados pelo coronel, por meio de persuasão e coerção. A presença do jagunço é destacada como instrumento de intimidação e controle. Além disso, a HQ evidencia a troca de favores entre o coronel e os eleitores, representando uma forma de assédio eleitoral, em que a população se via subjugada e obrigada a obedecer às ordens dos coronéis.

Embora a HQ 3.2 aborde a mesma temática, foi elaborada por outro grupo de estudantes e apresenta diferenças significativas em relação à estética e ao enredo. Desenvolvida em tons de cinza e branco, a história traz os personagens do coronel Virgulino e de seu cabo eleitoral. O enredo se baseia em um acordo firmado entre ambos: o cabo eleitoral assume a tarefa de garantir os votos desejados pelo coronel e, em troca, espera receber recompensas e regalias. A HQ evidencia a função estratégica do cabo eleitoral e mostra como sua atuação era determinante no momento da eleição, reforçando a lógica de dominação e clientelismo que marcava o sistema político da Primeira República.

Etapas	Objetivo	Atividades desenvolvidas	Materiais utilizados	Observações
Introdução ao Voto de Cabresto.	Compreender o significado do voto de cabresto e sua relação com o coronelismo na Primeira República.	<ul style="list-style-type: none">- Aula expositiva com uso de imagens e relatos históricos sobre o contexto político da Primeira República;- Explicação do termo “cabresto” (sentido de controle), associado	Slides, quadro branco e livro didático.	Enfatizar a ausência de voto secreto e os mecanismos de coerção: favores, ameaças e punições.

		às práticas de coerção utilizadas pelos coronéis para manipular o voto.		
Formação do grupo acompanhada do planejamento da HQ.	Desenvolver a narrativa visual e textual com base no conteúdo histórico.	<ul style="list-style-type: none"> - Produção dos desenhos (exemplos: fazenda, cidade do interior, comício); - Elaboração dos diálogos por meio de balões de fala e narrativas em terceira pessoa; - Rascunho e início da arte final da HQ. 	Quadro de planejamento Papel A4 para roteiro.	Estimular a inclusão de cenas como compra de votos, promessas de empregos públicos e punições a eleitores resistentes.
Elaboração da HQ.	Desenvolver narrativa visual e textual da HQ.	<ul style="list-style-type: none"> - Produção dos desenhos (ex.: fazenda, cidade do interior, comício); - Elaboração dos diálogos por meio dos balões e narrativas em terceira pessoa; - Rascunho e início da arte final da HQ. 	Papel A4, lápis, canetinhas, régua, HQs-modelo como referência ¹⁴ .	Orientar o uso de expressões regionais e humor crítico para ambientar o contexto político da Primeira República de forma engajadora.
Finalização e Apresentação	Concluir a atividade e promover a exposição e reflexão sobre o conteúdo representado.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação oral da HQ com explicação das cenas desenvolvidas e das escolhas narrativas e visuais; - Exposição das HQs em sala de aula. 	HQs finalizadas.	Apresentação com mediação da professora e abertura para comentários, dúvidas e reflexões dos colegas.

Fonte: Elaborado pela autora, (2025).

¹⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Cai o Império! República vou ver!*. São Paulo: Editora Brasiliense, jan. 2019.

HQ 3.1: O voto é no cabresto.

O VOTO É NO CABRESTO!

Como os jagunços pressionavam os eleitores a votar nos candidatos do coronel e os pobres viviam em situação precária.









a submissão dos eleitores era o primeiro passo dos coronéis.



após isso, aconteciam as promessas.

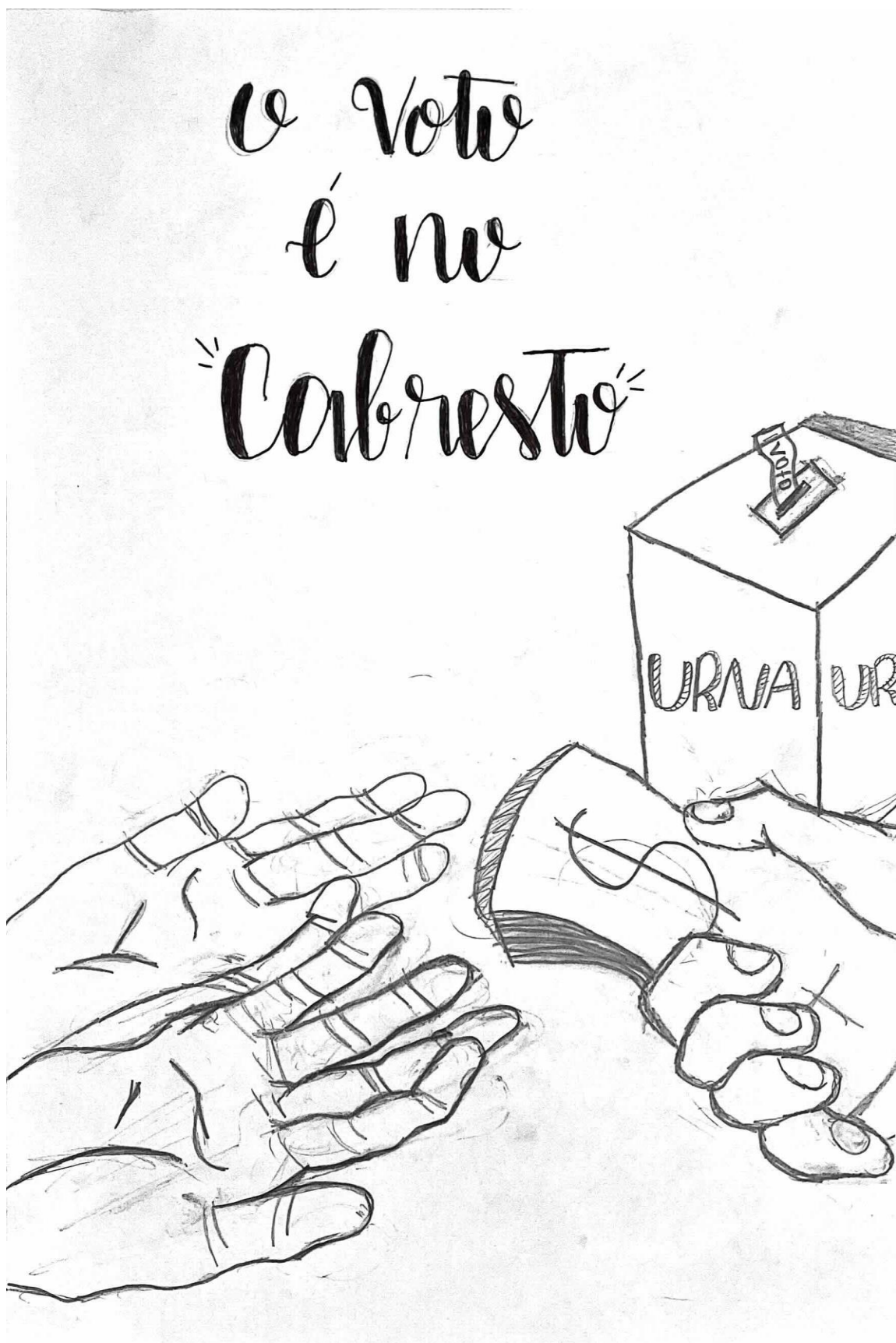


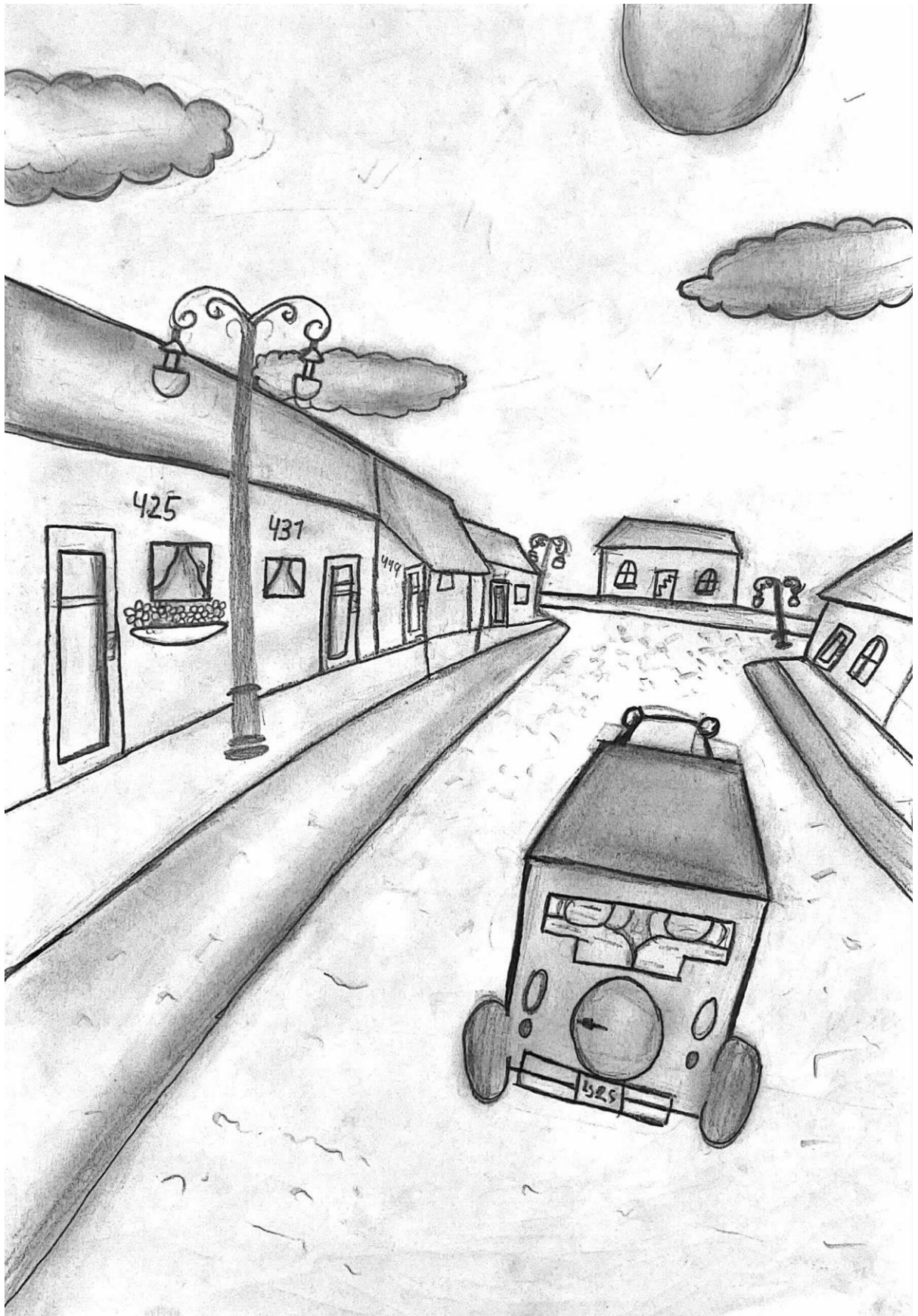
O mandonismo, sendo assim, a forma como o coronel mandava no povo.

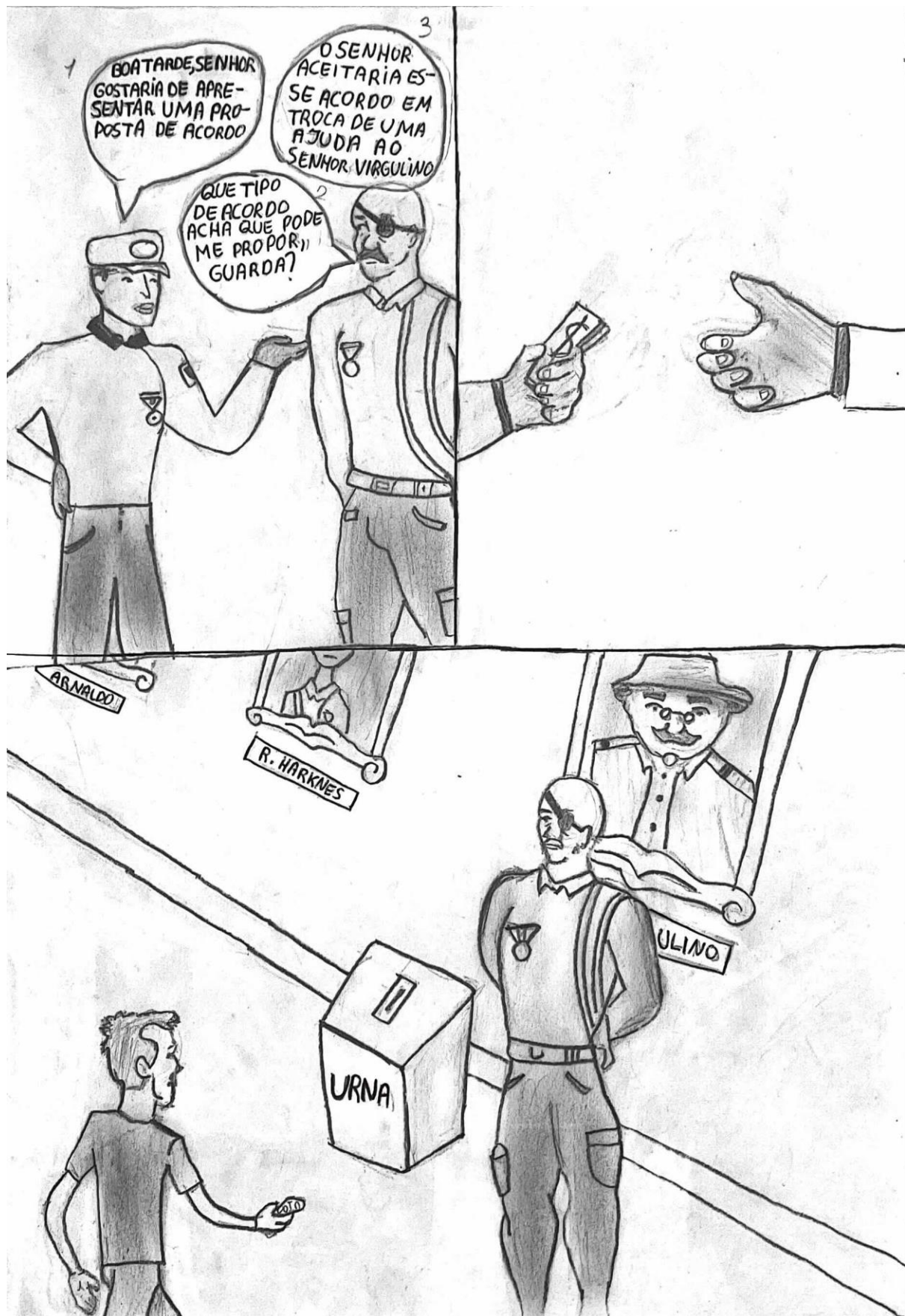


O assédio eleitoral era considerado comum nessa época, isso acontecia porque os coronéis tinham bastante poder e controle sobre as comunidades rurais onde se encontravam. Assim, eles podiam só forçar os eleitores a votar no candidato apoiado por eles por meio de intimidação, violência e desrespeito.

HQ 3.2: O voto é no cabresto









3.2.4. Roteiro didático para desenvolvimento da HQ3 *A República trouxe qual cidadania?*

A **HQ 4**, intitulada *A República trouxe qual cidadania?* Teve como objetivo discutir o processo de construção da cidadania no Brasil republicano — ou questionar se essa cidadania, de fato, chegou a ser concretizada. A narrativa apresenta o voto como símbolo de liberdade popular e discute o evento de 15 de novembro de 1889 como um golpe político, no qual Dom Pedro II foi destituído do trono imperial e substituído pelo Marechal Deodoro da Fonseca. Junto com essa ruptura, instaurou-se a República, trazendo consigo a esperança de melhorias para o povo brasileiro.

A promessa de progresso e inclusão apresentada pelo ideário republicano gerou expectativas na população, sobretudo entre os grupos que haviam sido historicamente marginalizados. No entanto, na prática, essa grande massa popular permaneceu negligenciada. O quadrinho evidencia essa realidade e discute o conceito de “bestialização” do povo frente ao novo regime, destacando como a maioria da população não compreende plenamente a dimensão e os impactos políticos e sociais daquele processo de ruptura. A narrativa propõe uma reflexão crítica sobre o tipo de cidadania efetivamente implementada pela República, considerando a continuidade da exclusão política dos mesmos grupos de sempre: os pobres, os analfabetos, as mulheres, os negros e os povos indígenas.

Abaixo, apresenta-se um roteiro pedagógico elaborado com o intuito de auxiliar o professor desde o planejamento da aula até a realização das histórias em quadrinhos em sala, propondo uma abordagem crítica, participativa e reflexiva sobre os conceitos de cidadania e exclusão na Primeira República.

Etapas	Objetivo	Atividade desenvolvida	Materiais utilizados	Observações
Compreensão do conceito de cidadania na Primeira República.	Reflexão sobre a exclusão social e política no início da República.	- Discussão orientada com os alunos: <i>Quem era considerado cidadão na Primeira República?</i> - Leitura comentada da Constituição de 1891 no livro didático, com ênfase nos critérios de cidadania.	Livro didático e quadro branco.	Estimular os alunos a identificar os grupos sociais historicamente marginalizados (mulheres, analfabetos, pobres, negros, indígenas).
Organização do grupo e	Planejar a narrativa da HQ	- Formação de grupo com 4 a 6 alunos;	Papel A4.	Sugerir a inclusão de falas

planejamento da HQ.	com base nas exclusões de direitos e nas promessas não cumpridas da República.	<ul style="list-style-type: none"> - Distribuição de papéis: roteirista, redator, ilustrador, coordenador e apresentador; - Elaboração inicial do roteiro da HQ: definição dos personagens, construção dos cenários e sequência narrativa (queda do Império, Proclamação da República, estrutura política da Primeira República). 		que problematizem a cidadania prometida versus a efetivamente garantida pela República.
Produção da HQ.	Compreender criticamente o modelo de cidadania desenhado pela República e suas limitações.	<ul style="list-style-type: none"> - Roteirização da narrativa com divisão dos quadros da HQ; - Criação dos desenhos e elaboração dos balões de fala; - Inserção de elementos históricos: eleições manipuladas, coronelismo, exclusão escolar, ausência de políticas públicas universais. 	Lápis, papel, canetas, régua.	Incentivar a comparação entre a promessa republicana de cidadania e a realidade vivenciada por diversos grupos sociais.
Apresentação e debate final.	Refletir criticamente sobre os avanços e os	- Exposição das HQs produzidas em sala de aula;	HQs finalizadas e	Promover um debate final relacionando o

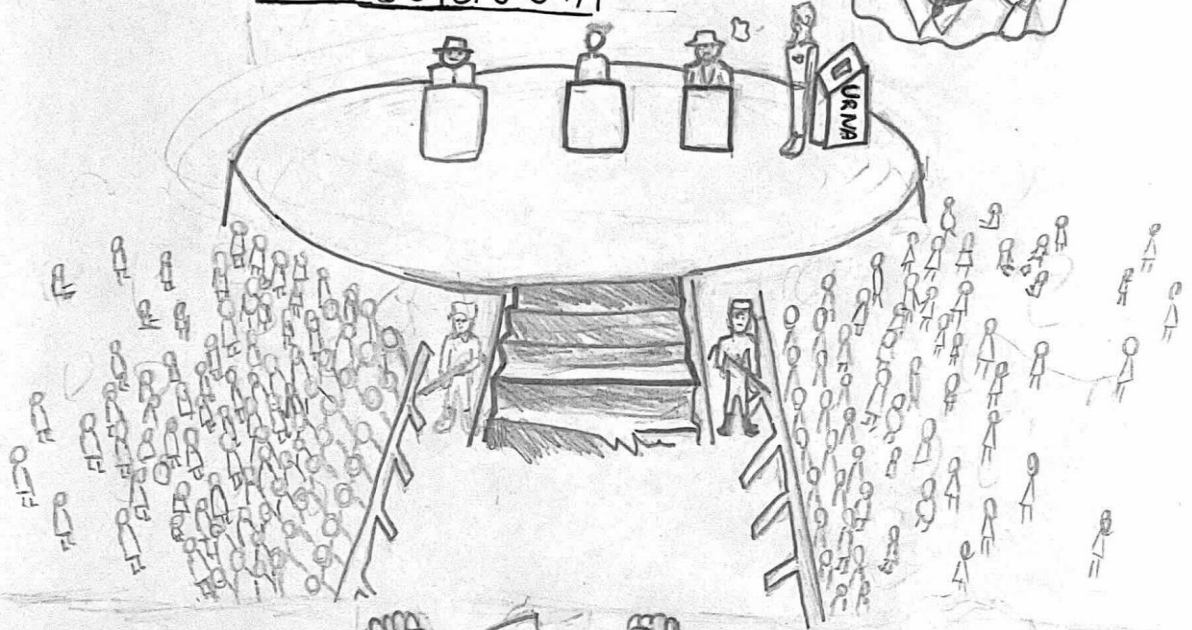
	limites da cidadania republicana, conectando passado e presente.	- Apresentação oral pelos grupos, explicando os personagens, os elementos históricos inseridos e a construção do enredo.	espaço expositivo.	contexto histórico ao presente: <i>Quem ainda é excluído do exercício pleno da cidadania hoje?</i>
--	--	---	-----------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora, (2025).

HQ 4: A República trouxe qual cidadania?

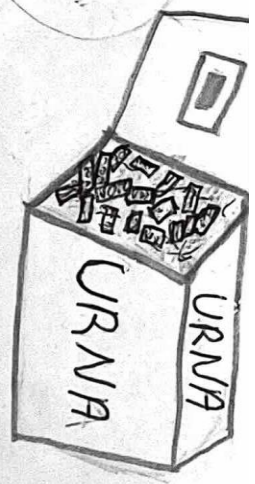
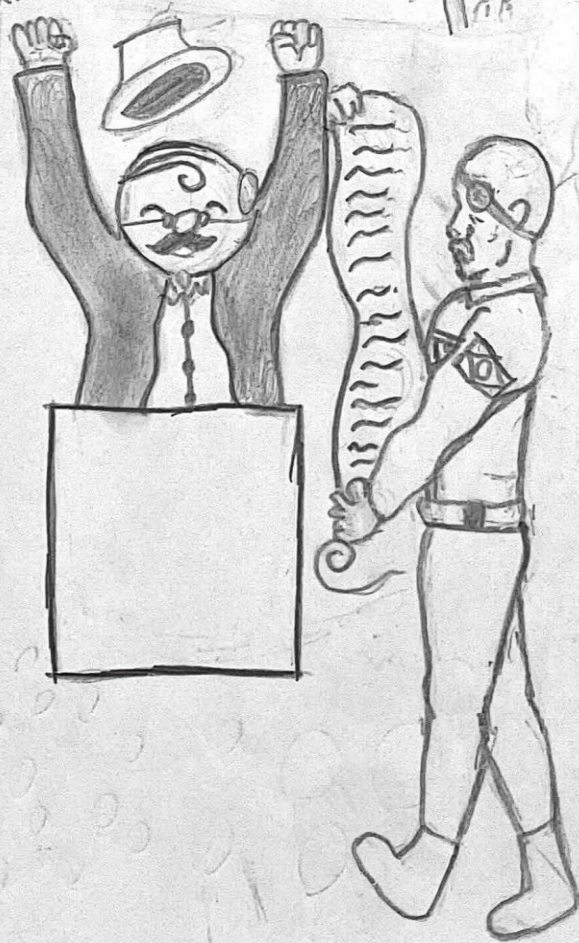
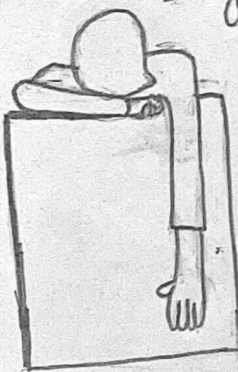
A
REPÚBLICA
TROUXE
QUAL
CIDADANIA?

O voto é uma ferramenta
de LIBERDADE. Use-o com
CONSCIÊNCIA



FOI ELEITO A
PRESIDENTE É...
R. HARVEY!!!

CHAF!



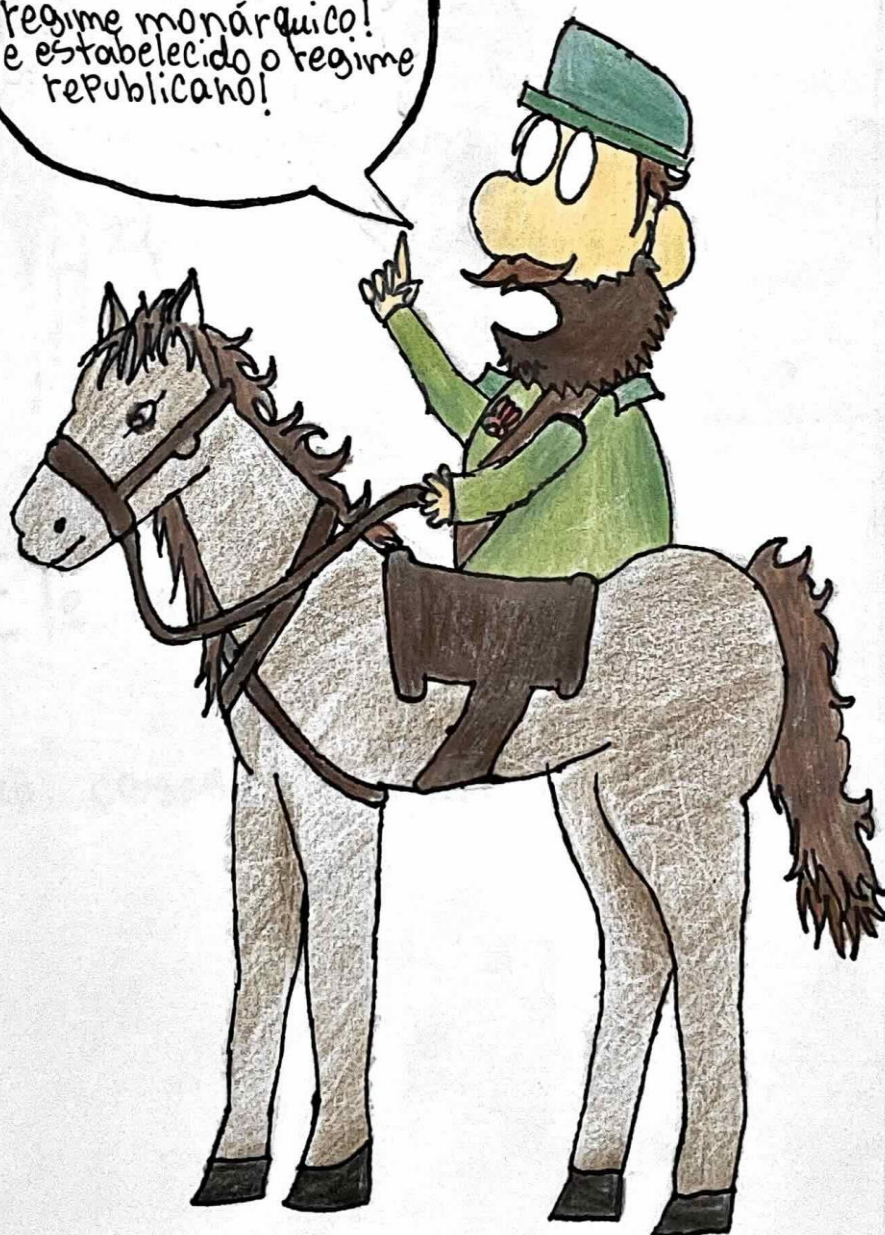
Em 15 de Novembro de 1889...

Marechal Deodoro, com apoio de militares e de setores insatisfeitos com o regime imperial, depôs o imperador Dom Pedro II:



Eles conseguiram, e nesse dia...

Senhores!
A Partir de hoje, o
Brasil está livre do
regime monárquico!
e estabelecido o regime
republicano!



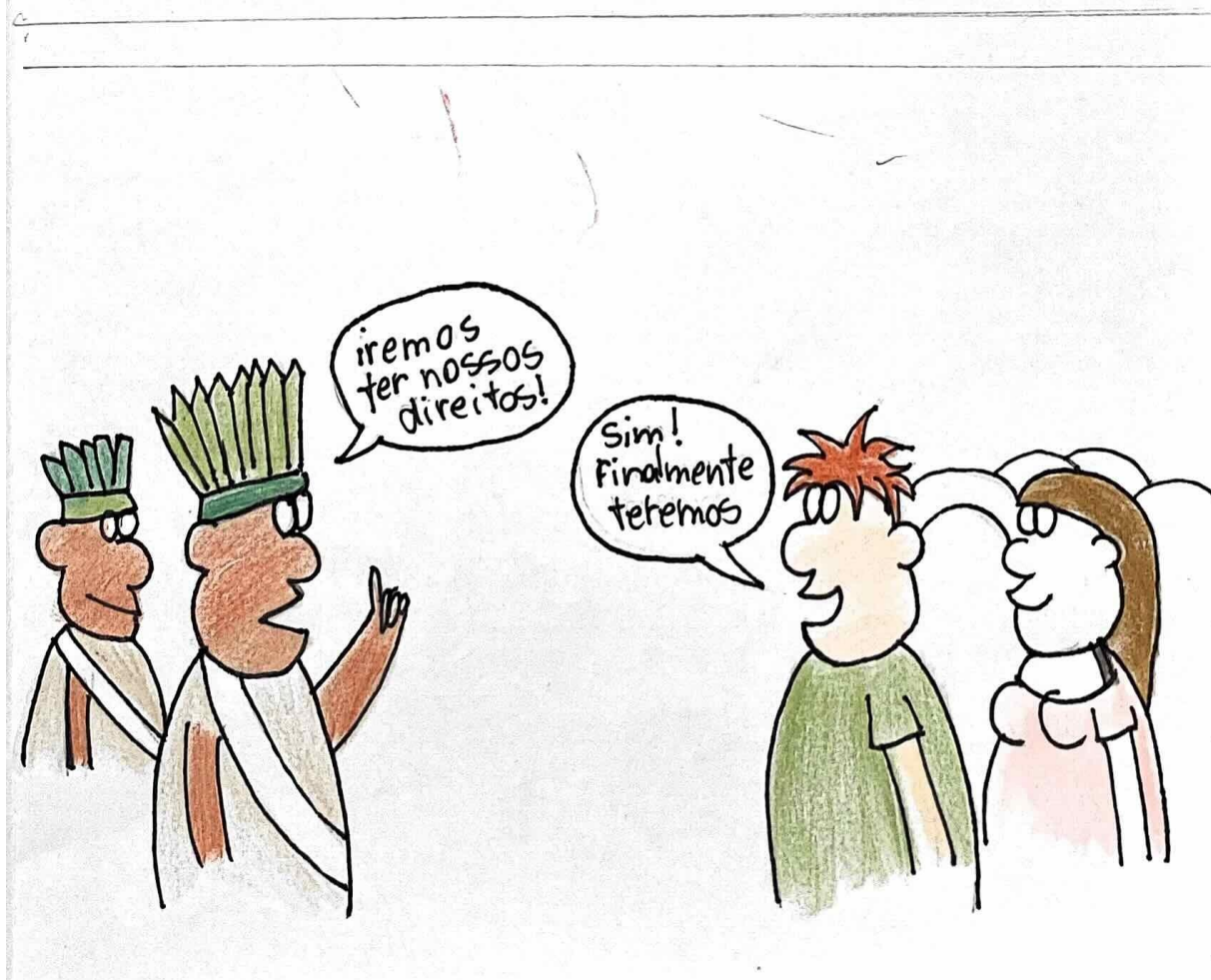
em 18918



E ele estava certo... finalmente
as coisas melhoraram.

O povo ficou bestializado, vendo que ganharam poucos direitos, mas de forma restrita.

Porém, nem todos conseguiram, ainda havia desigualdade. Apenas os homens alfabetizados tiveram um pouco mais de direitos. Mulheres, indígenas e analfabetos e negros, foram excluídos.





Depois de tudo isso, eles ficaram se perguntando que tipo de cidadania a República havia trazido de fato. Pois, daquela forma, havia tudo, menos cidadania.

Eles viram que não adiantaria Fazer
OU Falar nada. O que restava era
aceitar e esperar com os anos
a evolução dos direitos.



A construção das histórias em quadrinhos pelos alunos do 9º ano do ensino fundamental constituiu-se como um exercício pedagógico de articulação entre conhecimento histórico, criatividade e criticidade. As produções — *HQ 1: O que foi a República Brasileira?*, *HQ 2: Quem manda é o coronel, por quê?*, *HQ 3: O voto é no cabresto* e *HQ 4: A República trouxe qual cidadania?* — evidenciam a capacidade dos estudantes de organizar os conteúdos trabalhados em sala de aula em narrativas visuais que dialogam com o contexto histórico e político da Primeira República. Esse processo contribuiu não apenas para a compreensão conceitual do período, mas também para a reflexão sobre os desdobramentos da experiência republicana na construção da cidadania brasileira.

As histórias elaboradas demonstraram, ainda, o potencial das HQs como recurso didático capaz de aproximar o ensino de História da realidade sociocultural dos estudantes. Através das narrativas criadas, os alunos mobilizaram referências do seu cotidiano para compreender práticas históricas como o coronelismo, o voto de cabresto e as limitações da cidadania no período republicano. Nesse sentido, a atividade possibilitou o desenvolvimento de competências interpretativas e comparativas, favorecendo a leitura crítica das permanências e rupturas entre passado e presente, ao mesmo tempo em que estimulou a produção colaborativa e a valorização da cultura visual no ambiente escolar.

É importante destacar, por fim, o mérito e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos estudantes. As histórias em quadrinhos foram integralmente produzidas à mão, com roteiros, desenhos e ilustrações elaborados pelos próprios alunos, o que reforça o protagonismo juvenil no processo de ensino-aprendizagem. Essa produção manual, carregada de criatividade e dedicação, revelou não apenas o domínio dos conteúdos históricos, mas também a sensibilidade artística e a capacidade de traduzir conceitos complexos em representações visuais acessíveis e expressivas. O êxito alcançado nessas produções confirma o potencial das HQs como recurso formativo e evidencia o envolvimento dos estudantes em uma prática pedagógica que alia conhecimento, arte e cidadania.

Dessa forma, os resultados alcançados nesta pesquisa confirmam que o uso das HQs no ensino da Primeira República constitui uma estratégia metodológica potente para a promoção de aprendizagens significativas e para o fortalecimento da consciência histórica dos estudantes. Ao permitir que os alunos assumam papel ativo na elaboração de narrativas, essa prática pedagógica demonstra potencial para contribuir tanto com a formação cidadã quanto com a construção de um ensino de História mais democrático, reflexivo e engajado. Espera-se, assim, que esta experiência possa inspirar novas práticas docentes e subsidiar futuras investigações acadêmicas sobre a interface entre cultura visual, ensino de História e protagonismo discente.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo principal analisar as possibilidades pedagógicas do uso das histórias em quadrinhos (HQs) como instrumento de potencialização do ensino de História sobre a Primeira República. Buscou-se investigar de que maneira essa linguagem, ao ser incorporada por estudantes do ensino fundamental – principal público desta pesquisa –, pode contribuir positivamente para o desenvolvimento do pensamento histórico e para a compreensão crítica do processo de construção da cidadania no Brasil.

A dissertação articulou fundamentos historiográficos e educacionais com as experiências vivenciadas em sala de aula, revelando contribuições significativas para o Ensino de História. Os resultados obtidos demonstram que o trabalho com HQs, mais do que uma estratégia de motivação, configura-se como um recurso didático potente para a construção de saberes históricos. Ao elaborarem suas narrativas lúdicas, os estudantes evidenciaram capacidade de compreensão de aspectos centrais do período republicano, como o coronelismo, o voto de cabresto, a exclusão dos grupos populares do processo político e os limites da cidadania no Brasil pós-monárquico.

A linguagem dos quadrinhos, associada aos roteiros desenvolvidos, favoreceu a mobilização de conteúdos históricos em uma perspectiva crítica e contextualizada. A investigação demonstrou, ainda, que a utilização das HQs permite romper com abordagens tradicionais pautadas na mera reprodução de conteúdos, promovendo práticas pedagógicas que valorizam a autoria discente, o trabalho colaborativo e a interpretação histórica.

De acordo com Rüsen (2001) e Schmidt (2004), o Ensino de História deve promover o desenvolvimento da consciência histórica, ou seja, a capacidade dos sujeitos de atribuir sentido ao tempo histórico e posicionar-se frente aos desafios do presente. A produção das HQs, nesse sentido, serviu como exercício de apropriação do passado e de reflexão sobre permanências e rupturas que ainda atravessam a sociedade brasileira.

A análise dos roteiros e das narrativas visuais desenvolvidas pelos alunos demonstrou que a compreensão da exclusão social e política na Primeira República foi representada de maneira crítica, superando a mera exposição factual dos conteúdos. Nesse contexto, os alunos conseguiram problematizar a marginalização de negros, mulheres, pobres e analfabetos no projeto republicano, evidenciando sensibilidade ao reconhecer que a cidadania plena permaneceu restrita a uma parcela da população. Essa percepção está em consonância com os estudos de Carvalho (2001) e Fausto (2006), que apontam os limites do processo de modernização política no Brasil do século XIX, indo além das aparências institucionais.

Adicionalmente, a pesquisa destacou a possibilidade de articulação entre as referências contemporâneas dos estudantes e os conteúdos históricos. O uso de personagens populares, memes e linguagens midiáticas demonstrou a eficácia de metodologias alternativas que reconhecem os saberes

prévios dos alunos e valorizam sua cultura juvenil. Como destaca Moreira (2007), o diálogo entre cultura escolar e cultura popular é essencial para a construção de uma escola mais inclusiva e significativa. Essa aproximação também contribuiu para que os estudantes se reconhecessem como sujeitos históricos e produtores de conhecimento.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa possibilitou o fortalecimento de habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente aquelas relacionadas ao pensamento crítico e histórico, à colaboração e à criatividade. As HQs, nesse sentido, não se configuraram apenas como produtos finais, mas como expressões de processos cognitivos complexos, que envolveram planejamento, pesquisa, argumentação e constante reelaboração. Os roteiros, os desenhos e os balões desenvolvidos pelos alunos, articulados aos conteúdos, à forma e ao contexto, evidenciam que as práticas híbridas são eficazes no processo de ensino-aprendizagem.

Sob a perspectiva historiográfica, esta dissertação dialogou com autores que problematizam o processo de formação da República brasileira e suas contradições. Com base nas obras de Alonso (2015), Schwarcz (2019) e Sevcenko (1998), compreendeu-se que a Primeira República não representou, para a maioria da população, a concretização dos ideais de igualdade, liberdade e participação. Ao contrário, tratou-se de um regime marcado pela continuidade de práticas autoritárias, clientelistas e excludentes, caracterizado por baixa legitimidade popular e forte controle oligárquico. Esses elementos foram apropriados e representados pelos estudantes com notável sensibilidade histórica.

A abordagem pedagógica desenvolvida possibilitou, de maneira significativa, a articulação dos alunos com diferentes temporalidades, permitindo-lhes compreender e relacionar passado e presente. Esse potencial foi especialmente ampliado quando os estudantes foram mobilizados por metodologias ativas e significativas, que os colocaram como agentes de sua própria aprendizagem. Um exemplo emblemático desse processo foi a produção de uma das histórias em quadrinhos (HQ) sobre o coronelismo, na qual os alunos conseguiram estabelecer conexões críticas com práticas contemporâneas de clientelismo e compra de votos, evidenciando consciência da persistência de estruturas de poder que ainda obstaculizam a construção de uma cidadania plena. Essa habilidade de comparação temporal revela-se essencial para a formação de uma cultura histórica crítica, conceito central para a educação histórica, conforme destacado por Rüsen (2001).

Além disso, o processo de criação narrativa das HQs permitiu evidenciar a dimensão criativa dos alunos e o desenvolvimento de competências colaborativas e organizacionais. Ao trabalhar em grupos, os estudantes puderam distribuir funções de maneira estratégica — um responsável pelo roteiro, outro pela concepção dos personagens, outro pelo desenho e outro pela coloração —, favorecendo não apenas a aprendizagem individual, mas também a construção coletiva do conhecimento, marcada por cooperação mútua e troca constante de experiências.

Dessa forma, a presente dissertação não se limitou à investigação de um objeto específico — o uso das HQs no ensino da Primeira República —, mas também ofereceu contribuições metodológicas e epistemológicas relevantes para a construção de um ensino de História mais significativo, democrático

e comprometido com a formação cidadã. Os resultados aqui apresentados indicam que práticas pedagógicas que articulam ensino histórico, cultura visual e protagonismo estudantil podem ampliar a capacidade crítica dos alunos, fornecendo subsídios para futuras experiências docentes e pesquisas acadêmicas voltadas para a promoção de uma educação histórica engajada, reflexiva e criativa.

Referências

ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo (1888-1988). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 32, 1991.

ARRUDA, Pedro. Liberalismo, direito e dominação da burguesia agrária na Primeira República brasileira (1889-1930). *Ponto-e-Vírgula*, n. 1, p. 161–188, 2007.

BARBOSA, Jefferson Cardia Simões. História em quadrinhos e ensino de história: um diálogo possível. *História Hoje*, São Paulo, v. 4, n. 7, 2015.

BARBOSA, Lígia Daniele. História em quadrinhos e ensino de história: uma linguagem híbrida em sala de aula. São Paulo: UNESP, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. *História, sociedade & cidadania*. São Paulo: FTD, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: UNESP, 1999.

DOLHIKOFF, Miria. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FARHAT, Saïd. *Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil*. São Paulo: Melhoramentos; Fundação Peirópolis, 1996.

FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira: o Brasil Republicano*. Tomo III. 8. ed. São Paulo: Bertrand, 1992.

FERREIRA, Jorge; ALMEIDA, Lucilia de. *O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo oligárquico (1889–1930)*. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FLORES, Elio. *República às avessas: narradores do cômico, cultura política e coisa pública no Brasil contemporâneo (1893–1930)*. João Pessoa: Editora UFPB, 2015.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ensino de História: conceitos, temas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2003.

FONSECA, Selva Guimarães. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FRONZA, Marcelo. As possibilidades investigativas da aprendizagem histórica de jovens estudantes a partir das histórias em quadrinhos. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 60, p. 43–72, abr./jun. 2016.

LAGO, Luiz. O surgimento da escravidão e a transição para o trabalho livre no Brasil: um modelo teórico simples e uma visão de longo prazo. Rio de Janeiro: PUC-Rio – Departamento de Economia, 1985. p. 1–52.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1988.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. Reflexões sobre a estrutura municipal portuguesa e a sociedade colonial brasileira [1985]. In: MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Conselhos e organização municipal na Época Moderna – Muianças 1*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p. 121–140.

MCCANN, Frank. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro 1889–1937*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria. O lugar da História e do ensino de História na educação básica. In: MONTEIRO, Ana Maria (org.). *Ensino de História: conceitos, temas e práticas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2007. p. 11–34.

NAPOLITANO, Marcos. *História do Brasil República: da queda da monarquia ao fim do Estado Novo*. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016.

NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985–1994)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

OLIVEIRA, Marcus Vinicius de Freitas. História em quadrinhos e ensino de história: possibilidades metodológicas. *História & Ensino*, v. 16, n. 2, 2010.

PESSOA, Silvio. *História em quadrinhos e cultura pop: narrativas que ensinam*. João Pessoa: Ideia, 2016.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

PORFÍRIO, Fernando; BLULM, Luiz; SILVA, Ruth. Os lucros da escravidão no Brasil e seu impacto econômico: uma abordagem histórica dos séculos XVI ao XIX. *Revista Pet Economia – UFES*, v. 2, ago. 2021.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1977. Tomo III, 1º vol.

RAMOS, Marcos Napolitano. *Como usar a história em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2011.

RAMOS, Marina Costa. Histórias em quadrinhos e ensino de história: as representações sociais em narrativas imagéticas. In: *Anais do Encontro Nacional Perspectivas do Ensino de História*. São Paulo: ANPUH, 2007.

REGASSON, Bruno Veçozzi. A república no império: mapeando o discurso republicano no Brasil dos Oitocentos (1822–1870). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 90, 2025.

RÜSEN, Jörn. *História viva: teoria da história III – formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora da UNB, 2007.

RÜSEN, Jörn. *História: narrar o passado, compreender o presente, abrir o futuro*. Brasília: Editora da UNB, 2011.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: teoria da história – os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora da UNB, 2001.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. A didática da História: uma questão de método. In: BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 14. ed. São Paulo: Contexto, 2020. p. 115–130.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Cognição histórica situada: que aprendizagem histórica é esta? In: *Anais do XXV Simpósio Nacional de História*. Fortaleza: ANPUH, 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Cai o Império! República vou ver!*. São Paulo: Editora Brasiliense, jan. 2019.

SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil: da Belle Époque à era do rádio*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, Juvêncio; SILVEIRA, Ricardo. Cidadania: uma leitura a partir do sistema escravista e suas implicações na (de)formação das práticas republicanas no Brasil. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, v. 19, n. 1, p. 13–54, jan./abr. 2018.

VÁZQUEZ, Norma. O ensino de história e a narrativa: articulações entre saber escolar e saber histórico. *História Hoje*, São Paulo, v. 3, n. 6, p. 63–79, jul./dez. 2014.

VERGUEIRO, Waldomiro; RAMOS, Paulo. *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2009.

VIEIRA, Cleber S. Civismo, República e manuais escolares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 32, n. 63, p. 325–340, 2012.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias: uma revisão da política do café com leite.* Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.